T657 M386c
T37177
20600034556
FEAUSP
vered by RadProStar - www.tcgprocess.com.br

Eliseu Martins

cx 3

CONTRIBUIÇÃO À AVALIAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL

DEDALUS - Acervo - FEA
20600034556

37177

São Paulo
1972

Tese de Doutoramento apresentada à Congregação da Faculdade de Economia e Administração, da Univerdade de São Paulo. (Departamemto de Contabilidade e Atuária)

Í N D I C E

INTRODUÇÃO

Capítulo 1

1 - CUSTOS CORRENTES CORRIGIDOS 1

1.1 - Generalidades 1

1.1.1 - Custo Histórico 1
1.1.2 - Custo Histórico Corrigido 2
1.1.3 - Custo Corrente 2
1.1.4 - Custo Corrente Corrigido 9

1.2 - Diferenciação Prática Entre os Conceitos 9

1.2.1 - Relatórios Contábeis pelo Custo Histórico ... 10
1.2.2 - Relatórios Contábeis pelo Custo Histórico Corrigido 11
1.2.3 - Relatórios Contábeis pelo Custo Corrente 13
1.2.4 - Relatórios Contábeis pelo Custo Corrente Corrigido 18
1.2.5 - Resumo dos Diversos Resultados 20

1.3 - O Custo Corrente Corrigido Dentro da Teoria Contábil 23

Capítulo 2

2 - ATIVO E LUCRO 26

2.1 - Definições de Ativo 26

2.1.1 - A Definição Tradicional 26
2.1.2 - Outras Definições 27

2.2 - Definição de Ativo Adotada 30

2.2.1 - Comentários 30
2.2.2 - Elementos Enquadrados como Ativo 32

2.3 - Mensuração do Ativo 34

2.3.1 - Critérios Contábeis de Mensuração e Registro 34
2.3.2 - Comentários 35
2.3.3 - Resumo 37

2.4 - Valor Econômico de um Elemento do Ativo 37

2.4.1 - Conceito 37
2.4.2 - Definição Adotada 41
2.4.3 - Exemplo 42

2.5 - Valor Econômico do Total do Ativo 46

2.5.1 - A Parte e o Todo 46
2.5.2 - O Conceito e a Contabilidade 47

2.6 - O Lucro 50

2.6.1 - Passivo 50
2.6.2 - Patrimônio Líquido 51
2.6.3 - Rédito 52

Capítulo 3

3 - "GOODWILL" 53

3.1 - Ativo Intangível 53

3.1.1 - Definição 53

3.2 - O "Goodwill" 55

3.2.1 - O Termo 55
3.2.2 - Referências Históricas 55
3.2.3 - Extensão do Problema 56
3.2.4 - Natureza do "Goodwill" 58

3.3 - Contabilidade e "Goodwill" 60

3.3.1 - Valor Atual dos Super-Lucros 60
3.3.2 - "Goodwill" como Subavaliação do Ativo 62
3.3.3 - "Master Valuation Account" 63
3.3.4 - Um Outro Aspecto Contábil 64

3.4 - Algumas Críticas ao Tratamento Contábil Atual 64

3.4.1 - Quanto ao Reconhecimento 64
3.4.2 - Quanto à Amortização 65

3.5 - Avaliação Contábil do "Goodwill" 67

3.5.1 - Quando Comprado 67
3.5.2 - Quando Não Comprado 71

3.6 - Classificações do "Goodwill" 73

Capítulo 4

4 - PROPOSIÇÃO 77

4.1 - "Goodwill" e Contabilidade em Termos Econômicos 77
4.1.1 - Aspectos Econômicos de Alguns Conceitos Contábeis 77
4.1.2 - "Goodwill" e a Definição de Ativo Adotada .. 78
4.1.3 - O Modelo Ideal 84
4.1.4 - A Dificuldade Prática 84

4.2 - O Modelo Proposto 85

4.2.1 - Valor Econômico e Custo Corrente 85
4.2.2 - Balanço-Custo Corrente e Valor Econômico ... 87
4.2.3 - Posição do Balanço pelo Custo Histórico 92
4.2.4 - Alguns Detalhes Mais Sobre o Modelo Proposto 92

4.3 - Mensuração do Valor Econômico 95

4.3.1 - Medida do Valor Econômico 95
4.3.2 - Determinação da Taxa de Desconto 96
4.3.3 - Número de Períodos 96
4.3.4 - A Variação do IGP 99

4.4 - Comentários Finais 101

4.4.1 - O Usuário da Informação Contábil 101
4.4.2 - O Futuro da Contabilidade 102

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

1. Sumário 103
2. Conclusões 104

BIBLIOGRAFIA 106

INTRODUÇÃO

A nossa intenção, ao nos dedicarmos ao presente estudo, foi a de tentar criar melhores condições para que a Contabilidade possa desempenhar o seu papel tão amplo. Procuramos demonstrar uma parte do caminho que ela pode trilhar para conseguir maior aproximação com a Administração e a Economia, auxiliando nas decisões que visam o presente e o futuro.

No Brasil, especificamente dentro da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, vários Professores de Contabilidade têm trabalhado para a consecução desse objetivo. Alguns deles, num passado não remoto, contribuíram bastante para a formação de elementos com visão própria de um Contador, preparando-os para o desempenho da sua missão.

Estes discípulos, premiados com a cultura e orientação daqueles pioneiros, têm dado prosseguimento ao movimento tão benéfico para nossa Escola, nossa Economia, nosso País. Alguns destes têm trabalhado mais especificamente na tentativa dessa aproximação entre a Contabilidade, a Administração e a Economia: O Prof. Dr. Sérgio de Iudícibus tem se dedicado à pesquisa e ao estudo do Custo Corrente, conseguindo a sua aplicação para o caso industrial (havia sido mencionado apenas em aplicações comerciais até então). Suas duas teses de Doutoramento e Livre-Docência, Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis e Aspectos da Avaliação de Estoques a Preços Correntes são

repetidamente mencionadas no presente trabalho, representando um dos seus pontos de apoio. O Prof. Dr. Alkíndar de Toledo Ramos estudou o discutido problema da Depreciação e conseguiu estruturar a sua ligação com o Valor Econômico de um Bem; sua tese de Doutoramento O Problema da Depreciação e as Necessidades Administrativas das Empresas é de um valor inestimável para o avanço da Contabilidade.

Ambos pesquisaram e firmaram vários conceitos e critérios que permitem a elaboração de relatórios contábeis de muito maior capacidade informativa. Outras obras de vulto e importância foram desenvolvidas por outros Professores e só deixamos de citá-las pois optamos pela menção explícita apenas daquelas que possuem um relacionamento íntimo bastante grande com o presente trabalho.

Procurando dar continuidade a essa orientação, dedicamo-nos ao estudo de uma das formas que julgamos convenientes para essa aproximação mencionada.

Julgamos que a finalidade da Contabilidade deve ser a de atuar como instrumento da Administração, colaborando no Planejamento, na Execução e no Controle das atividades concernentes a uma pessoa física ou jurídica de qualquer natureza. Seu objetivo deve ser o de fornecer informações para auxiliar:

(Planejamento)

- na identificação e determinação dos objetivos da entidade a que se refere;
- na análise das diversas alternativas existentes;
- na projeção e análise dos resultados esperados no futuro;

(Execução)

- nas tomadas de decisões que envolvem o uso de recursos econômicos;

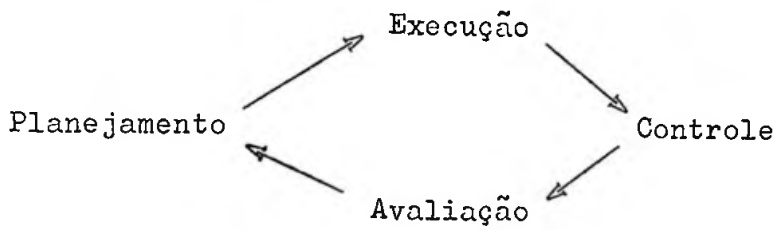
(Controle)

- na análise das consequências das decisões tomadas;

- no controle dos recursos materiais e na direção dos recursos humanos;

- na mensuração da eficiência e da efetividade de pessoas, coisas e sistemas.

Este ciclo contínuo de



tem, portanto, grande dependência dos dados contábeis. Estes não são, absolutamente, a única fonte a auxiliar a Administração, mas situam-se entre os mais importantes. Só podem ser realmente úteis quando não se restringem apenas ao registro de certos fatos passados, mas quando também propiciam condições para a prospecção do futuro. A Administração aplica a Teoria Econômica com certas adaptações. A Teoria Econômica exige o conhecimento de inúmeros dados. E a Contabilidade atua ajudando na coleta dos dados para a aplicação dessa Teoria, ou seja, para a Administração, fornecendo resposta a inúmeras indagações com relação às projeções que se deseja e permitindo a análise dos resultados obtidos; consequentemente, participa da avaliação da eficiência e da efetividade das decisões tomadas, bem como da correção das premissas assumidas.

Vemos aí a grande ligação existente entre a Contabilidade, a Administração e a Economia.

A Economia, ao se preocupar com a alocação dos recursos escassos de forma a maximizar a satisfação das necessidades humanas, tem seus olhos voltados para o presente e para o futuro, já que fornece o caminho para a obtenção dessa finalidade. A Administração, ao fazer uso da Teoria Econômica, também tem seus olhos dirigidos para o presente e para o futuro. A Contabilidade, tão próxima a ambas, não pode se resumir a apenas um dos tempos, o passado; precisa também estar preparada (e bastante bem) para suas conexões com o presente e o futuro.

Muitos exemplos dessa aproximação podem ser citados. Menciona Bettauer ao falar de termos como "Custo Real", "Custo Imputado", "Custo Marginal", "Custo de Oportunidade" e outros: "These concepts and their uses generally were recognized by economists long before their impact on the accounting practice. Now, they are well accepted among accountants..."(1).

Dizem Edwards e Bell, professores de Economia: "Economics deals with the future and the decisions which will determine that future, while accounting is primarily concerned with historical description...however...this difference in time perspective..... provides the principal relationship between accounting and economics" (2).

No presente trabalho tentamos elucidar um dos pontos que têm impedido a melhoria da utilidade dos relatórios contábeis, principalmente do Balanço e da Demonstração de Resultados; refere-se este obstáculo à diferença entre os valores contábeis apresentados em tais demonstrativos e a sua valoração do ponto de vista econômico.

Procuramos analisar o fato originário desse distanciamento, bem como a maneira mais apropriada para a redução dos seus indesejáveis efeitos. (Sabemos que o "Goodwill" reconhecido esporadicamente pela Contabilidade é um sintoma desse problema)

No Capítulo 1, elaboramos um resumo da Teoria dos Ajustamentos Contábeis a Preços Correntes e fizemos a sua comparação com o Princípio do Custo Histórico como Base de Valor.

No Capítulo 2, abordamos as conceituações de Ativo e Lucro dos pontos de vista contábil e econômico, bem como adotamos as suas definições e medidas que concluímos sejam as mais corretas.

1. BETTAUER, Arthur, Responsibility Accounting Provides Control, in "Hospitals", American Hospital Association, Vol. 45, no. 15, Guide Issue, Parte 1, Chicago, Illinois, 1º/8/1971, p. 67.
2. EDWARDS, Edgar O. e BELL, Philipp W., The Theory and Measurement of Business Income, University of California Press, Berkeley e Los Angeles, California, 1961, p.1.

No Capítulo 3, analisamos o "Goodwill" do ponto de vista tradicional da Contabilidade, mostrando um breve histórico, suas principais concepções, características e formas de cálculo.

Finalmente, no Capítulo 4, que contém a essência original desta tese, fizemos o relacionamento entre os conceitos e definições de Ativo abordados no Capítulo 3 com os do "Goodwill". Após as conclusões daí decorrentes, passamos à elaboração do critério ideal de relatórios contábeis. A seguir, através de um paralelo entre as conceituações do Capítulo 2 sobre Custos Correntes e as considerações todas até então surgidas, chegamos à proposição do modelo prático que tem como escopo apresentar a conciliação entre os valores atribuídos pela Contabilidade e pela Economia ao Patrimônio e ao Rédito de uma Entidade.

Não representa esse modelo a solução para todos os problemas da Contabilidade, tampouco aquela que teoricamente seria a mais perfeita, mas sim a que julgamos mais prática para a situação histórica atual. Esta solução é, também, a que proporciona maior riqueza de informações para a satisfação das necessidades dos usuários dos relatórios contábeis.

****

Queremos agradecer aos ilustres Professores Doutores Hirondel Simões Luders e Maria José Villaça pela aceitação em nos guiar nas subsidiárias, e ao Professor Doutor Sérgio de Iudícibus que, como amigo, tanto nos estimulou e encorajou a empreender esta tarefa e, como orientador, dispensou-nos a mais completa assistência, dentro de um carinhoso apoio.

Capítulo 1

CUSTOS CORRENTES CORRIGIDOS

1.1 - GENERALIDADES

Neste primeiro Capítulo procuraremos resumir e exemplificar os principais conceitos envolvidos na Teoria do Custo Corrente. Demonstraremos, também, a sua maior valia como capacidade informativa, estabelecendo comparações com as principais alternativas. (Essa Teoria, cujos mais completos sintetizadores foram os já citados autores Edgar O. Edwards e Philip W. Bell, tem merecido especial atenção por parte de vários Professores pioneiros no Brasil; têm estes se dedicado ao estudo de Princípios que possam tornar a Contabilidade um instrumento muito mais eficiente de Administração e uma fonte mais fértil de melhores informações.)

1.1.1 - Custo Histórico

Denominaremos assim aquele que representa o valor pelo qual um elemento do ativo foi adquirido, ou construido, sem que nenhuma atenção seja dada à variação da capacidade aquisitiva da moeda entre a data da aquisição e outra qualquer. Também não considera a variação no preço específico dos ativos estocados. Por coerência, quando se utiliza esse Princípio também devem ser utilizados sem qualquer correção os valores que representam a venda ou transformação desses elementos. Trabalha-se dessa maneira, com elementos objetivos de custo, transformação ou realização, mesmo que sem significado econômico às vezes.

1.1.2 - Custo Histórico Corrigido

Assim denominamos o Custo Histórico que seja objeto de uma correção, quer por um coeficiente derivado da variação do Índice Geral de Preços (IGP), quer por um derivado da variação de um outro índice mais específico. Assim tem-se sempre a possibilidade de se colocar diversos custos de diferentes datas em termos de uma moeda de capacidade aquisitiva (geral ou específica) de uma outra data qualquer; isso melhora indubitavelmente a possibilidade de comporações, tão necessarias à Administração e à Economia.

Falamos aqui em moeda de capacidade geral ou específica de compra, pois damos à primeira o sentido de uma capacidade de compra afetada pelo Índice Geral de Preços e, à segunda, o de uma afetada por um índice específico. Essa diferença é facilmente visualizada quando se tem, por exemplo, uma indústria cujos fatores de produção tenham tido uma variação de preços diferente da variação do IGP. Olhando para a capacidade de aquisição da sua moeda, veremos que ela sofreu na realidade duas modificações: uma quando comparamos o que essa moeda era capaz de adquirir em termos gerais, ou seja, se fosse para adquirir uma quantidade de diversos Bens ou Serviços numa proporção igual à da utilizada para o levantamento do próprio IGP; e outra quando comparamos a quantidade dos fatores de produção utilizados pela indústria que poderia ser adquirida nas duas datas diferentes.

Também por coerência, quando se trabalha com dados baseados no Custo Histórico Corrigido, os valores pelos quais esses elementos do ativo são transformados ou vendidos devem sofrer essa mesma correção.

1.1.3 - Custo Corrente

Na definição de Edwards e Bell, é "the cost currently of acquiring the inputs which the firm used to produce the asset being valued". (1) (Diferencia-se, pois, de Custo Presente, Custo de Reposição e outros que não nos interessam no momento).

Por se referir aos "inputs" que a firma usou para produzir o ativo, julgamos que a definição acima precisa sofrer uma melhoria para abranger, de maneira menos equívoca, aqueles itens adquiridos que não tenham sofrido qualquer transformação.

---

1 . EDWARDS e BELL, op. cit., p.79

Dessa forma substituímos o verbo produzir por possuir; assim, ficamos com: é o custo corrente de aquisição dos "inputs" que a firma utilizou para possuir o elemento do ativo. O fato de ser a soma dos custos correntes dos "inputs" nos leva à situação de diferenciarmos: a) quando a empresa fabricou o ativo, o seu custo corrente é a soma dos custos correntes dos fatores que entraram na sua produção;- e b) quando a empresa comprou o ativo, é o custo corrente de adquiri-lo.

Com isso, tem-se para todo e qualquer elemento do ativo o seu custo que seria o corrente, caso a empresa o substituísse por outro igual, seguindo o mesmo processo utilizado para a obtenção do antigo (compra ou produção).(Note-se a similaridade com a definição do Prof.Iudícibus: "É o custo de se adquirir ou fabricar um certo elemento do ativo,em estado de novo, exatamente igual ao bem antigo objeto de avaliação."(2)).

Depois de elucidado esse ponto particular, salientamos que existem na realidade dois Custos Correntes, o de Período e o de Data. Essa diferenciação é fundamental e necessária, pois a Contabilidade possui sempre elementos que são de Período (quando, por exemplo,avalia o lucro ou prejuízo entre duas datas) ou de Data (quando avalia os elementos de um Balanço em um momento específico).

Eis alguns dos principais conceitos dentro da Teoria do Custo Corrente:

1) Custo Corrente das Mercadorias Vendidas - Este é um conceito que representa um valor de período.É o valor corrente do custo das mercadorias que forem vendidas no período em questão, a ser subtraído do valor dessas mesmas vendas. É claro que cada um dos custos, bem como cada uma das vendas,foram originados em determinado instante, mas quando tomados em seus totais dizem respeito a um ano, mês, semana etc.

---

2. IUDÍCIBUS, Sérgio de, Aspectos da Avaliação de Estoques a Preços Correntes, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968, p. 32.

Aqui fazemos uma crítica no sentido de melhorar o seu cálculo. Edwards e Bell dizem que o Custo Corrente das Mercadorias Vendidas é a soma dos custos correntes nas datas em que as vendas foram originadas. Entretanto, para efeito de simplificação, sugerem que ele seja calculado como sendo o resultado da multiplicação da quantidade vendida pelo preço médio ponderado das compras do período, onde a ponderação é dada pelas quantidades compradas (3).

Julgamos um tanto falho esse critério de aproximação, já que leva em consideração os custos apenas das datas em que houve compras, e os compara com outras datas (possivelmente) em que ocorreram as vendas. Além do mais, sabemos que uma empresa que possua bôa política de compras e estocagem procura fazer suas compras nas épocas de preços menores, e o uso desses preços como custos correntes faz com que se perca um ótimo elemento de avaliação da eficiência desse sistema.

Também a Economia de Custo, conceito a ser visto mais adiante, deixa de representar a idéia que o próprio nome lhe dá, pois, ao comparar o Custo Corrente com o Custo Histórico das Mercadorias Vendidas, procura o quanto a empresa ganhou ou perdeu pela sua compra e manutenção. E esse valor não está considerando as melhores alternativas.

Preferimos, pois, calcular de forma diferente: definimos esse Custo como sendo o resultado da multiplicação da quantidade das mercadorias vendidas pelo preço médio ponderado de compra, porém, onde esse preço de compra não é apenas o das aquisições feitas, mas o que seria em cada uma das datas que compõem o período.

Vamos exemplificar a situação: suponhamos que determinada firma não tenha tido estoques inicial e final durante um certo ano (aqui considerado como 52 semanas); os preços de compra de uma espécie de mercadoria em cada uma das semanas foram os seguintes:

---

3 . EDWARDS e BELL, op. cit., p. 144

	Nº de Semana		Preço $		Ponderação: Semana x Preço $
	9	x	9.700,00	=	87.300,00
	8	x	10.000,00	=	80.000,00
	2	x	11.000,00	=	22.000,00
	6	x	10.200,00	=	61.200,00
	19	x	10.500,00	=	199.500,00
	8	x	10.700,00	=	85.600,00
Total	52				$ 535.600,00

As Compras efetuadas pela firma foram em apenas algumas das semanas:

Nº. de Unidades Comp.		Preço de Compra $		Valor Total da Compra $
4	x	10.000,00	=	40.000,00
6	x	10.500,00	=	63.000,00
5	x	9.700,00	=	48.500,00
15			$	151.500,00

Como todas as mercadorias foram vendidas, temos então o cálculo do Custo Corrente das Mercadorias Vendidas:

A) Pelo método de Edwards e Bell:

$$\text{Quantidade vendida} \times \frac{\text{Valor das Compras do Período}}{\text{Nº de Unid. Compradas no Per.}}$$

que é exatamente o próprio valor das Compras nesse caso, ou seja, Cr$ 151.500,00

B) Pelo método proposto:

Quantidade vendida x Preço médio ponderado dos possíveis preços de compra do período,

onde esse preço médio ponderado é igual a

$$\frac{\text{Cr\$ } 535.600,00}{52} = \text{Cr\$ } 10.300,00$$

Logo, o Custo Corrente das Mercadorias Vendidas é:

Cr$ 10.300,00 x 15 = Cr$ 154.500,00.

Esse método proposto representa mais fielmente o valor daquilo que também poderíamos chamar de Custo Corrente de Período das Mercadorias Vendidas.(Entretanto, sempre que possível, o uso do conceito ideal deve ser utilizado (custo corrente na data da venda)).

2) Lucro Bruto Corrente - Representa a diferença entre o valor das Vendas e o do Custo Corrente das Mercadorias Vendidas. Preferimos chamá-lo assim do que Lucro Operacional em Vendas, como faz o Prof. Iudícibus.

Usando o exemplo anterior, vemos que, no método proposto no item anterior esse Lucro Bruto Corrente é menor do que no método de Edwards e Bell.

3) Lucro Operacional Corrente - Chamamos assim ao resultado da subtração, das despesas operacionais do Lucro Bruto Corrente, quando aquelas também consideradas pelos seus valores correntes. Preferimos essa denominação, também adotada por Edwards e Bell, e que aparece nos trabalhos do Prof. Iudícibus com o nome de Lucro Operacional Global (ou Total).

4) Economias de Custo Realizadas - Como o próprio nome indica, representa o ganho da empresa por ter adquirido as mercadorias vendidas por um preço diferente daquele corrente quando da venda, ou qualquer ganho semelhante com relação a outras despesas operacionais.

Com o exemplo exposto no item primeiro, utilizando o método proposto de avaliação do Custo Corrente das Mercadorias Vendidas, vemos que essas Economias de Custo Realizadas aparecem com o valor de Cr$ 3.000,00 :

Custo de Mercadorias pelo método proposto - Custo Histórico:

Cr$ 154.500,00 - Cr$ 151.500,00 = Cr$ 3.000,00 .

Com o outro método seria nulo, tendo em vista que o Custo Corrente seria exatamente o valor do Custo Histórico das Mercadorias Vendidas. Eis como ficariam os Demonstrativos de Lucros e Perdas, supondo que as Vendas tenham sido no valor de Cr$ 180.000,00.

	Pelo método de Edwards e Bell	Pelo método proposto
Vendas.....	$ 180.000,00	180.000,00
(-)Custo Corrente das Merc.Vend.	(151.500,00)	(154.500,00)
Lucro Bruto Corrente = Lucro Operac. Cor.	28.500,00 (4)	25.500,00
Economias de Custo Realizadas.....	-0-	3.000,00
Lucro Realizado Corrente.....	$28.500,00	$ 28.500,00

5) Lucro Realizado Corrente - É obtido através da soma do Lucro Operacional Corrente com as Economias de Custo Realizadas; é exatamente igual ao valor do Lucro Líquido Histórico, já que este é o próprio lucro realizado. A diferença reside no fato de que o Histórico não diferencia entre a Economia de Custo Realizada e o Lucro Operacional Corrente. (Edwards e Bell o chamam simplesmente de Lucro Realizado e o Prof. Iudícibus de Lucro Total Realizado.)

6) Ganhos de Capital Realizados - Mesmo conceito de Economias de Custo Realizadas, apenas que referentes a elementos do ativo outros que não Estoques. É também contado para a apuração do Lucro Realizado Corrente.

7) Ganhos de Capital de Período - Dizem respeito aos ganhos obtidos com a diferença entre o Custo Histórico de um elemento do ativo adquirido no período e o seu Custo Corrente na data do Balanço (se permanecer até essa época na propriedade da empresa, é claro). Se o ativo foi adquirido em um período anterior, esse ganho é igual à diferença entre os dois Custos Correntes nas datas inicial e final do período a que se refere a Demonstração de Lucros e Perdas. Com isso, atribui-se ao período apenas o acréscimo nele ocorrido.

---

4. Ambos possuem o mesmo valor, nesse caso, devido à ausência de outras despesas operacionais.

Quando o ativo é disposto pela firma ou colocado no processo de produção, esse Ganho de Capital é o relativo à diferença entre o Custo Histórico (se adquirido nesse período) ou Custo Corrente na data do último Balanço e o Custo Corrente na data da venda ou da utilização. Nesse instante, a soma acumulada dos Ganhos de Capital nos diversos períodos desse elemento passa a ser Realizada, e é, então, classificada como Economia de Custo Realizada (ou Ganho de Capital Realizado, conforme sua natureza).

Note-se que poderíamos dividir os Ganhos de Capital do Período em dois grupos: Economias de Custo do Período (Realizáveis) e Ganhos de Capital do Período (Realizáveis), para seguir a mesma divisão dos "Realizados" quanto à natureza do ativo, se estoque ou não.

Nenhum autor, inclusive nós, julgou necessária essa divisão, mas ela pode ser feita quando se quiser. Edwards e Bell chamam a esse elemento do Lucros e Perdas de Economias de Custo Realizáveis, também bastante apropriado; adotamos, entretanto, neste trabalho a nomenclatura do Prof. Iudícibus. Apenas ressaltamos que este último conceituou-o de maneira diferente, pois, ao defini-lo como sendo a diferença entre os "Ganhos de Capital Não Realizados" de duas datas, deixou de incluir os ganhos no período em que os ativos são vendidos. Abaixo exemplificaremos melhor a diferença. Ficamos com o conceito original dos autores norte-americanos já citados.

8) Lucro Líquido Corrente - Corresponde a Lucro Realizado Corrente mais Ganhos de Capital do Período menos os Ganhos de Capital acumulados dos ativos transformados em custo, agora Realizados.

A exemplificação mais adiante tornará mais claro esse conceito que é chamado de "Business Profit" por Edwards e Bell, mas cujo nome acima dado pelo Prof. Iudícibus é mais apropriado.

9) Ganhos de Capital Não Realizados - Simplesmente chamado de "Unrealized Surplus" por Edwards e Bell, reflete a diferença total entre Custo Corrente e Histórico dos elementos do ativo em determinado momento (elementos esses na propriedade da empresa na data do Balanço).

Adotamos o nome dado pelo Prof. Iudícibus a esse componente do Patrimônio Líquido que o ajusta com relação ao seu Valor Histórico.

1.1.4 - Custo Corrente Corrigido

Corresponde esse conceito ao Custo Corrente que sofre ajustamento em função de um Índice Geral de Preços ou de um outro índice específico.

É muito mais apropriado e realístico, pois, ao comparar os Custos Correntes de um mesmo ativo entre duas datas, ou ao comparar seu Custo Corrente com o Histórico, leva em conta a parte dessa diferença que é fictícia devido à variação da capacidade aquisitiva da moeda.

Valem aqui os mesmos comentários feitos com relação ao Custo Histórico Corrigido. Para ambos vamos sempre usar no presente trabalho o Índice Geral de Preços como base para ajustamentos (para simplificações). Lembramos, apenas, que tanto para o Custo Corrente, como para o Corrente Corrigido, para cada conceito positivo de Lucro existe o oposto de Prejuízo. Existem Ganhos e Perdas de Capital, Economias e Deseconomias de Custo etc.

1.2 - DIFERENCIAÇÃO PRÁTICA ENTRE OS CONCEITOS

Nesta parte procuraremos diferenciar os conceitos mencionados por meio de um exemplo prático, e mostrar os diferentes resultados obtidos com a aplicação de cada uma das acepções vistas.

Suponhamos que a empresa imaginária "Cia A" , formada em 19 de março de 1969, com integralização do Capital Social em dinheiro no montante de Cr$ 20.000,00, tenha tido apenas as seguinte operações depois da mencionada data:

Em 20/03/69 - Aquisição de Mercadorias, com pagamento imediato do valor total da Compra que foi de Cr$ 20.000,00.

Em 27/03/71 - Venda a vista de todo o Estoque por Cr$ 35.000,00

O valor Corrente dessas Mercadorias, conforme pesquisa elaborada pela própria firma, era o seguinte nas diversas datas (quando o Índice Geral de Preços também foi levantado):

Data	Valor Corrente de Compra das Mercadorias	Índice Geral de Preços
20/03/69	Cr$ 20.000,00	100
31/12/69	22.000,00	116
31/12/70	28.500,00	145
27/03/71	33.300,00	150
31/12/71	33.500,00	174

Coeficientes utilizados para a correção:

$\frac{174}{100} = 1,74$; $\frac{174}{150} = 1,16$;

$\frac{174}{116} = 1,50$; $\frac{174}{174} = 1,00$.

$\frac{174}{145} = 1,20$;

1.2.1 - Relatórios Contábeis pelo Custo Histórico

Os Balanços dos dias 19 e 20 de março e 31 de dezembro de 1969, de 31 de dezembro de 1970 e 1971, e as Demonstrações de Lucros e Perdas dos anos de 1969, 1970 e 1971, todos feitos com base nos Custos Históricos, seriam os seguintes:

Balanços Históricos da Cia. A

	19/3/69	20/3/69	31/12/69	31/12/70	31/12/71
Ativo					
Caixa.....	20 000	-	-	-	35 000
Mercadorias.....	-	20 000	20 000	20 000	-
Cr$	20 000	20 000	20 000	20 000	35 000
Patrim.Líquido					
Capital.....	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
Lucro Realizado	-	-	-	-	15 000
Cr$	20 000	20 000	20 000	20 000	35 000

Demonstrações de Lucros e Perdas (Históricas)

	1969	1970	1971
Vendas.....	-	-	35.000
(-)Custo das Merc. Vendidas (CMV)...	-	-	(20.000)
Lucro Líquido Histórico.....Cr$	-	-	15 000

1.2.2 - Pelo Custo Histórico Corrigido

Traduzindo-se os Relatórios acima em moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 1971, teremos:

Balanços Históricos da Cia.A, expressos
Em Moeda de Poder Aquisitivo de 31/12/71

	19/3/69	20/3/69,31/12/69,31/12/70	31/12/71
Ativo			
Caixa.....	34 800(5)	-	35 000
Mercadorias....	-	34 800(5)	-
Cr$	34 800	34 800	35 000
Pat. Líquido			
Capital.....	34 800(5)	34 800	34 800
Lucro Realizado..	-	-	200
Cr$	34 800	34 800	35 000

5. $ 20.000,00 x 1,74 = 34.800

Demonstrações de Lucros e Perdas (Hist.Corrigidas)

	1969,1970		1971
Vendas.....	-	35.000 x 1,16:	40.600
(-) Custo das Merc. Vendidas.	-	20.000 x 1,74:	(34.800)
Lucro Histórico Corrigido Realiz.	-		5.800
(-)Perdas nos Itens Monetários (Não Realizadas).....	-	-35.000 x 0,16:	(5.600) (6)
Lucro Líquido Hist. Corrigido....	-		200

6. As Perdas Monetárias neste exemplo mostram a perda do poder aquisitivo do Caixa, no valor de Cr$ 35.000,00, que ficou sem utilização do dia da venda do estoque até a data do Balanço. Como houve um aumento do IGP de 16% nesse período, essa foi a porcentagem de perda da capacidade de compra desse ativo.

$$\$\ 35.000 \left(\frac{174}{174} - \frac{174}{150}\right) = 35.000 \times (-)\ 0,16 = -\ 5.600$$

Tais Perdas são Não Realizadas, pois elas somente se efetivarão no ato do uso do Caixa, quando os itens a serem adquiridos o serão em menores quantidades do que o seriam caso fossem comprados em 27/03/71. (Iudícibus, Sérgio de, op. cit. p. 81)

1.2.3 - Pelo Custo Corrente (Sem Correção)

Considerando-se os dados já fornecidos e os conceitos contidos nas páginas anteriores, chegamos aos seguintes Relatórios:

Balanços Correntes da Cia. A

	19/3/69	20/3/69	31/12/69	31/12/70	31/12/71
Ativo					
Caixa.....	20 000	-	-	-	35 000
Mercadorias...	-	20 000	22 000	28 500	-
Cr$	20 000	20 000	22 000	28 500	35 000
Patrimônio Liq.					
Capital.....	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
Lucro Realiz..	-	-	-	-	15 000
Ganhos de Capit.Não Realiz.	-	-	2 000	8 500	-
Cr$	20 000	20 000	22 000	28 500	35 000

Demonstrações de Lucros e Perdas (Correntes)

	1969	1970	1971	
Vendas.....	-	-	35.000	
(-)Custo Corrente no Período das Mercadorias Vendidas.....	-	-	(33.300)	(7)
Lucro Bruto Corrente= =Lucro Operacional Corrente (8).....	-	-	1.700	
Economias de Custo Realizadas.....(9)....	-	-	13.300	
Lucro Realizado Corrente.....	-	-	15.000	(10)
Ganhos de Capital do Período.....(11).	2.000	6.500	4.800	
			19.800	
(-)Ganhos de Capital Não Realizados Transferidos para Realizad.(12)	-	-	(13.300)	
Lucro Líquido Corrente	$ 2.000	6.500	6.500	

7 . Utilizamos aqui o conceito ideal, atribuindo como Custo Corrente o da data da venda, tendo em vista a disponibilidade desse dado.

8 . Ambos são iguais, neste exemplo, dada a inexistência de despesas operacionais.

9 . Pela definição, igual à diferença entre o Custo das ...

Algumas explicações se fazem necessárias para o perfeito entendimento do Demonstrativo de Lucros e Perdas de 1971 (principalmente). Está ele sob forma diferente das dos demais autores repetidamente mencionados.

O Prof. Iudícibus o faria de outra maneira; supondo que utilizasse o mesmo método para o Custo Corrente das Mercadorias Vendidas, o que é possível, pois menciona-o em seus trabalhos, trataria, entretanto, os Ganhos de Capital do Período de forma diferente.

Como já foi exposto à página 7 , o citado Autor define "Gamhos de Capital de Período" como sendo a diferença entre os Ganhos de Capital Não Realizados entre as datas extremas do período. Como estes são, respectivamente, zero e $8.500 no fim e no início, teríamos:

$0 - 8.500 = - 8.500

Seu demonstrativo então ficaria:

. . . . . .

(Igual ao nosso - p. 14)

. . . . . .

. . . . . .

Lucro Realizado Corrente	15.000
(-) Perdas de Capital do Período	(8.500)
Lucro Líquido Corrente ..	6.500

... Mercadorias Vendidas Corrente no Período e o Custo da Mercadoria Vendida Histórico: $ 33.300 - 20.000 = 13.300.

10. Exatamente igual ao Lucro Líquido Histórico (Ver página 11).

11. $ 22.000 - 20.000 = 2.000; 28.500 - 22.000 = 6.500; e 33.300 - - 28.500 = 4.800.

12. Os Ganhos de Capital do Período foram sendo acumulados na conta de Patrimônio Líquido "Ganhos de Capital Não Realizados" (2.000 + + 6.500 + 4.800 = 13.000); ao atingirem este saldo as Mercadorias foram vendidas e, portanto, esse valor foi realizado, aparecendo como "Economias de Custo Realizadas".

Não adotamos essa maneira de construção do DLP, já que nos parece não ter havido qualquer Perda de Capital durante o ano. Na realidade, houve um ganho de Cr$ 4.800 do começo do ano até o dia da venda do estoque. Conceitualmente o que houve não foi Perda de Capital (ou Deseconomia de Custo). Ocorreu o fato de ter sido a Economia de Custo Realizada colocada como acréscimo ao Lucro Operacional Corrente na DLP de 1971; mas essa Economia nada mais é do que a soma dos Ganhos de Capital dos diversos períodos em que o estoque esteve à disposição da empresa. Trata-se, pois, de um valor que já havia sido incluído dentro do Lucros e Perdas, parte em exercícios anteriores e parte em 1971. Portanto, necessário se torna a sua retirada para evitar sua duplicação. Na realidade, só se justificam sua inclusão e exclusão apenas para efeito de evidenciar o valor do Lucro Realizado Corrente, e de mostrar sua igualdade com o Lucro Líquido Histórico.

Tanto no nosso modelo apresentado como no do Prof. Iudícibus existem as adições e subtrações desse valor. Apenas fazêmo-lo de maneira mais lógica, mostrando os dois elementos que compõem a chamada "Perda de Capital de Período". Basta ver que no nosso modelo existem:

4.800	de Ganho de Capital do Período e
(13.300)	da transferência de Não Realizado para Realizado, o que nos dá o valor líquido de
(8.500)	utilizado pelo Prof. Iudícibus.

Edwards e Bell têm um procedimento ainda mais complicado, fazendo a Demonstração de Lucros e Perdas em duas colunas; uma, mostrando como resultado final o Lucro Realizado e, outra, o Lucro Líquido Corrente. Construindo o nosso DLP dessa maneira, mas utilizando a nossa terminologia, teríamos para 1971:

Vendas.....	35.000
(-)Custo Cor.das Merc.Vend.	(33.300)
Lucro Operacional Corrente.....	1.700

Lucro Oper.Corrente	1.700	Lucro Oper. Corr. ...	1.700
Economias de Custo Realizadas.....	13.300	Ganhos de Capital de Período.....	4.800
Lucro Realizado em 1971.....	15.000	Lucro Líquido Corrente em 1971.....	6.500

Essa modalidade é também muito boa, a não ser pela não conciliação entre os dois lucros.

Se quiséssemos eliminar o aparecimento do Lucro Realizado poderíamos simplesmente fazer:

	1969	1970	1971
Vendas.....	-	-	35.000
(-) Custo Corrente das Mercadorias Vendidas.....	-	-	(33.300)
Lucro Oper.Corrente.	-	-	1.700
Ganhos de Capital do Período	2.000	6.500	4.800
Lucro Líquido Corrente	2.000	6.500	6.500

onde a soma acumulada dos Lucros Líquidos Correntes nos três exercícios corresponde exatamente ao acréscimo do Patrimônio Líquido em cada ano, e é totalmente Realizado em 1971 (p.13).

1.2.4 - Pelo Custo Corrente Corrigido

Retirando-se os efeitos da variação do Índice Geral de Preços dos Relatórios imediatamente anteriores temos:

Balanços Correntes da Cia. A, expressos em Moeda de Poder Aquisitivo de 31/12/71

	19/3/69	20/3/69	31/12/69	31/12/70	31/12/71
Ativo					
Caixa.....	34 800	-	-	-	35 000
Mercadorias (13)	-	34 800	33 000	34 200	
Cr$	34 800	34 800	33 000	34 200	35 000
Patrim. Líq.					
Capital.....	34 800	34 800	34 800	34 800	34 800
Luc Realizado.	-	-	-	-	200
Luc.a Realizar	-	-	(1 800)	(600)	-
Cr$	34 800	34 800	33 000	34 200	35 000

13 . $ 20.000 x 1,74 = 34.800;22.000 x 1,50 = 33.000
28.500 x 1,20 = 34.200;35.000 x 1,00 = 35.000

Demonstrações de Lucros e Perdas (Cor.Corrigidos)

	1969	1970	1971	
Vendas.....	-	- 35.000x1,16:	40.600	
(-)Custo Corrente (do Período)das Mercadorias Vendidas	-	- 33.300x1,16:	(38.628)	
Lucro Bruto Cor. =Lucro Op.Cor.	-	-	1.972	
Economias de Custo Realizadas	-	-	3.828	(14)
Lucro Corrente Corrig.Realiz.	-	-	5,800	(15)
(-) Perdas Não Realizadas Nos Itens Monetários.....	-	-	(5.600)	
			200	
Ganhos (Perdas) de Capital do Período.....	(1.800)	1.200	4.428	(16)
			4.628	
(-)Ganhos de Capital Não Realizados dos Transf.p/Realiz.	-	-	(3.828	
Lucro Líquido Corr.Corrigido..	(1.800)	1.200	800	

---

14 . $ 38.628 - 34.800 = 3.828
Custo Corrente Corrigido - Custo Histórico Corrigido das Mercadorias Vendidas

15 . Igual ao Lucro Histórico Corrigido V.p. 12 .

16 . (22.000x1,50) - (20.000 x 1,74) = 33.000 - 34.800 = -1.800
(28.500x1,20) - (22.000 x 1,50) = 34.200 - 33.000 = 1.200
(33.300x1,16) - (28.500 x 1,20) = 38.628 - 34.200 = 4.428
3.828

ou, então, simplificando:

	1969	1970	1971
Vendas.....	-	-	40.600
(-)Custo Cor. Per. Mercad.Vend. .	-	-	(38.628)
Lucro Operacional Corrente.....			1.972
Ganhos (Perdas)de Cap.do Período.	(1.800)	1.200	4.428
(-)Perdas nos Itens Monetários			(5.600)
Lucro Líquido Corrente Corrigido.	(1.800)	1.200	800

1.2.5 - Resumo dos Diversos Resultados

Resumindo os diversos Lucros Reportados:

	Lucro Líquido nos anos de:			
Princípio	1969	1970	1971	Total
C.Histórico	-	-	15 000	15 000
C.Hist.Corrigido	-	-	200	200
C.Corrente	2 000	6 500	6 500	15 000
C.Corrente Corrig.	(1 800)	1 200	800	200

O Custo Histórico apresenta, no total, o mesmo valor que o Custo Corrente, enquanto que o Histórico Corrigido também é igual ao Corrente Corrigido. Isto apenas quanto ao total, depois que todo o Estoque foi vendido; os resultados apresentados para cada ano são diferentes.

A diferença básica entre o Custo Histórico e o Corrente reside no fato de aquele apenas reconhecer o Lucro quando este foi Realizado,(quando a Mercadoria,no nosso exemplo,foi vendida); enquanto que o Custo Corrente já reconhece um Lucro antes da sua Realização. O fato de o Estoque ser composto de unidades que têm seu Custo acrescido provoca o aparecimento de um Ganho de Capital.

Essa conceituação é mais realista, porém,deixa de levar em consideração os efeitos da variação da capacidade aquisitiva da moeda. O valor atribuído como lucro por um ou outro critério(Cr$15.000,00) é completamente inverídico, já que, se houve uma inflação de 74% entre as datas da compra e da venda das Mercadorias, a comparação pura e simples desses valores de compra e venda é obviamente enganadora. Mesmo sendo o Custo Corrente capaz de distinguir o Ganho proporcionado pelo aumento do preço específico de um bem do lucro provocado pela habilidade de vendê-lo por um preço maior que o seu Custo, falha justamente por não conseguir uma separação entre a variação do preço específico desse bem e a variação da capacidade aquisitiva da moeda.

Se os Cr$ 20 000,00 usados em 20/3/69 correspondem a Cr$.. 34 800,00 em 31/12/71, em termos de uma capacidade média de compra , somente os Cr$200,00 podem realmente ser reportados como lucro contábil (17).

Os Custos Histórico e Corrente Corrigidos chegam a esse resultado no nosso caso. Portanto, ambos são superiores aos que ignoram a Correção. Mas a diferença fundamental entre os Custos continua a existir: o Histórico Corrigido só reconhece o lucro após a venda , enquanto que o Corrente Corrigido já o faz à medida que uma variação ocorre no Custo específico de compra da Mercadoria, quando essa variação é diferente da do IGP. Assim, quando em fins de 1969 o Custo Corrente do Estoque é de Cr$ 22.000,00, aparece uma Perda de Capital de Período de Cr$ 1.800,00 (valor em moeda de fins de 1971),já que a valorização específica de Cr$ 2.000,00 das Mercadorias não foi suficiente para cobrir a desvalorização da moeda.

---

17 . Isso é válido,pois estamos fundamentando a correção no IGP.Se a empresa possui um índice específico que exprima a variação da capacidade de compra dos seus recursos financeiros, pode chegar a um resultado diferente. O importante, entretanto, é que a técnica de correção é a mesma para ambos os casos.

Em termos da moeda de 31/12/69, essa Perda foi de Cr$... 1.200,00, assim calculada:

Valor Corrente do Estoque em 31/12/69 - Valor Histórico deflacionado para moeda de 31/12/69 =

= Cr$ 22 000,00 -(Cr$ 20 000,00 x 116/100) =

= Cr$ 22 000,00 -Cr$ 23 200,00 =-Cr$ 1 200,00.

Como esses Cr$ 1 200,00 estão em moeda de 31/12/69,para transformá-los em moeda de 31/12/71 basta calcularmos:

- Cr$ 1 200,00 x 174/116 = -Cr$ 1 800,00.

A empresa teve realmente uma Perda nesse ano de 1969,pois investiu em um ativo cujo preço específico não chegou sequer a acompanhar a inflação do período. Já no ano de 1970, entretanto, a empresa se recobrou de parte dessa Perda. Obteve um Ganho de Capital de Período de Cr$ 1.200,00, o que trouxe os seus "Ganhos de Capital Não Realizados" para Cr$ - 600,00. E, em 1971, com um outro Ganho de Cr$ 4.428,00, o saldo daquela conta sobe para Cr$ 3.828,00. Esse valor realiza-se no ato da venda, passando a representar o total da Economia de Custo Realizada, por ser o quanto a empresa ganhou pela manutenção do estoque durante esse tempo todo.

Observamos,portanto, que a grande vantagem do Custo Corrente Corrigido reside nessa divisão e apropriação do Lucro aos diversos períodos, com o seu reconhecimento independente da Realização. Tal fato provoca o aparecimento de Relatórios com mais e melhores informações para a Administração e demais interessados, o que por si só justifica sua utilização;aliás, outra não é a finalidade da própria Contabilidade do que esta: a de informar.

1.3 - O CUSTO CORRENTE CORRIGIDO DENTRO DA TEORIA CONTÁBIL

Depois de relembrarmos a superioridade do Custo Corrente Corrigido como capacidade informativa, vamos ver algumas das implicações da sua adoção dentro da atual Teoria Contábil. Chamamos de "atual Teoria Contábil" aquela que hoje fundamenta a prática existente da própria Contabilidade e da Auditoria.

Dois Princípios são imediatamente lembrados como diretamente afetados pela adoção do Custo Corrente Corrigido: "Custo Como Base de Valor" e "Realização."

Alguns comentários têm sido feitos por adeptos do Custo Corrente, afirmando que o Princípio de "Custo como Base de Valor"não fica alterado com essa nova Concepção. E fundamentam essa afirmativa com o argumento de que o Princípio nunca estabeleceu qual o Custo a que se refere. A adoção do Corrente apenas restringe, mas não altera substancialmente a Teoria hoje aceita.

Julgamos um tanto falha tal argumentação,pois, pelo menos implicitamente, sempre se entendeu tal Princípio como se referindo ao Custo Histórico. A mudança de conceituação implica, na realidade, na mudança do sentido do próprio Princípio. A atual Teoria Contábil necessita realmente revê-lo e modificá-lo, caso adote a mudança.

A passagem de Custo Histórico para Histórico Corrigido não afeta a estrutura da Teoria, pois trata-se apenas de uma adaptação necessária para a manutenção da validade de um outro Princípio,o do "Denominador Comum Monetário". Na essência nada se altera.

Já a adoção do Custo Corrente produz tais modificações de estrutura. Mas estas se fazem necessárias em função da própria evolução da Contabilidade,que precisa se adaptar e se aproximar mais da realidade econômica que procura reproduzir. A foto em branco e preto pode ser, às vezes, mais artística, mas nunca representa e reproduz a realidade com tanta justiça. É claro que efeito mais desastroso pode vir do uso de cores impróprias! A cultura técnica, formação e bom senso do Contador precisam imperar na sua decisão para melhor retratar os fatos.

O outro Princípio mencionado, o da Realização, também tem sido, às vezes, mencionado como necessitando de adaptação nesse caso. Aqui, entretanto, julgamos que ela não seja necessária. Achâmo-la razoável para a apuração do "Lucro Realizado", porém, nada há na sua própria conceituação que impeça o reconhecimento de um Ganho ou Perda pela manutenção de um ativo em poder da entidade.

O Comitê da "American Accounting Association", ao exprimir sua opinião sobre o conceito da Realização, analisa-o, critica alguns dos seus aspectos, propõe algumas alterações, mas fundamentalmente conserva-o. Porém, reconhece o Comitê, por unanimidade, que os Ganhos e Perdas de Capital devem ser reportados (18).

Charles T. Horngren também reconhece a mesma necessidade, ressaltando a diferenciação entre Ganho ou Perda reconhecido e realizado no corrente período e reconhecido em exercícios anteriores e realizado no em curso (19).

Muitos outros autores e profissionais têm concordado com a adoção do Custo Corrente; cada vez mais se ressentem com a sua ausência, da falta de suas informações para a Administração, para o Público, para a fonte de Financiamento etc.. A sua adoção somente viria a modificar o "Custo Como Base de Valor"; o Lucro Realizado continuaria sendo o mesmo registrado até agora, pois a "Realização" continuaria sendo aceita. Apenas haveria a inclusão nos Relatórios Contábeis de um novo item: o resultado não realizado da manutenção de ativos dentro da entidade.

Não significa a adoção desse ponto de vista que os Relatórios baseados no Custo Histórico devam simplesmente ser abolidos. Estamos procurando apenas sublinhar a maior valia do Custo Corrente como fonte informativa, e demonstrar a necessidade da elaboração e análise também dos Relatórios nessa nova base. Pelo menos na atualidade não se pode pensar simplesmente na substituição de um pelo outro. O estágio atual da Contabilidade como um todo ainda não permite este grande passo.

---

18 . AAA, "Concepts and Standards Research Committee", The Realization Concept, in "Accounting Review", Vol. XL, no.2, American Accounting Association, Menasha, Wisconsin, Abril/1965, p.322.

19 . HORNGREN, Charles T., How Should We Interpret the Realization Concept?, in "Accounting Review" Vol. XL, no. 2, AAA, Menasha, Wisconsin, Abril/1965, p.331.

Considerando a própria finalidade da Contabilidade e verificando-se na prática (e também teoricamente) a distância atualmente guardada entre ela e as necessidades informativas da Macro e da Micro-Economia, visível se torna que o Custo Corrente é um importante degrau na direção do seu verdadeiro caminho.Entretanto, toda a transição deve ser cercada da maior cautela possível, e, assim, preferimos no momento, batalhar por essa situação intermediária.

Necessário se torna também frisar que o Custo Corrente não é em si a última palavra ou o coroamento do progresso contábil. Após ele, melhoramentos ainda virão, com toda a certeza; como em qualquer outra técnica ou ciência a falta de dinamismo e de adaptação às novas realidades provoca estagnação, desatualização e, certamente, retrocesso.

Capítulo 2

ATIVO E LUCRO

2.1 - DEFINIÇÕES DE ATIVO

2.1.1- A Definição Tradicional

A princípio, será abordada a definição contábil mais conservadora.

A concepção tradicionalista do que seja um ativo (para o Contador) pode ser inteiramente compreendida pela definição adotada por Anthony: "Assets are valuable resources owned by a business which were acquired at a measurable money cost" (1).Reflete bem a visão profundamente conservadora que dominou a classe por muitos e muitos anos e ainda a domina em boa parte.

---

1 . ANTHONY, Robert N., Management Accounting - Text and Cases, 4a. ed., R.D. Irwin, Homewood, Illinois, 1970, p. 36.

"Valuable resources" é uma expressão bastante genérica, mas não é difícil aceitar a idéia de que o Autor se refere ao valor econômico que o ativo deve possuir. "A resource is valuable either if it is cash or an item that probably will be converted into cash or if it is expected to benefit the future operations of the business" (2).

A menção da propriedade é devida à distinção entre ela e a posse (ou controle) que Anthony quis enfatizar: "But possession or control, without substancial ownership, is not enough to qualify the item as an asset" (3).

Mas a principal característica dessa definição reside na expressão "acquired at a measurable money cost". Isto limita muito a possibilidade de qualificação de um elemento como ativo, pois exclui todo e qualquer bem, direito ou outro valor que não tenha sido adquirido com um certo custo. Um bem recebido gratuitamente, por exemplo, não seria qualificado como ativo, mesmo que tivesse valor econômico e pertencesse à empresa.

Apesar da reconhecida capacidade e idoneidade do Autor dessa definição, não podemos com ela concordar, e sentimo-nos solidários quando deparamos com muitos outros autores que também dela discordam. Sua falta de significado econômico é sua falha gritante, pelo não reconhecimento dos itens adquiridos sem sacrifício monetário ou equivalente.

2.1.2 - Outras Definições

Sprouse e Moonitz dizem explicitamente: "The existence of an asset is independent of the means by which it was acquired" (4). Esta afirmação categoricamente repele aquela limitação e abre um novo campo, dando uma dimensão mais realista ao próprio Balanço.

---

2 . ANTHONY, R. N., op. cit. , p. 36
3 . Idem, ibidem, p.37
4 . SPROUSE, Robert T. e MOONITZ, Maurice, A Tentative Set of Broad Accounting Principles for Business Enterprises , "Accounting Research Study" no. 3, American Institute of Certified Puplic Accountants, Nova York, 1962, p. 55.

Hendriksen também menciona: "It should be noted that the method of acquisition of the right is not relevant to the definition of an asset.....most accountants would recognize as assets items arising from a gift or by discovery"(5).

Sprouse e Moonitz utilizaram a seguinte definição quando elaboraram o Accouting Research Bulletin No. 3 para o "American Institute of Certified Public Accountants", estudo este muito discutido até hoje pelo arrojo de suas modificações propostas:"Assets represent expected future economic benefits, rights to which have been acquired by the enterprise as a result of some current or past transaction"(6).

Temos aí a expressa menção aos futuros resultados econômicos, e eles indicando a existência do ativo; segundo os próprios autores, "The apparent ability to render future economic benefits is the attribute which makes resources valuable"(7). Há fundamental diferença entre essa concepção e a do Anthony. Este limita a aplicação do termo "ativo" apenas aos itens que tenham valor econômico e que tenham sido adquiridos com um custo monetário,mas aqueles incluem todos os recursos que tenham valor econômico,independentemente da forma de aquisição.

A restrição colocada por Sprouse e Moonitz, de que tais direitos tenham sido adquiridos como resultado de uma transação no presente ou no passado não possui, em verdade, característica de restrição. Definem eles "transação" como sendo "the event that brought the asset into the entity"(8), e evento significa qualquer fato que ocorra em um momento específico où durante determinado período.A especificação de que tenha a transação ocorrido no passado ou esteja ocorrendo no presente é, como acertadamente comenta Hendriksen, "possibly irrelevant"(9).É óbvio que um direito a ser adquirido no futuro não constitui agora um ativo para a empresa. "The important characteristic is that the rights do exist at a specific date"(10).

---

5 . HENDRIKSEN, Eldon S., Accounting Theory (edição revisada) R.D. Irwin, Homewood, Illinois, 1970, p. 254.
6 . SPROUSE e MOONITZ, op. cit.,p. 20
7 . Idem, ibidem, p.21
8 . Idem, ibidem, p.20
9 . HENDRIKSEN, op. cit., p. 254
10. Idem,ibidem, p. 254

A conceituação do ativo como direito a futuros resultados econômicos (sem limitação quanto à maneira de sua aquisição) traz a grande vantagem de:

1º) ser "all-inclusive";

2º) dar ênfase ao resultado propriamente dito e não ao agente seu causador.

O conceito conservador é o de qualificar o agente como sendo o ativo; e o deste outro (mais "econômico") é o de assim denominar o resultado trazido pelo agente. O computador é um agente que presta diversos serviços, como cálculo e armazenagem de dados, e isso constitui o verdadeiro ativo; o computador é apenas o agente. O caminhão é o agente que proporciona o resultado transporte; e este é o ativo.

Economicamente, o agente tem importância apenas na extensão em que pode trazer resultados econômicos futuros. Consideremos, por exemplo, o caso de uma obra artística, uma pintura. O dono da obra possuirá um ativo se ele tiver a possibilidade de vendê-la, de trocá-la por um outro agente que tenha valor econômico, de trocá-la diretamente por um serviço que não seria capaz de obter a não ser com o sacrifício de outro ativo, de alugá-la, de arrendá-la ou obter de outra forma um resultado econômico. Mesmo que o proprietário tenha imensa satisfação em ver e admirar a obra, mas se esta não puder ser utilizada para a obtenção de um resultado econômico, não poderá ser considerada um ativo.

A maior parte dos ativos tem, dessa forma, uma vida limitada; quando cessa a capacidade de produzir resultados econômicos, ou sua potencialidade, desaparece o ativo como tal conceituado.

Entretanto, mesmo não reconhecendo como ativo o agente, parece-nos que a melhor maneira de identificá-lo e classificá-lo é a de continuar dando-lhe o nome do agente. Ou seja, no Balanço teremos "computador", que é o nome do agente, porém, o que realmente se está definindo como ativo é o seu potencial de serviços futuros.

Essa posição é adotada também por Hermanson; na sua definição de ativo aparece: "Assets are scarce resources (defined as services but grouped by and referred to as agents....)"(11).

---

11 . HERMANSON, Roger H., Accounting for Human Assets, "Occasional Paper" No. 14, Michigan State University, East Lansing, Michigan, 1964, p. 4.

2.2 - DEFINIÇÃO ADOTADA

Já mencionamos anteriormente que julgamos a Contabilidade mais e mais valiosa à medida que registra dados e produz informações que tenham valor econômico. Tendo em mente todos os argumentos já citados e os que ainda serão apresentados ao longo do presente trabalho sobre a necessidade de aproximação entre ela e a Economia, somos da opinião de que a sua definição de ativo (da Contabilidade) precisa ser fundamentada em termos econômicos.

Consideramos o potencial de resultado econômico a verdadeira caracterização de um elemento como ativo, e não só isso, considerâmo-lo como sendo ele próprio o real ativo de uma entidade.

Adotamos a seguinte definição para o nosso trabalho:

> ATIVO é o futuro resultado econômico
> que se espera obter de um agente.

2.2.1 - Comentários

É necessário frisar que um Balanço procura representar no Ativo os itens que representam valores econômicos para a entidade a que se refere. Isso quer dizer simplesmente que o aparecimento de um elemento no ativo de uma empresa não significa obrigatoriamente que esse mesmo elemento também tenha significado econômico para qualquer outra (12).

O Resultado Econômico deve estar relacionado a uma entidade especificamente, já que o uso público ou o favorecimento a muitos faz com que o recurso deixe de ter a caracterização como ativo, em muitas circunstâncias. A firma pode usufruir da existência das ruas da cidade, o que, porém, não lhe dá o direito de colocá-las como ativo seu.

---

12 . A Contabilidade está a serviço de uma entidade e dos que nela possuem qualquer tipo de interesse e, por isso, só pode informar sobre o que a ela diz respeito e tem significado econômico.

Notemos que não há possibilidade de se fazer aqui uma rígida e final classificação; o caráter legal do direito ao resultado econômico, muitas vezes citado (Hendriksen o faz, por exemplo (13)), não é suficiente em muitos casos; a firma pode ter direito ao valor de uma duplicata, mas se a viabilidade do recebimento é nula, o ativo não existe (14).

Outros autores, como Ijiri, têm dado ênfase ao controle sobre o recurso para a qualificação como ativo(15).Mas o problema reside no que se entende por controle, já que a conceituação para essa palavra é bastante ampla.

O mais conservador critério é o da propriedade, mas este nos parece bastante inconveniente pela conotação legal do termo (e por isso cabe o mesmo comentário feito logo acima), e pela dificuldade de aplicação, às vezes impossibilidade, a certos ativos como custos diferidos, "goodwill" etc.(16).

---

13 . HENDRIKSEN, op. cit., p.254

14 . A própria Economia, como ciência social, tem dificuldades imensas em formular suas definições; as realidades econômicas, seu estudo,sua análise e interpretação possuem, não raramente,caráter subjetivo e ou transitório que, às vezes, impossibilitam uma visualização mais clara e isenta de erro. A Contabilidade , ao tentar retratar pelo menos parte dessa realidade, não pode, de forma alguma, ser mais objetiva e precisa do que ela. Infelizmente temos que nos conformar à situação, pelo menos até que se consiga um melhor desenvolvimento. Por isso, o bom senso deve imperar na aplicação de toda e qualquer definição nesse campo.

15 . IJIRI, Yuji, The Foundations of Accounting Measurement,Prentice--Hall, Inc., Englewood Cliffs, New Jersey, 1967, p. 70.

16 . Note-se, por exemplo, a seguinte definição: "Assets are all the phisical things and rights (including intangibles) owned by the enterprise which have economic significance or value to the enterprise", onde a propriedade ("owned") é considerada essencial (PATON, William A., e DIXSON, Robert L., Essentials of Accounting,The Macmillan Co., Nova York, 1958, p. 16).

É preferivel, pois, adotar uma definição mais simples e mais ampla, apesar de menos precisa por não trazer uma definitiva seleção de quais recursos (aliás, tal seleção não existe ainda, pelo menos ninguém foi capaz de fixá-la), mas definição essa que servirá perfeitamente às nossas finalidades no presente estudo.

Agente, aqui no caso, engloba o mesmo significado que "recursos" para a Economia. Não se restringe apenas a valores de existência física ou monetários. Como Lipsey e Steiner mencionam: "(the resources) consist not only of the free gifts of nature, such as land, forests , and minerals, but also of human resources, both mental and physical , and of all sorts of man-made aids to further production, such as tools, machinery and buildings" (17).

Engloba, também, certos "direitos" que podem não ser aceitos como recursos, apesar de que indubitavelmente constituem ativos, pois são agentes de resultados futuros. Voltaremos a eles mais adiante.

2.2.2 - Elementos Enquadrados Como Ativo

Caixa e Valores a Receber cabem perfeitamente na definição dada. Os Inventários, quer de produtos acabados, em processo, materiais, suprimentos etc., desde que constituídos de elementos que possuam potencial de resultado econômico, também.

Terrenos, Construções, Maquinaria, Equipamentos, Veículos etc., idem. Riquezas minerais, agrícolas, pastoris, todas se enquadram, desde que possuam as características mencionadas.

Investimentos em outras entidades também, desde que essas entidades possuam resultados econômicos esperados no futuro.

Despesas e Custos Antecipados, como Prêmio de Seguro Diferidos, Salários Antecipados, Despesas de Organização etc., são engloba - dos pela definição. Mas custos ou despesas feitos em função de qual - quer fator que não vá trazer tal resultado não são considerados ativos, mesmo que tais dispêndios tenham sido volumosos.

(Muito comum é o aparecimento no Balanço de elementos que nada mais são do que valores ainda não diminuídos do Patrimônio Líquido, apenas porque estão à espera de apropriação como despesa em exercícios futuros, sem que tenham realmente aquela caracterização.

---

17 . LIPSEY, Richard G., e STEINER, Peter O., Economics, Harper & Row Publishers, 2a. ed., Nova York, 1969, p. 3.

Com isso, o Ativo tem se tornado, muitas vezes, " a statement of residual amounts to be carried forward to future periods " (18). Essa distorção da sua função tem sido causada pela importância crescente dada à Demonstração de Lucros e Perdas em detrimento do Balanço. O que se julga não deva ainda ser colocado como despesa no presente exercício é postergado para o(s) próximo(s), através da colocação temporária do valor em questão no Ativo. Não negamos a vital função da Demonstração de Lucros e Perdas; apenas não concordamos com a "ativação" de elementos que não possuem características para sofrer tal processo. O pior é que muitas dessas manobras têm sido feitas para "normalização" do lucro, período após período, Até parece que a Economia possui essa propriedade de ser uniforme ao longo dos anos. Consideramos tal procedimento totalmente inadequado. Não existe maior ou menor importância entre Balanço e Demonstração de Lucros e Perdas. Existem, isso sim, dados e informações em ambos que se completam. A DLP nada mais é do que um relatório que mostra parte das modificações sofridas, em um certo período, pelo Patrimônio Líquido, e este, por definição, é a diferença entre o Ativo e o Passivo em determinado instante. Ambos estão inteiramente interligados. E ambos precisam desempenhar seu papel de forma a evidenciar os fatos da maneira mais próxima possível do real, e não se pode procurar amenizá-los ou alterar artificialmente seus efeitos.)

Ressaltamos ainda que itens como Patentes, Licenças Especiais, Direitos Autorais e outros intangíveis também são considerados ativos pela nossa definição. E tanto eles como todos os demais assim o são, não pela incorrência por parte da firma em qualquer custo para a sua obtenção, mas pela sua natureza de agentes de futuros resultados econômicos.

Finalmente, também se enquadram todos os recursos humanos , quer os dirigidos para a administração, quer os para a produção de bens ou serviços ou outras funções. São recursos que, caso deles se espere um resultado econômico no futuro, representam itens do Ativo da entidade a que se referem. São recursos econômicos, ativos econômicos e, portanto, merecedores de reconhecimento como ativos contábeis.

Muitos outros itens ainda são abrangidos, intermediários entre os citados. É impossível discriminá-los um a um. O importante aqui é firmar nossa posição de que não deve haver divórcio entre o que se entende como Ativo do ponto de vista da Economia e do ponto de vista da Contabilidade.

---

18 . HENDRIKSEN, op. cit., p. 257

2.3 - MENSURAÇÃO DO ATIVO

A definição de Ativo adotada não fornece a sua mensuração. Assim procedemos de forma proposital para separarmos os dois problemas. Que a Contabilidade apresenta hoje um Balanço onde nem todos os itens que aparecem no Ativo realmente o são, e onde nem todos os ativos estão representados, não há dúvidas a nosso ver.(Aliás,Canning, já em 1929 escrevia sobre essa grande falha; é claro que ele olhava do ponto de vista de um economista que era (19)). E que quando o ativo está devidamente registrado, o valor com o qual aparece não raro é irreal, do ponto de vista econômico, também nos parece óbvio. Principalmente quando procuramos associá-lo à data a que se refere o Balanço.

2.3.1 - Critérios Contábeis de Mensuração e Registro

A Contabilidade tem seguido a tradição de registrar o Ativo pelo seu valor de custo de aquisição, e fez disso um seu princípio. Já alguns países, como o nosso, têm feito algum progresso corrigindo-o por um índice geral ou específico, a fim de diminuir o efeito da variação na capacidade aquisitiva da moeda. Mas, de qualquer forma, o custo histórico continua sendo uma pedra fundamental do registro contábil.

Mas esta não é a única possibilidade existente. Vários outros critérios têm sido discutidos ou mencionados. Resumiremos alguns deles, a seguir. Apenas tenhamos em mente que são critérios contábeis, mesmo que alguns tenham sido preconizados por Economistas.

O Custo Histórico faz parte do que se costuma chamar Valores Passados, e não é o único exemplo seu. Poderíamos ter o Custo de Oportunidade na data da obtenção do elemento do Ativo, por exemplo. Apenas que o primeiro é um Valor de Entrada, e o segundo, de Saída. (20).Valores de Entrada representam os obtidos no mercado de compra da entidade, e os de Saída, no mercado de venda.

---

19 . CANNING, John B., The Economics of Accountancy, The Ronald Press Co., New York, 1929, p. 13 e 45.

20 . Essa classificação de Valores de Entrada e Saída também foi feita por Edwards e Bell (op. cit., p.74 a 80).

Temos também os Valores Presentes. Entre eles destacam-se o Custo de Oportunidade (do momento presente), o Custo Corrente e o Custo Presente de Recolocação dos Serviços Prestados Pelo Ativo(21) etc.; os dois últimos são Valores de Entrada e, o primeiro, de Saída.

E entre os Valores Futuros, que podem também ser de Saída ou de Entrada, mencionamos o Custo Futuro de Reposição, exemplo do último grupo, e o Valor Líquido de Venda ("Net Realizable Value") exemplo do primeiro.

Não são essas as únicas possibilidades existentes de base para o registro contábil de um Ativo; são apenas alguns dos exemplos mais importantes.

2.3.2 - Comentários

Entre os Valores Passados, o único relevante é o Custo Histórico, Corrigido preferencialmente; mas traz ele em si todos os inconvenientes conhecidos, alguns dos quais já enumerados no Capítulo 1. O pior deles, a nosso ver, é a falta de capacidade de reconhecimento dos Ganhos ou Perdas pela Manutenção do ativo, atribuindo todo o resultado ao exercício em que ocorre a sua realização. O Custo de Oportunidade do passado é desprovido de valor para tomada de decisões, hoje e no futuro.

Dos Valores Presentes, o Custo de Oportunidade possui significado e importância bastante grandes, enquanto que o Corrente também. Aquele diz respeito ao maior valor que poderia ser obtido se o ativo fosse vendido no presente momento. E este, como já definido, mostra o que a firma desembolsaria para adquirir os "inputs" utilizados para a obtenção do ativo.

Edwards e Bell mostram, no Capítulo III de seu livro mencionado, a grande importancia do Custo de Oportunidade, apesar de afirmarem a maior utilidade do Custo Corrente devido ao Princípio da Continuidade. Se a firma está em vias de liquidação, então sim o Custo de Oportunidade assume maior utilidade do que o Corrente. Para eles, o Custo de Oportunidade é a melhor alternativa entre os Valores de Saída, e o Corrente o melhor entre os de Entrada.

---

21 . Espécie de Custo Corrente que registra pelo quanto custaria à empresa adquirir um agente, igual ou diferente do existente, capaz de prestar os mesmos serviços.

Preferem, todavia, o último já que a não liquidação da empresa num futuro próximo diminui a importância relativa do conhecimento e registro do valor de venda do Ativo. São suas afirmações : "Opportunity cost, then, is the significant valuation basis for the keeping of records in terms of exit values", e: " So long, then, as the liquidation of the firm's assets is not imminent, current cost data would appear more useful to the firm than opportunity cost data" (22).

Com relação aos Valores Futuros, o "Net Realizable Value " tem sido o mais discutido. Esse valor de Saída prega a mensuração contábil do elemento do ativo pelo seu valor líquido de venda assim definido: receita prevista menos todos os custos diretos previstos para a sua realização, como impostos, comissões, custos de remoção, estocagem etc. Sua aplicação aos inventários tem sido feita esporadicamente.

Os estoques têm sido o maior alvo de discussão sobre a utilização do conceito do Custo Futuro de Reposição. Também chamado de NIFO (next-in-first-out), assume a posição de que, pretendendo a empresa continuar suas operações com o mesmo tipo de produto (ou serviço), o valor verdadeiro do lucro consiste, no caso de mercadorias por exemplo, na diferença entre a receita obtida e o custo da substituição da unidade vendida; mas não o custo na data da venda, e sim o na data em que fôr realizada a próxima compra.

Um outro critério desse grupo (Valores do Futuro) tem sido apontado: o Valor Atual dos Recebimentos de Caixa Futuros. Hendriksen o discute e comenta que a sua utilização só poderia ser válida quando os recebimentos futuros de dinheiro ou seu equivalente são conhecidos, ou quando podem ser estimados com um alto grau de certeza e, ainda, se o período de espera (pelo recebimento) for relativamente longo (23).

Parece-nos que dos Valores Futuros apenas o último se aproxima do Valor Econômico do Ativo. Voltaremos a ele mais tarde.

---

22 . EDWARDS e BELL, op. cit., p. 81 e 102, respectivamente.

23 . HENDRIKSEN, op. cit., p. 282

2.3.3 - Resumo

Dos três grupos, julgamos que o critério mais adequado de cada um deles é o que aparece grifado no Quadro abaixo:

	Valores Passados	Valores Presentes	Valores Futuros
Valores de Entrada	-Custo Histórico -Custo Histórico Corrigido	-Custo Corrente -Custo Corrente Corrigido	-Custo Futuro de Reposição
Valores de Saída	-Custo de Oportunidade da Data de Obtenção	-Custo de Oportunidade	-"Net Realizable Value" -Valor Atual dos Recebimentos Futuros

2.4-VALOR ECONÔMICO DE UM ELEMENTO DO ATIVO

2.4.1 - Conceito

Já definimos um Ativo como sendo o futuro resultado econômico esperado de um agente.

Para mensurá-lo, então, do ponto de vista econômico em geral e contábil em particular, basta medirmos cada um dos resultados econômicos que se espera obter do elemento do Ativo.

Tais resultados, entretanto, não são usufruídos geralmente em um determinado instante apenas, apesar de que isso poderá acontecer em muitos casos.Espraiam-se por um período cuja extensão varia de elemento para elemento, podendo ser bastante longo. Isso provoca uma diferença de utilidade para a empresa.

Consequentemente, a empresa não admite como valor do elemento do Ativo hoje a simples soma dos seus resultados econômicos futuros.

Para contornar o problema faz uso do conceito de Valor Atual. Este nada mais faz do que procurar calcular qual seria a importância que, recebida hoje, daria à empresa a mesma utilidade que uma outra a ser recebida em uma determinada data futura. Sentir-se-ia ela indiferente quanto às duas alternativas: receber Cr$ X,00 hoje ou Cr$ (X+Y),00 amanhã.

A importância de Cr$ Y,00 descontada do resultado futuro corresponde ao Custo de Oportunidade dos Cr$ X,00. Em outras palavras, a capitalização dos Cr$ X,00 deve ser feita a uma taxa tal que o resultado final sejam os Cr$ (X+Y),00. Ou:

$$Cr\$\ X,00 \times (1+i)^n = Cr\$\ Z,00 ,$$

onde i = porcentagem de ganho com o investimento feito, por período; isto é, a taxa que representa seu Custo de Oportunidade;

n = número de períodos em que o tempo compreendido entre as duas datas foi dividido;

Z = X+Y = Capital investido mais Renda auferida = Alternativa de se esperar pelo recebimento integral no futuro.

Estamos aqui partindo da hipótese de que há a possibilidade da reaplicação da renda auferida. O fato de que isso pode não ser verdade em algumas situações nada altera o conceito de Valor Atual. Modifica-se apenas a forma de cálculo que passaria a ser de Capitalização Simples, ao invés da utilizada acima, Composta (24).

---

24 . Não entraremos na discussão dessa possibilidade e tampouco em maiores detalhes sobre o Valor Atual, por julgarmos ser esse um assunto bem conhecido e desnecessária sua maior exploração aqui.

Para nós,a forma mais conveniente e útil da equação acima é:

$$Cr\$\ X,00 = \frac{Cr\$\ Z,00}{(1 + i)^n}$$

Cr$ X,00 correspondem, então, ao Valor Atual de Cr$Z,00.

Há ainda outro aspecto importantíssimo a ser discutido.Caso seja o risco do investimento exatamente igual ao risco do recebimento do resultado econômico, nenhum ajuste se faz necessário, e o uso do Custo de Oportunidade pode ser feito normalmente. Ambos os riscos sendo iguais, o conhecimento desse Custo propicia o cálculo da importância que para a firma é indiferente ser recebida hoje,comparada com a alternativa de receber a outra quantia no futuro.

Se, entretanto, os riscos for diferentes, o Custo de Oportunidade perde um pouco da sua valia para a solução do problema. Se o risco do recebimento futuro de Cr$ Z,00 for maior do que o do investimento a ser feito com Cr$ X,00, a empresa provavelmente estará disposta a aceitar hoje um valor menor do que os Cr$ X,00. Isso, mesmo que o Custo de Oportunidade continue sendo Cr$ Y,00. O ponto de indiferença agora será alcançado com a comparação entre Cr$ Z,00 no futuro e Cr$ (Z-Y-W),00 hoje.

Qualquer importância menor do que Cr$ (Y+W),00 representa um valor que a empresa julga preferível sacrificar em troca de uma alternativa de risco menor. Cr$ W,00 representam o valor de sacrifício adicional a Cr$ Y,00 que atinge o ponto de indiferença entre as duas possibilidades.

Poderia também ser o caso de o investimento hoje viável possuir um risco maior do que o do recebimento dos Cr$ Z,00 no futuro. Em tal situação provavelmente a empresa somente aceitaria o recebimento no momento presente de uma importância maior do que os Cr$ X,00 para trocar pelo recebimento da outra no futuro. Mesmo que também aqui o Custo de Oportunidade continuasse sendo Cr$ Y,00. O ponto de indiferença seria então atingido em Cr$ (Z-Y+V),00.

Resumindo as três situações:

Riscos:	Ponto de indiferença: Recebimento no futuro de Cr$ Z,00, ou no presente de:	
Do investimento = ao do recebimento futuro	Cr$ (Z-Y),00 = Cr$ X,00	
Do investimento>do que o recebimento futuro	Cr$ (Z-Y+V),00 = Cr$ (X+V),00	(25)
Do investimento<do que o recebimento futuro	Cr$ (Z-Y-W),00 = Cr$ (X-W),00	(26)

Onde Cr$ Y,00 é o Custo de Oportunidade de Cr$ X,00;
Cr$ V,00 é o custo do risco maior do investimento;
e Cr$ W,00 é o custo do risco maior do recebimento.

O valor absoluto do risco, quer de uma, quer da outra alternativa, não é o fator preponderante; pelo contrário, ele nada significa. Toda a questão reside no risco adicional trazido por uma das possibilidades quando comparado com o da outra.

Para tornar mais fácil o cálculo do Valor Atual, podemos usar de um artifício, eliminando as etapas de avaliação do Custo de Oportunidade e do risco adicional (Cr$Y,00 e Cr$ W,00 ou Cr$ V,00).

Passamos a chamar de Custo de Oportunidade de Igual Risco ao valor que a empresa espera obter com um investimento cujo risco seja igual ao do recebimento do resultado econômico no futuro. A diferença reside no fato de que o Custo de Oportunidade se refere sempre à melhor alternativa existente, e o Custo de Oportunidade de Igual Risco se refere a uma alternativa, não necessariamente a melhor.

Quando um agente provoca o aparecimento de várias alternativas de ocorrência de resultados econômicos, logicamente a solução será encontrada naquela que maximizar seu Valor Atual. (Considere-se, por exemplo, o caso de uma empresa que possua uma Patente e possa escolher entre: a) vendê-la; b) alugá-la; c) fabricar o produto correspondente).

---

25 . $Y \geq V$

26 . $Y \gtrless W$

(Frisemos que quando falamos em Resultados Econômicos ou no seu Valor Atual, e os mencionamos em cruzeiros, queremos nos referir ao equivalente em dinheiro desses Resultados Econômicos.O Resultado não vem necessáriamente na forma de um recebimento de Caixa. Porém, obrigatoriamente, temos que avaliar o seu equivalente em dinheiro para a maior facilidade de comparação).

2.4.2 - Definição adotada

Concluímos pela adoção da seguinte definição:

> Valor Econômico de um Ativo é o Valor Atual máximo dos Resultados Econômicos Futuros esperados,no cálculo do qual a taxa de desconto é a do Custo de Oportunidade de Igual Risco.

(Consideramos que as expressões "máximo" e "no cálculo do qual....Igual Risco"podem ser omitidas, mas não o seu significado. Até que dito em contrário, então,estarão elas implicitamente subentendidas, mesmo que não literalmente mencionadas).

Inúmeros autores adotam definições semelhantes.Gynther,por exemplo, assim diz: " The economic value of each asset is the net present value of its service potentials (or rights to future economic benefits, etc.)" (27).

Hendriksen, como já foi exposto, também o faz, apesar de restringir essa mensuração apenas ao caso de futuros recebimentos de Caixa.

O Comitê para Conceitos e Padrões Contábeis, da "American Accounting Association"(AAA), emitiu a seguinte definição:"The value of an asset is the money-equivalent of its service potentials. Conceptually, this is the sum of the future market prices of all streams of service to be derived, discounted by probability and interest factors to their present worths"(28).

Apresentamos,a seguir,um exemplo ilustrativo da aplicação da definição acima.

---

27 . GYNTHER, Reg.S., Some "Conceptualizing" on Goodwill,"in Accounting Review",Vol.XLIV, no.2, AAA, Menasha, Wisconsin, abril/1969, p.248.

28 . AAA,Committee on Accounting Concepts and Standards,Accounting and Reporting Standards for Corporate Financial Statements and Preceding Statements and Supplements,American Accounting Association, Columbus, Ohio, 1957, p. 3.

2.4.3 - Exemplo

Suponhamos uma máquina que tenha as seguintes características:

. Vida útil: 10 anos

. Custo: Cr$ 15.000,00

. Capacidade de produção:

10.000 unidades nos primeiros 5 anos de uso

8.000 unidades nos últimos 5.

Outros dados:

. Valor unitário de venda do produto: Cr$ 10,00 (constante durante os 10 anos!)

. Matéria-Prima e Mão-de-Obra por unidade produzida (únicos custos diretos): Cr$ 9,00.

. Custos de manutenção da máquina:

Cr$ 5.000,00	por	ano	do	1º	ao	5º	ano	de uso
Cr$ 7.000,00	"	"	"	6º	ao	8º	"	" "
Cr$10.000,00	"	"	"	9º	ao	10º	"	" "

. Taxa de desconto considerada como o Custo de Oportunidade de Igual Risco: 10% ao ano.

. Valor venal da máquina:

No fim do	1º	ano	de	uso:	Cr$	12.000,00
" " "	2º	"	"	"	"	10.000,00
" "	3º	"	"	"	"	7.000,00
" "	4º	"	"	"	"	5.000,00
" "	5º	"	"	"	"	3.000,00
" "	6º	"	"	"	"	2.000,00
" "	7º	"	"	"	"	1.000,00
" "	8º	"	"	"	"	0,00

. Não há variação do Índice Geral de Preços

. Existe mercado para a produção máxima da máquina durante os 10 anos.

. O lucro só pode ser utilizado no final de cada período, mesmo que haja acumulação durante o ano; portanto, o cálculo do valor atual se restringe ao total acumulado no final de cada exercício.

Com esses dados teríamos :

a) Valor atual dos resultados econômicos do primeiro ano de uso da máquina:

Receitas

10.000 u x $ 10,00 = $ 100.000,00

Custos

Matéria-Prima e Mão-de-Obra:

10.000 u x $ 9,00 =	$ 90.000,00	
Manutenção da máquina =	5.000,00	95.000,00
Resultado Econômico do primeiro ano		$5.000,00

$$\text{Valor atual} = \frac{5.000,00}{(1 + 0,10)^1} = \$\ 4.545,00$$

b) Valor atual dos resultados econômicos do segundo ano de uso:

(a mesma estrutura do primeiro ano continua)

$$\frac{5.000,00}{(1+ 0,10)^2} = \$\ 4.130,00$$

c) Do terceiro ano de uso:

$$\frac{5.000,00}{(1 + 0,10)^3} = \$\ 3.755,00$$

d) Do quarto:

$$\frac{5.000,00}{(1+ 0,10)^4} = \$\ 3.415,00$$

e) Do quinto :

$$\frac{5.000,00}{(1 + 0,10)^5} = \$\ 3.105,00$$

f) Do sexto ano:

(estrutura modifica-se)

Receitas

8.000 u x 10,00 =		$ 80.000,00
Custos		
Matéria-Prima e Mão-de-Obra:		
8.000 u x $ 9,00 =	$ 72.000,00	
Manutenção =	7.000,00	79.000,00
Resultado Econômico do sexto ano..... $		1.000,00

Valor atual : $\frac{1.000,00}{(1 + 0,10)^6} = \$\ 564,00$

g) Do sétimo ano:

$$\frac{1.000,00}{(1 + 0,10)^7} = \$\ 513,00$$

h) Do oitavo ano:

$$\frac{1.000,00}{(1 + 0,10)^8} = \$\ 467,00$$

i) Do nono ano:

Receitas		$ 80.000,00
Custos		
Matéria-Prima e Mão-de-Obra =	$ 72.000,00	
Manutenção =	10.000,00	82.000,00
		(2.000,00)

Como no nono e décimo anos não existe resultado econômico favorável, pois as despesas são maiores que as receitas, abandonamos a hipótese de utilização da máquina nesses períodos, ainda mais que nesses anos o valor venal dela é nulo.

Restringimo-nos, pois, aos primeiros 8 anos; como em todos eles existe a possibilidade de venda da máquina, temos que calcular o valor atual de cada um dos possíveis valores venais.

Fim do ano número	Valor Venal	Valor Atual
1	Cr$ 12.000,00	Cr$ 10.908,00
2	10.000,00	8.260,00
3	7.000,00	5.257,00
4	5.000,00	3.415,00
5	3.000,00	1.863,00
6	2.000,00	1.128,00
7	1.000,00	513,00
8	0,00	0,00

Considerando todos os valores atuais das diferenças líquidas entre Receitas e Despesas dos 8 anos de uso (de a) até h), e mais o calculado imediatamente acima para a venda da máquina, construímos o seguinte quadro que nos dá diversas possibilidades:

Fim do ano	(A) Valor atual dos resultados econômicos do uso da máquina	(B) Valor de (A) acumulado	(C) Valor Atual do Valor Venal	(D) (B) + (C) = Valor Atual do Result.Econôm.Total
1	Cr$ 4.545	Cr$ 4.545	Cr$ 10.908	Cr$ 15.453
2	4.130	8.675	8.260	16.935
3	3.755	12.430	5.257	17.687
4	3.415	15.845	3.415	19.260
5	3.105	18.950	1.863	20.813
6	564	19.514	1.128	20.642
7	513	20.027	513	20.540
8	467	20.494	0	20.494

A coluna (D) mostra qual seria o valor atual do resultado econômico total de cada uma das possibilidades: uso da máquina durante um ano e venda imediata, uso durante dois anos e venda a seguir, etc. Vemos que a melhor alternativa é o uso durante 5 anos e venda do equipamento no fim desse período. A partir dessa data, o valor atual do resultado econômico total, que até então estivera em ascensão, passa a diminuir.

Como já foi exposto, o valor do Ativo corresponde à alternativa de Valor Atual máximo, o que, no nosso exemplo, corresponde a Cr$ 20.813,00.

2.5 - VALOR ECONÔMICO DO TOTAL DO ATIVO

2.5.1. - A Parte e o Todo

Quando uma empresa calcula o valor econômico de um elemento do seu Ativo, fá-lo em função da relação entre ele (Ativo) e ela (empresa). Sabidamente, um mesmo Bem pode ter valores econômicos diferentes para diferentes possuidores seus, seja devido à estrutura de custos, localização geográfica ou outros fatores quaisquer.

Por isso, a firma faz seus cálculos em função do que lhe afeta e interessa. Mas, mesmo quando age dessa maneira, pode ela afirmar que o valor econômico do seu Ativo corresponde sempre à soma dos valores econômicos de cada um dos seus componentes?

Consideremos exemplificativamente o caso de um profissional que, para prestar seus serviços, necessite de equipamentos, como o caso de um mecânico que efetua consertos. Se este profissional possuir apenas um equipamento A (torno, por exemplo), terá ele oportunidade de efetuar diversos trabalhos; isso dará um certo resultado econômico a tal equipamento, digamos de x .

Se possuir ele, por outro lado, apenas o equipamento B (aparelho de solda, por exemplo), provavelmente terá um resultado econômico y, e este pode ser igual ou diferente de x .

Mas se tiver ambos os equipamentos, poderá prestar os serviços que necessitem:

a) só do equipamento A;

b) só do equipamento B;

c) de A e de B.

Dependendo das circunstâncias, tais como mercado para cada uma das alternativas, capacidade e qualidade dos equipamentos etc, várias coisas podem acontecer. Primeiro, talvez o Profissional possa conseguir, com a existência dos dois equipamentos, serviços que demandem o uso de ambos, e que de outra maneira não lhe viriam às mãos. E isso pode provocar um resultado econômico total de z maior do que a soma dos resultados isolados x e y.

Segundo, talvez a diversidade dos serviços diminua a eficiência do Profissional nessa hipótese da existência de ambos os equipamentos; ou então poderia ele ter custos adicionais superiores à receita marginal obtida. E poderia ter, por esse motivo, um resultado econômico total de w, menor que (x + y).

E, finalmente, poderia haver a coincidência de existir um resultado econômico total de v exatamente igual à soma de x e y.

A única conclusão a que podemos chegar é que o Valor Econômico do Ativo Total nem sempre corresponde à soma dos Valores Econômicos de cada um dos seus elementos componentes.

2.5.2 - O Conceito e a Contabilidade

Estivemos falando em Valor do Ativo Total sem falarmos na sua definição, mas, é obvio, esta é exatamente a mesma utilizada para o item individual. Apenas a ênfase é dada ao cálculo que maximiza o Valor Atual do Total dos Resultados Econômicos.

Temos mencionado também a palavra "Econômico" quando nos referimos ao Valor do Ativo, mas não falamos ainda da aceitação por parte da Contabilidade. Nossa posição quanto a isso também é clara: esse deveria ser o conceito admitido por ela. Se a definição de Ativo aceita deve ser aquela fundamentada em razões e terminologia econômicas, a sua mensuração, por consequência, deve seguir a mesma trilha. Teríamos aí a situação que consideramos ideal.

Sabemos, entretanto, que esse ideal é algo difícil de ser alcançado. Mesmo em teoria aparecem diversos problemas de solução ainda não discutida ou encontrada. A própria diferença entre o Valor Econômico do Ativo Total e a soma dos Valores Econômicos de cada componente seu nos leva a um primeiro dilema sobre a sua contabilização.

A entidade, ao agir como um todo e assim obter seus resultados, está sempre interessada no conhecimento do seu Valor Econômico também como um todo; mas necessita dos detalhes para as tomadas de decisões. Terceiros interessados nela também têm suas preocupações, que de imediato convergem para os valores globais, e que depois se dirigem aos detalhes, mesmo que num grau diferente daquele utilizado pelo administrador. Todos precisam dos valores mais gerais e de significado mais amplo, como o Ativo Total, mas todos também precisam dos valores específicos de cada item, sem contar os grupos intermediários de vários níveis, como Ativo Circulante, Disponível, Imobilizado etc.

Cada uma dessas subdivisões também carrega o problema de possível desigualdade entre o seu Valor Econômico como um todo e a soma dos Valores Econômicos de cada item seu. E isso acarreta diversas dificuldades. Para a sua solução dois caminhos (pelo menos) parecem existir:

a) A Contabilidade registra cada item do Ativo pelo seu Valor Econômico isolado. E a diferença entre a soma destes e o Valor Econômico do Grupo passa a ser representada por uma ou várias contas de "ajuste". Estas(s) pode(m) ser subtrativa(s) ou aditiva(s), conforme a circunstância;,

b) ou registra cada componente pelo seu valor marginal com relação ao Valor Econômico do Grupo todo. Cada item a participar do Ativo (ou dele a sair) é valorado pela variação incremental (positiva ou negativa) sobre o Valor Econômico Total.

Quanto à primeira solução, entre seus prós e contras salientamos os seguintes: dependendo do número de subdivisões do Ativo, menor ou maior quantidade de contas de "ajuste" será necessária. Para cada subgrupo (Realizáveis, por exemplo) uma delas precisa ser utilizada para que o seu Valor Econômico corresponda à soma dos Valores dos itens abrangidos (Estoques, Valores a Receber e outros, por exemplo). Quando esses subgrupos são reunidos para a formação de um grupo maior (Ativo Circulante, por exemplo), outro ajuste se faz necessário. E para a formação do Ativo Total, mais um.

É fácil verificar a inconveniência de tantas contas de "ajuste"; e quanto mais detalhe aparecer nos relatórios, maior o seu número. Se aparecer apenas "Estoques", seu valor se refere ao do Inventário todo. Mas se houver a especificação dos em Processo, Acabados, Matéria Prima etc., cada um desses itens terá que ser reportado pelo seu Valor específico, e o "ajuste" provavelmente será necessário. Apesar de que se possa confiar no bom senso do Contador em escolher um número de subdivisões tal que as informações sejam transmitidas sem que os detalhes e "ajustes" prejudiquem essa comunicação, não representa esta a melhor e mais universal das soluções.

Em compensação ter-se-ia, segundo ainda essa primeira solução, uma avaliação monetária da eficiência (ou ineficiência) da empresa em agrupar componentes de forma tal a usá-los integradamente e obter algo mais (ou menos) do que a simples soma dos Valores Atuais dos seus Resultados Econômicos isolados. E uma comparação desses Valores com o Custo de adquirir tais itens pode ainda servir como auxílio no estudo dessa mesma eficiência (29).

A segunda solução mencionada traz a vantagem de considerar cada item pelo seu valor marginal, e sabemos que o conhecimento dessa informação é de grande importância para as tomadas de decisões. A sua comparação com o custo de obtenção também dá uma idéia do resultado de uma decisão já feita, ou pode ainda auxiliar nas futuras.

Mas tal solução também envolve outra dificuldade, a da sequência a ser considerada na avaliação. Por exemplo, dois itens a e b possuem um Valor Econômico Total de z; o item a possui o Valor Econômico isolado de x, e b, também isolado, de y. Se z for maior do que (x + y), sabemos que pela primeira solução comentada o Ativo ficaria assim constituído:

Item a	x
Item b	y
"Ajuste"	w
Ativo Total	z

onde w representa, é claro, a diferença entre z e (x+y).

Mas, pela segunda solução, o "ajuste" desaparece, e acabamos tendo duas outras alternativas. A primeira seria a de registrarmos o item a por x, e b pelo incremental (z - x), que é igual a (y + w). Ou então registraríamos b por y e a por (z - y), que é igual a (x + w). Tudo dependeria do critério (que precisa ser consistentemente aplicado) que se utilizar: ordem cronológica de surgimento como ativo importancia de cada um dos itens etc.

---

29 . Não consideramos que os relatórios propostos substituam ou devam substituir os baseados no Custo. Ambos são complementares e devem ser utilizados conjuntamente.

Talvez tivéssemos ainda uma terceira alternativa, a de registrar ambos os itens com base em alguma técnica estatística ou em alguma teoria mais bem desenvolvida; e poderíamos ter os valores de u e v (provavelmente diferentes de x e y e suas combinações com w) atribuídos a a e b, onde(u + v) = z, obrigatoriamente. Resumindo:

Item a	x	?	(x + w)	?	u	
Item b . . .	(y + w)	ou	y	ou	v	?
Ativo Total.	z		z		z	

Isso tudo sem considerarmos as grandes dificuldades práticas da mensuração dos Resultados Econômicos e da taxa de desconto a ser utilizada para a apuração do Valor Atual.

A frequência mínima normalmente exigida para a publicação dos Balanços (uma vez por ano), e a frequência maior com que esses relatórios são preparados para efeitos internos, como exigência de uma boa administração (mensalmente, trimestralmente etc.), tornam ainda mais complexo o problema. Esses cálculos não são fáceis e envolvem tempo e julgamento da elite admistrativa da entidade, além de recursos materiais que podem chegar às mais requintadas técnicas.

O Conceito Ideal é, portanto, de difícil aplicação prática, pelo menos no que tange à sua extensão a todos os detalhes inerentes e necessários à apresentação de um Balanço.

2.6 - O LUCRO

Analisando ainda o Conceito Ideal de Ativo, bem como a sua mensuração, podemos chegar à definição e mensuração do Lucro, também baseadas em termos econômicos. Passemos, primeiramente, à definição do que seja o Passivo, para depois chegarmos ao Patrimônio Líquido e, finalmente, ao Lucro.

2.6.1 - Passivo

O Passivo nada mais representa do que dívidas ou obrigação assumidas perante terceiros, a serem resgatadas ou cumpridas no futuro na forma de entrega de ativo(s) ou de prestação de serviços (30).

---

30 - Não entraremos em muitos detalhes sobre a definição de Passivo, como o fizemos com relação ao Ativo, por ser esse um conceito que não reúne tanta diversidade de opiniões. Para maiores detalhes consulte-se a obra de HENDRIKSEN já citada, pp. 444 e seguintes, e SEILER, Robert E., Current Liabilities, in "Handbook of Modern Accounting", editado por Sidney Davidson. McGraw-Hill

Também como no caso do Ativo, é necessário que a obrigação ou dívida tenha sido assumida até o presente instante.

(Consideramos "terceiros" toda e qualquer pessoa física ou jurídica para quem devam fluir os ativos ou serviços devidos. No caso, por exemplo, dos próprios acionistas ou sócios, consideramos que o Passivo só existe quando houver a decisão por parte da empresa de distribuição de lucros ou de retorno do Capital.)

Como o Passivo se refere a um Resultado Econômico e se reveste das mesmas características que cercam um Ativo, com a diferença de que é direito de outrem, cabe-lhe a definição:

> Passivo é o Resultado Econômico a ser sacrificado no futuro em função de dívida e/ou obrigação contraídas perante terceiros.

Vale também o mesmo conceito utilizado para o Ativo com relação à mensuração. O Valor Econômico (e Contábil ideal) do Passivo é o Valor Atual dos Resultados Econômicos em questão.

(Note-se que também tudo está em relação à empresa que possui o Passivo, e que o importante é o valor do Resultado Econômico (sacrificado)para ela, e não para o detentor do direito. Portanto, o que aparece como Passivo no Balanço de uma empresa pode não representar o valor atribuído como Ativo pela entidade que irá receber o Resultado).

O Passivo representa, em última análise,ativos a serem sacrificados no futuro, e o seu valor corresponde exatamente ao valor desses ativos.

2.6.2 - <u>Patrimônio Líquido</u>

O Patrimônio Líquido é a diferença entre o Ativo e o Passivo em um determinado instante, isto é, o Ativo Líquido e, por isso,usaremos as duas expressões como sinônimas.

A sua mensuração é feita também a partir dos conceitos utilizados para Ativo e Passivo, e pode assim ser expressa:

> O Valor do Patrimônio Líquido é o Valor Atual Líquido dos Resultados Econômicos Futuros esperados.

Lembremo-nos de que estão implicitamente incluídos nessa definição os conceitos de maximização desse Valor Atual e de Custo de Oportunidade de Igual Risco.

2.6.3 - Rédito

A partir das definições já adotadas para Ativo e Passivo (e consequentemente para Patrimônio Líquido), chegamos a:

> Rédito é o Resultado Econômico que pode ser retirado da Entidade num período, de forma tal que o Patrimônio Líquido no final desse período seja exatamente igual ao inicial.

Obviamente, nessa comparação entre os Patrimônios Líquidos ficam automaticamente eliminados os efeitos dos investimentos adicionais(ou desinvestimentos) feitos pelos sócios.

A mensuração do Rédito semelhantemente fica:

> O Valor do Rédito é a diferença entre os Valores Econômicos do Patrimônio Líquido inicial e final de um período, após exclusão dos acréscimos e decréscimos do Capital e da distribuição de lucros.

Decorrendo a definição de Rédito da de Ativo, encontra-se sujeita às mesmas críticas quanto à praticabilidade de sua utilização.

Capítulo 3

"GOODWILL"

3.1 - ATIVO INTANGÍVEL

3.1.1 - Definição (ou falta de)

Tradicional é a divisão feita entre Ativos Tangíveis e Intangíveis, e tradicional tem sido a dificuldade em defini-los, reconhecê-los e mensurá-los.

Se quisermos ligar a etimologia da palavra "Intangível" à definição dessa categoria de Ativos nada conseguiremos, a não ser concluir que não há tal significado etimológico no conceito contábil. Patentes são considerados Ativo Intangível; mas Prêmios de Seguro Antecipados não possuem qualquer caráter de tangibilidade maior do que aquelas, porém não pertencem ao grupo dos Intangíveis. Na verdade, Investimentos, Duplicatas a Receber, Depósitos Bancários, representam todos eles direitos, mas, apesar da falta de existência corpórea, são considerados "tangíveis".

Alguns autores têm procurado fazer a distinção mencionando como fator decisivo a ligação obrigatória desse tipo de Ativo com o Ativo Tangível da empresa; procuram mostrar que um Intangível dificilmente continua com sua característica de Ativo se for desligado

dos Tangíveis. Ou, pelo menos, têm alguns autores mencionado esse fato como sendo uma característica comum a todos os componentes desse grupo. Hendriksen afirma: "One common characteristic of most intangibles is that they cannot be separated from the firm or the physical property of the firm. They exist and have value only in combination with the tangible assets of the firm"(1).

Tal afirmação, comtudo, falha por não explicitar qual o tipo de ligação necessária, ou qual separação deve ser considerada. Afinal de contas, uma empresa pode vender uma Patente para outra, ou até para um indivíduo, sem que isso lhe altere a característica de Ativo, e, mais ainda, de Ativo Intangível. Direitos Autorais independem completamente da existência de Ativos Tangíveis para a sua existência e reconhecimento, mesmo que sob o limitado conceito do Princípio de Custo como Base de Valor.

Talvez a característica mais comum a todos os itens do chamado Ativo Intangível seja o grande grau de incerteza existente na avaliação dos futuros resultados que por eles poderão ser proporcionados. A dificuldade de mensuração não é, entretanto, restrição suficiente para uma definição.

Hatfield prefere não definir tal Ativo, mas explicá-lo enumerando os mais importantes elementos que a tradição contábil tem feito classificar como Intangível: "Intangible assets are defined as meaning patents, copyrights, secret processes and formulas, goodwill, trademarks, trade brands, franchises and other like property. The phrase is not particularly appropriate and, <u>except by enumeration, the separation between tangible and intangible assets is not easily made</u>."(2).

Como tal classificação dos Ativos não nos parece útil, tanto para a Teoria Contábil, como para o presente trabalho, preferimos não tentar qualquer definição nesse campo.

Existe, porém, um item que nenhum autor ou profissional jamais deixou de considerar como "Intangível"(pelo menos dentro de nossos conhecimentos). E ele é o elemento originador deste estudo: o "Goodwill".

---

1 . HENDRIKSEN, <u>op. cit.</u> p. 424.

2 . HATFIELD, Henry R., <u>Accounting; Its Principles and Problems</u>, D. Appleton and Co., Inc., Nova York, 1927, p. 111 (Grifo do Autor).

3.2 - O "GOODWILL"

3.2.1 - O Termo

Procuramos, em vão, um termo em português que pudesse ter um significado suficientemente preciso para ser usado como perfeita tradução da palavra inglesa "Goodwill" (com o significado que tem, é claro, para a Contabilidade). Como não conseguimos nosso intento, e também porque o uso praticamente já consagrou tal termo entre nós, passaremos a utilizá-lo inclusive com a mesma grafia. (O uso da expressão "Fundo de Comércio" como sinônimo de "Goodwill" parece-nos bastante infeliz; não se trata esse ativo realmente de um fundo e nem sempre é derivado ou relacionado com o comércio.)

3.2.2. - Referências Históricas

O "Goodwill" tem sido motivo de estudos, debates, artigos, livros, legislação, concordâncias e divergências desde há muitos anos. As citações e referências a ele datam de séculos atrás, mas a primeira condensação do seu significado e o primeiro trabalho sistemático tendo-o como tema central parecem ter existido em 1891.

Bryan V. Carsberg dedicou-se a um estudo histórico mais aprofundado, e do seu artigo As Contribuições de P.D.Leake à Teoria da Avaliação do "Goodwill" retiramos algumas das referências que se seguem (3).

Naquele ano de 1891 Francis More lia um artigo perante a Chartered Accountants' Students' Society of Edinburgh, na Escócia, publicado no mesmo ano na revista "The Accountant", sintetizando alguns dos pensamentos da época; iniciava assim uma nova fase na mensuração do "Goodwill".

Em 1897, Lawrence Robert Dicksee também publicava em Londres Goodwill and Its Treatment in Accounts, ressaltando os "perigos" da contabilização do "Goodwill", e propondo a sua imediata liquidação contra o Patrimônio Líquido nos casos em que ele obrigatoriamente tivesse que ser contabilizado. Também emitiu os primeiros conceitos sobre a inclusão da justa remuneração da administração para o seu cálculo!

---

3. CARSBERG, Bryan V., The Contributions of P. D. Leake to the Theory of Goodwill Valuation, in "Journal of Accounting Research" University of Chicago, Vol. 4, no. 1, Chicago, Illinois, 1966.

Edwin Guthrie, em 1898, fazia uma palestra para a Manchester District Society of Chartered Accountants, seguindo de uma maneira geral o pensamento de Dicksee; seu trabalho também foi publicado no "The Accountant, naquele mesmo ano.

(Vale a pena notar que, na época, alguns desses Contadores, como Francis More, fizeram uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, não tendo sido encontrado quase nada sob o aspecto contábil; algumas publicações já existiam, mas relacionadas à questão legal. A primeira vez que apareceu essa palavra foi em 1571, segundo o Oxford English Dictionary (4))

Henry Rand Hatfield, grande estudioso dos Ativos Intangíveis em geral, em 1909 introduzia uma nova maneira de cálculo do "Goodwill" em sua obra "Modern Accounting: Its Principles and Some of its Problems, publicada em Nova York.

Em 1914, Percy Dew Leake lia perante a Leicester Chartered Accountants' Students' Society, em 1914, um trabalho que, do ponto de vista científico, representava um dos maiores esforços para a evolução do estudo do "Goodwill". The Accountant também reproduziu o trabalho em 1914.

Logicamente outros estudos existiram durante aqueles anos, mas estamos citando apenas os principais.

A partir de 1914 esse assunto começou a ser mais discutido por Contadores, Advogados e Economistas, e as referências históricas tornam-se bem mais numerosas; também as opiniões cada vez mais diversificadas. Algumas delas serão abaixo apresentadas.

(Não é nosso intento atermo-nos ao estudo histórico do "Goodwill", por isso mencionamos apenas essas referências para que tenhamos uma idéia da extensão do problema por ele trazido e do tempo despendido em seu estudo.).

3.2.3 - Extensão do Problema

Antes mesmo de entrarmos na sua conceituação e no seu estudo propriamente dito abordaremos, de passagem, o mérito desses mesmos estudo e análise.

---

4 . Idem, ibidem, p. 1

A quantidade de obras que tratam do "Goodwill", bem como as conclusões até então existentes, eram já tão numerosas que Canning escreveu em 1929 esta frase que ficou famosa e, até hoje, é repetida por inúmeros autores: "Accountants, writers on accounting, economists, engineers, and the courts, have all tried their hands at defining Goodwill, at discussing its nature and at proposing means of valuing it. The most striking characteristic of this immense amount of writing is the number and variety of disagreements reached"(5).

Essa situação ainda hoje persiste e não se chegará, provavelmente, a um acordo sobre assunto tão controvertido a curto prazo. Em 1971 Eiteman observou: "Considering the extreme differences in views which still exist today, one might conclude that accounting for Goodwill will long remain one of the most controversial issues in financial reporting".(6).

Se desde o século passado (pelo menos) se trabalha na elaboração de uma teoria sobre tal assunto com tamanho afinco, mas aparentemente com tão desanimador resultado a ponto de provocar aquele comentário de Canning em 1929 e, ainda mais, se mesmo hoje não se pode antever com certeza a época em que um consenso será atingido, como prevê Eiteman, que conclusões podemos tirar dessa situação? Haverá realmente mérito em tal esforço? Estarão os pesquisadores no caminho certo? Estarão as idéias sendo desenvolvidas e inseridas em uma estrutura capaz de permitir a sua adoção prática?

Bedford acertadamente comenta que a própria situação existente é o maior motivo que serve de estímulo para novas pesquisas. "But the existence of such widespread interest and disagreement also directs attention to the importance of the topic. Furthermore, there is always the hope that continuous examination of the concept will lead to a clarification of it." (7).

Concordamos integralmente com o comentário acima. O interesse há longo tempo demonstrado por tantos estudiosos da matéria, a variedade de opiniões emitidas e a extensão das discussões a seu respeito nada mais indicam do que a existência de um problema real e tangível, cuja solução se faz necessária para apaziguamento geral; e também que esse campo é imenso e profícuo, pois cada autor e profissional abordam-no num aspecto distinto, mostrando a fertilidade ainda existente.

---

5 . CANNING, J. B., op. cit. p. 38 .

6 . EITEMAN, Dean S., Critical Problems in Accounting for Goodwill, in "Journal of Accountancy", American Institute of Certified Public Accountants, Nova York, março/1971, p. 46.

7 . BEDFORD, Norton M., Goodwill, in "Handbook of Modern Accounting", editado por Sidney Davidson, McGraw-Hill Book Co., Nova York, 1970, p. 19-2.

Baseando-nos nessa crença é que procuramos desenvolver o presente trabalho, tentando contribuir com algo que trouxesse melhor clareza ao quase tabu que é o "Goodwill". Não tivemos jamais a intenção de solucionar inteiramente o caso. Pretendemos apenas auxiliar nessa solução.

3.2.4 - Natureza do "Goodwill"

Dentro da concepção econômica do Ativo já exposta no Capítulo anterior, existe uma liberdade bastante grande para a aceitação e mensuração do "Goodwill". Mas, infelizmente, essa concepção ainda não é aceita na prática pela Contabilidade. E disso resulta toda ou, pelo menos, a maior parte da problemática que envolve essa matéria.

O Princípio do Custo como Base de Valor e outros utilizados pela Contabilidade, desde há séculos atrás, muito têm restringido a aceitação de vários itens como elementos componentes do Ativo. E essa restrição tem sido não só no aspecto da avaliação como no da própria natureza desses itens. E os efeitos mais dramáticos se fazem sentir no conjunto dos "Ativos Intangíveis".

Um Imóvel que pertença a uma empresa estará, em função da atual estrutura contábil, registrado no seu Ativo pelo valor de aquisição, com raras exceções. Mas um Imóvel é algo bastante "tangível"e sua existência não traz dúvidas; sua avaliação pode provocar discordâncias, porém, o custo de aquisição é um valor objetivo(mesmo que não informativo, às vezes).

Mas no caso de uma Patente as complicações aparecem.Se ela possui valor econômico a Contabilidade não se recusa a registrá-la como um Ativo. Porém, o faz única e exclusivamente em função do seu custo de aquisição. Caso tenha sido ela comprada, um valor fácil de ser determinado existe.Entretanto, caso seja ela desenvolvida dentro da própria empresa, esse valor objetivo passa a ser muito mais difícil de se determinar, e pode inclusive deixar de ser "objetivo".

Uma empresa que mantenha um departamento de pesquisa em funcionamento ininterrupto sempre se vê às voltas com essa dificuldade. Muitos dos custos envolvidos em tais pesquisas resultam em trabalho infrutífero (do ponto de vista econômico) e, quando algum deles apresenta um resultado cujo valor econômico se pode visualizar,o dilema da avaliação aparece. Provavelmente algumas das pesquisas estéreis contribuíram de alguma maneira para a orientação desta outra. Mas todos devem ser capitalizados como ativo ou apenas os incrementais provocados por essa pesquisa frutífera?

A Contabilidade jamais conseguiu, nem em teoria e tampouco na prática, uma homogeneização no tratamento dessa questão. Provavelmente, a maior influência na contabilização desse tipo de custo tenha vindo não da teoria contábil, mas da Legislação Tributária. Esta, aceitando quase que universalmente como despesa do período tal custo (já no exercício em que foi incorrido), tem provocado a singular situação em que uma entidade possui um ativo dessa espécie, com reconhecido valor econômico e custo, mas que não aparece jamais em Balanço.

Mas, mesmo que se consiga identificar os custos dessa Patente, e se os registre devidamente no Ativo da empresa, surge a indagação: Qual a relação entre esse custo e o Valor Econômico dessa Patente? Provavelmente a distância entre eles será muito maior do que no caso do Imóvel. Principalmente quando fôr a Patente desenvolvida internamente, e não comprada.

Mais agrava-se o problema, todavia, quando uma entidade desenvolve esforços para conseguir um conhecimento técnico sobre determinado produto, e o obtém, provocando o destaque dessa entidade quando comparada com as concorrentes. Não se trata de uma Patente, mas de um "Know-how" adquirido de alguma maneira que dá condição privilegiada à empresa que o explora e dele usufrui.

Esse conhecimento, apesar do seu valor econômico inegável, simplesmente é ignorado no Balanço Contábil, e os custos que lhe deram origem (se existem) normalmente vão para a conta de Lucros e Perdas desvirtuando completamente o seu significado; acaba-se registrando uma diminuição do Patrimônio Líquido quando, na verdade, ele cresceu do ponto de vista econômico.

Terrenos, Patentes, "Know-how", são apenas alguns exemplos aqui utilizados para melhor explanação do problema. E "know-how", propaganda eficiente, localização geográfica estratégica, habilidade administrativa fora dos padrões comuns, treinamento eficiente dos empregados, relações públicas favoráveis, legislação pública também favorável, condições monopolísticas etc., representam todos eles elementos que têm valor econômico. Estão dirigindo à entidade que os possui Resultados Econômicos que de outra forma não existiriam. Mas a Contabilidade, seguindo seus Princípios de Custo, Objetividade e Conservadorismo, tem preferido o seu não reconhecimento.

Estes são os exemplos mais comuns do que genericamente se conhece por "Goodwill". Abrange tal conceito, pelo que se pode depreender da literatura existente, todos esses agentes de reconhecido va

lor econômico mas que, pela sua falta de tangibilidade, pela ausência de custo ou de sua difícil mensuração, pela subjetividade e pela discordância comum sobre o seu próprio papel, significado e definição, têm caído na mira do Contador como algo portador de valor, mas de difícil identificação e mensuração.

A natureza do "Goodwill" tem sido, obviamente, o maior empecilho do seu próprio reconhecimento contábil.

3.3 - CONTABILIDADE E "GOODWILL"

A Contabilidade, ao tratar durante esse longo tempo do "Goodwill", acabou por criar um série de conceitos para sua definição e mensuração. Conceitos esses diversos entre si e que têm sofrido mutações através dos anos.

Sem nos atermos muito ao passado mais remoto e procurando analisar a situação presente com relação a esse assunto, podemos sintetizar as diversas concepções e colocá-las em três grandes grupos.

Primeiro - O grupo que tem por fundamento a definição do "Goodwill" como sendo o Valor Atual dos "Super--Lucros".

Segundo - Aquele que o considera como subavaliação dos Ativos ou falta de registro de alguns deles.

Terceiro - O grupo que o conceitua como "master valuation account".

(É importante lembrar que estamos, nesta parte, tratando do conceito Contábil, e, por isso, quando a palavra "Ativo" é mencionada, está ela relacionada ao conceito tradicional que a Contabilidade lhe tem dado. Assim sendo, a existência, por exemplo, de um elemento humano com superior capacidade técnica ou administrativa dentro da empresa, e que é considerado um Ativo Econômico, não é aceito como tal pela Contabilidade, ou seja, não estará enquadrado dentro do que passaremos a denominar de "Ativo Contábil".)

3.3.1 - Valor Atual dos "Super-Lucros"

A característica primeira e principal que fez voltar os olhos dos Contador, Economista e Advogado para a existência (ou inexistência) do "Goodwill" foi a presença dos "Super Lucros".

Dentro de uma atividade econômica qualquer, onde diversas empresas operam e uma delas ou várias se destacam sobre as demais por auferirem maior lucro sobre o investimento, diz-se que estão elas auferindo um"super-lucro".E este corresponde à parte do retorno sobre o investimento que está acima da média obtida pelas outras empresas.

Mas essa presença de várias entidades em uma mesma indústria não é uma condição necessária. Pode haver o caso de uma empresa em situação monopolística que, por esse motivo, não possua condições de comparação com outras similares;mas, mesmo neste caso, se o lucro conseguido for superior à média de outras indústrias ou atividades dentro da região ou país, admite-se a existência do"super-lucro".

Tal conceituação, apesar de ser a mais comum e a mais difundida, possui ainda alguns aspectos não muito claros.

O lucro utilizado para a avaliação é o estritamente contábil, com alguns ajustes que foram introduzidos para o caso das sociedades dirigidas pelos próprios donos. Esses ajustes se referem à avaliação da remuneração dos dirigentes. Como muitas das empresas em questão não registram o valor dessa remuneração, ou o fazem não pelo real, preferindo a distribuição de lucro como alternativa,tal tipo de ajuste se torna realmente necessário.

Para o cálculo da Taxa de Retorno Sobre o Investimento e sua comparação com o "normal" para a indústria, o próprio conceito de Investimento também não é aceito por todos num consenso único.Alguns consideram o Ativo Contábil todo e outros apenas o Patrimônio Líquido. Mas parece haver uma forte tendência geral para a inclusão tão apenas, tanto em um como no outro sentido dado para Investimento, dos valores "tangíveis".

De maneira geral, o sentido dado para o "Goodwill"pelos adeptos da sua concepção como Valor Atual dos Super-Lucros é o de que se existe um resultado obtido pela empresa acima do "normal",deve-se isso a algum fator que não está dentro do Ativo Contábil.E deu-se o nome de "Goodwill" a tal fator, definindo-o como sendo o Valor Atual desses Super-Lucros.

Não entraremos em maiores detalhes sobre essa conceituação, pois, como muito bem demonstra Gynther, apesar de reconhecida a existência de algum fator a provocar os lucros anormais,seus adeptos sempre preferiram a definição baseada não nele, fator, mas no próprio cálculo dos lucros; e isso realmente acaba provocando a

mensuração e não a definição de "Goodwill"(8). É de Gynther a seguinte frase: "...the widespread'present value of excess profits'idea of Goodwill confuses the nature of Goodwill with a popular method of measuring it"(9).

Gynther menciona ainda a falta de um critério consistente para a avaliação do investimento para que se possa calcular o Retorno de forma uniforme. "...most advocates of the ' excess profits concept' do not insist on valuing tangible assets by any one consistent valuation method,..."(10). Mas esse argumento não é muito válido já que inúmeros autores mencionam explicitamente que a melhor maneira de avaliar o Ativo "tangível" é o uso do Custo Corrente (11).

Essa definição está,pois, completamente prejudicada.E só foi aqui considerada e evidenciada como tal pela insistência com que aparece na literatura contábil.

3.3.2 -"Goodwill" como Subavaliação do Ativo

A noção de "Goodwill" como Ativo subavaliado ou não registrado também não é nova, e prende-se à idéia de que esse elemento surge porque o valor de mercado do Ativo é superior àquele reportado pela Contabilidade, e/ou porque o valor de utilização é superior ao de mercado. Esses degraus de valor de custo para valor de mercado e deste para valor de utilização é que causam o aparecimento do "Goodwill"; mesmo que o custo corresponda ao valor de mercado, pode ainda haver a diferença entre este e o de utilização, o que provocaria o seu surgimento.

Por exemplo, um ativo adquirido por Cr$ 80.000,00, com valor de mercado (de compra ou de venda - há adeptos de ambos) de Cr$ 90.000,00, pode ter um valor para a empresa de Cr$ 95.000,00(valor de utilização). Como a Contabilidade normalmente o terá registrado pelos Cr$ 80.000,00, para os proprietários e administradores da empresa o valor do "Goodwill" será de Cr$ 15.000,00 (Valor de uso menos Valor Contábil). Mesmo que a Contabilidade tivesse registrado esse Ativo pelo seu valor de mercado, ainda assim existiria o"Goodwill" agora avaliado em apenas Cr$ 5.000,00 (Cr$ 95.000,00 -Cr$ 90.000,00).

---

8 . Problema semelhante existe em várias áreas. Veja-se a mesma confusão com relação à definição de Ativo no Capítulo anterior.
9 . GYNTHER, op.cit. p. 254.
10. Idem, ibidem, p. 249.
11. As fontes serão mencionadas mais abaixo.

A exemplo de "valor de mercado" que ainda não foi bem definido na contabilidade, também"valor de utilização"permanece com diversos conceitos; inclusive tem sido dado a ele o próprio significado de Valor Econômico.

Mas as opiniões ainda divergem quanto a um outro aspecto, o do intervalo a que corresponde o "Goodwill". Enquanto alguns consideram a diferença total entre o valor contábil e o de utilização, outros aceitam apenas a diferença entre valor de mercado e de utilização.

Parece-nos que nessa conceituação existe realmente fundamento para a criação de uma Teoria sobre o "Goodwill".Por tal motivo este mesmo tema será abordado posteriormente.

Quanto ao Ativo não registrado a situação em nada se altera, pois como Bedford afirma, a diferença entre Ativo subavaliado e não registrado é apenas de grau (12).

3.3.3 - "Master Valuation Account"

Canning, que sempre deu ênfase ao Ativo como sendo "a set of desirable future services that is valuable in money and may be realized upon in money either directly or through intermediate operations"(13), ou seja, reconhecendo-o pelo seu Valor Econômico , foi dos primeiros a comentar um outro aspecto: "Goodwill" não é um Ativo em si mesmo, representa apenas uma "master valuation account".

Cada elemento componente do Ativo possui um certo valor também econômico. Mas nem todos os elementos, recursos, direitos e fatores que possuem valor econômico são facilmente identificáveis. Por isso o "Goodwill" representa tão somente o valor agrupado desses elementos que têm em comum a única característica: dificuldade em sua dividualização (14).

Essa conceituação, apesar de não ser estritamente contábil,possui vários adeptos dentro da própria Contabilidade. Parece-nos muitíssimo fundamentada também.

É necessário destacar-se que muitas vezes torna-se difícil,senão impossível, distinguir bem essas diferentes conceituações.

---

12 . BEDFORD, op. cit. p. 19-3.
13 . CANNING, op. cit. p. 38.
14 . Idem, ibidem, p. 42.

Colocâmo-las assim separadas muito mais em função de uma facilidade maior de visualização. Vamos, de agora em diante, analisar o "Goodwill" sem nos referirmos especificamente a esta ou aquela conceituação.

3.3.4 - Um Outro Aspecto Contábil

Já mencionamos que a Contabilidade tem notado a existência do "Goodwill" quando da presença dos chamados "super-lucros". Mas, na prática, só o tem reconhecido quando uma entidade adquire parte ou a totalidade de uma outra. E isso sucede em inúmeras situações, sendo as seguintes as três principais:

a) quando uma pessoa adquire parte de uma empresa, pagando um valor em excesso ao que seria o valor proporcional dessa quota, caso mensurada pelo seu valor contábil ou pelo valor de mercado dos elementos individuais componentes do seu Ativo Contábil;

b) quando uma entidade adquire ativos de uma outra, pagando pelo total um valor em excesso com relação à soma dos valores individuais (de mercado) de cada um dos seus elementos;

c) quando uma entidade adquire uma parte ou o todo do Patrimônio Líquido de uma outra, e essa aquisição é feita por um valor maior do que o da diferença entre a soma dos valores individuais dos elementos do Ativo Contábil e a soma dos valores individuais dos do Passivo.

No caso do exemplo (a) existe um "Goodwill" que é reconhecido apenas na contabilidade da pessoa adquirente e é, portanto, pessoal. Os outros dois são mais caracteristicamente admitidos pela Contabilidade.

Tão somente nessa condição existe hoje o reconhecimento contábil do "Goodwill" na prática. Mas, mesmo assim, apenas na escrituração da entidade que fez a aquisição.

3.4 - ALGUMAS CRÍTICAS AO TRATAMENTO CONTÁBIL ATUAL

3.4.1 - Quanto ao Reconhecimento

A prática hoje utilizada pela Contabilidade de apenas reconhecer o "Goodwill" quando este for adquirido por um custo objetivamente determinado, tem acarretado sérias injustiças e algumas deturpações à realidade econômica.

Empresas que possuam semelhante Ativo Contábil (excluindo "Goodwill"), semelhante Ativo Econômico e que tenham tido operações diversas com relação ao seu crescimento (com investimento no seu próprio Ativo ou aquisição de outras empresas, por exemplo), poderão ter Balanços que apresentarão valores de Ativo completamente diferentes.

E isso não quer sequer dizer que uma tenha tido um custo maior para a aquisição do seu "Goodwill", já que a Contabilidade só registra aquele adquirido numa data específica por um valor determinado e relevante. Se o total gasto por ambas as empresas tiver sido o mesmo, mas uma conseguiu o seu "Goodwill" ao longo dos anos por meio de propaganda eficiente, treinamento dos empregados, criação de uma boa imagem junto aos consumidores etc., e a outra o conseguiu com a aquisição em uma certa data de uma outra empresa que já tivesse esse mesmo "Goodwill", ambas, com o mesmo valor investido, mesmo Ativo Contábil (sem "Goodwill") e mesmo Ativo Econômico, vão apresentar Balanços completamente diferentes. A que fez seu investimento em pequenas porções por um longo tempo terá amortizado a totalidade (ou quase) desse investimento contra seu Patrimônio Líquido na forma de despesas. A outra, que o fez com o total despendido em um momento específico, apresentará esse valor como Ativo. Além disso, o valor pago pode ou não representar o valor desse "Goodwill". Como afirma Saliers, o vendedor, ao fixar o preço de venda, não pode esperar o pagamento integral do real valor, pois precisa sacrificar o suficiente para induzir alguém à compra (15).

3.4.2 - Quanto à Amortização

Depois da aquisição surge o dilema: amortiza-se o "Goodwill" ou deixa-se-o como elemento do Ativo Contábil?

Um raciocínio lógico parece ser o de se proceder à amortização se o valor do "Goodwill" adquirido decresce com o passar do tempo. Mas se não existe evidência de que isso acontece, nenhuma quota seria diminuída do Ativo a esse título. E tal maneira de agir tem sido recomendada por vários autores. Ainda pode-se admitir a amortização com fundamento no fato de ter sido o "Goodwill" um custo incorrido com o intuito de se auferir receitas futuras e, por isso, deve ser tratado como diminuição destas.

---

15 . SALIERS, Earl A., Accountant's Handbook. The Ronald Press Co., Nova York, 1923, p. 567.

Hendriksen resume: "Therefore, the amortization of goodwill is supported either on the basis of matching of the purchased goodwill with related revenues or on the ground that the value of the purchased goodwill declines over time" (16). Mas outros autores lembram o fato de que novos dispêndios com a manutenção do "Goodwill" ou do seu acréscimo, se feitos na forma de propaganda ou outra maneira semelhante, acabarão sendo amortizados também nesses mesmos períodos, o que acabaria provocando dupla carga nesses exercícios.

E uma posição extrema acaba sendo adotada por outros que pretendem eliminar essa dupla carga e aquela representação no Balanço de forma diferente por empresas que tenham adquirido o seu "Goodwill" de maneira também diferente. Adotam esses autores a amortização direta contra o Patrimônio Líquido do total do valor do "Goodwill" na própria data da sua aquisição.

Dicksee já preconizava esse tratamento no fim do século passado (17), que continua suscitando discussões até hoje. Catlett e Olson mais recentemente também preferiram essa amortização quando desenvolveram um estudo para a "American Institute Of Certified Public Accountants", concluindo:" .. this study recommends that amounts paid for goodwill in a business combination be accounted for as a reduction of stockholders' equity at the time of the combination"(18).

Note-se nesta última frase a insistência da palavra combinação que, nesse estudo, representa genericamente aquisição ou fusão, ou mais especificamente, "pooling of interests" e aquisição. (Até aqui havíamos falado na compra de uma empresa por outra, mas existe essa fusão tipo "pooling of interests", onde a troca das ações ou quotas-parte entre os proprietários das duas entidades pode: a) representar fielmente uma fusão de interesses; e b) acobertar uma aquisição real. Pode haver a entrega de ações cujo valor de mercado suplante o dos ativos adquiridos, mas nenhum "Goodwill" será registrado, e os Balanços de ambas continuarão como antes pois as duas entidades têm sua individualidade mantida, mesmo que às vezes apenas ficticiamente.)

---

16 . HENDRIKSEN, op. cit. p. 436

17 . DICKSEE, Lawrence R., Goodwill and Its Treatment in Accounts, Londres, 1897 (conforme citação na obra já mencionada de CARSBERG, p. 4).

18 . CATLETT, George R., e OLSON, Norman O., Accounting for Goodwill, "Accounting Research Study No. 10", American Institute of CPAs, Nova York, 1968, p. 113.

O empecilho maior que tem provocado essa relutância dos Contadores em registrar o "Goodwill", e que tem causado a"pressa"em eliminá-lo do Ativo, tem sido a própria Teoria Contábil,predominantemente os Princípios do Conservadorismo e da Objetividade dentro de la. Por essa razão, temos sentido a atual falta de informação de tão importante elemento nos relatórios contábeis. Sua importância deriva da mais fundamental necessidade da pessoa que toma decisões:prospecção do futuro.

Já mencionamos que a Contabilidade, ao procurar registrar fatos econômicos, tem como principal finalidade o fornecimento de informações. Não é seu papel predizer o futuro, mas também não o é o simples registro do que se passou, fechando os olhos para aquele campo.

Falando sobre o especial problema dos chamados"Intangíveis", ao mencionar a constância da grande disparidade entre o valor deles e o seu custo, escrevem Paton e Paton Jr:"...failure to indicate such a situation in the statement of financial position, at least to the extent of a footnote, is hardly excusable. Revaluation and a fresh start accountingwise can be justified in such cases"(19).

3.5 - AVALIAÇÃO CONTÁBIL DO "GOODWILL"

Inúmeras fórmulas têm sido apresentadas para a mensuração do "Goodwill"dentro da Teoria Contábil.Mas sua aplicação tem se restringido quase que somente ao campo jurídico, em alguns países onde esse cálculo se faz necessário no caso comum de falecimento de um dos sócios e, que, por cláusula contratual, os remanescentes pagam aos herdeiros daquele o valor da sua quota. E o "Goodwill" tem sido incluído nesse valor pois representa genuinamente um Ativo Econômico.

Algumas das fórmulas em questão serão sucintamente enumeradas a seguir.

3.5.1 - Quando Comprado

Quando o "Goodwill" fôr adquirido dentro daquelas condições já enumeradas em que a Contabilidade o reconhece, ele será registrado pelo seu valor histórico de aquisição.

---

19 . PATON, William A. e PATON, Jr.,William A., Asset Accounting,The Macmillan Co., Nova York, 1952, p. 493.

Uma empresa, ao adquirir outra (total ou parcialmente), registrará como "Goodwill" o excesso pago sobre o valor do Patrimônio Líquido da adquirida (proporcionalmente à parte comprada).

Quando ambas empresas continuam a existir separadamente após a transação, dando origem à consolidação dos relatórios contábeis, a Contabilidade tem tido por tradição a adoção do Valor Histórico para o Patrimônio Líquido da adquirida, do Valor Histórico para o investimento no Ativo da adquirente e o aparecimento do "Goodwill" apenas na consolidação. Quando ambas se fundem, dando origem a uma nova firma ou à continuação apenas da adquirente, tem a Contabilidade enfatizado a necessidade de uma avaliação dos Ativo e Passivo Contábeis da empresa comprada pelos seus valores correntes. Tem procurado também incluir como Ativo apenas os elementos considerados "Tangíveis", e o excesso pago sobre os novos valores correntes aparece sob a rubrica "Goodwill".

Exemplo:

A empresa A adquire 90% das ações da empresa B por Cr$. ...720.000,00. No momento anterior à transação os Balanços das duas empresas assim estavam constituídos:

	A	B
Ativo		
Caixa.....	$ 800.000	50.000
Estoques.....	900.000	300.000
Imobilizado.....	2.000.000	700.000
Total.....	$3.700.000	1.050.000
Passivo		
Contas a Pagar..	600.000	450.000
Patrimônio Líquido		
Capital.....	3.000.000	400.000
Lucros Retidos...	100.000	200.000
Total...	$ 3.700.000	1.050.000

Como o Patrimônio Líquido da empresa B apresenta o valor

contábil de Cr$ 600.000,00, 90% dos quais foi comprado por Cr$ 720.000,00, temos o cálculo do"Goodwill":

Valor Pago menos 90% do valor do Patrimônio Líquido(que é a parte adquirida) = Cr$ 720.000,00 - 0,9 x Cr$ 600.000,00 = = Cr$ 180.000,00, que é o valor a aparecer na consolidação dos Balanços, imediatamente após a transação.

A Consolidação dos Balanços de A e B ficaria assim:

Ativo		
Caixa.....	$ 130.000	(20)
Estoques.....	1.200.000	
Imobilizado..... ..	2.700.000	
Goodwill.....	180.000	
	$ 4.210.000	

Passivo e Pat.Líq.	
Contas a Pagar.....	1.050.000
Participaç.da Minoria.(21)	60.000
Capital.....	3.000.000
Lucros Retidos.....	100.000
	$ 4.210.000

Caso a empresa A tivesse adquirido a totalidade de B, mas após uma avaliação objetiva dos elementos do Balanço de B chegasse à conclusão de que eles correspondem aos Valores Correntes com exceção de: a) Estoques, que tem o Custo Corrente de Cr$ 350.000,00; e b) Imobilizado, que tem o Custo Corrente de Cr$ 800.000,00. E tivesse a transação sido efetuada por Cr$ 800.000,00 (90% dos quais corresponde aos Cr$ 720.000,00), o valor registrado como "Goodwill" seria:

---

20 . Devido à redução pelo valor pago.

21 . 10% de Cr$ 600.000,00.

Patrimônio Líquido de B : Cr$ 1.200.000,00 - Cr$ 450.000,00= = Cr$ 750.000,00 (22).

"Goodwill": Cr$ 800.000,00 - Cr$ 750.000,00 = Cr$ 50.000,00.

Consolidação:

Ativo

Caixa.....	50.000
Estoques.....	1.250.000
Imobilizado.....	2.800.000
Goodwill.....	50.000
	$ 4.150.000

Passivo e Pat. Líq.

Contas a Pagar.....	1.050.000
Capital.....	3.000.000
Lucros Retidos.....	100.000
	$ 4.150.000

No caso da aquisição total, caso não houvesse a avaliação pelo Valor Corrente, o "Goodwill" apareceria com Cr$ 200.000,00(Cr$.. 800.000,00 - Cr$ 600.000,00).

Nenhuma dessas soluções é satisfatória; o registro contábil do "Goodwill" apenas quando da sua aquisição representa uma porção apenas do todo, sem indicação de qual a porcentagem a que se refere.Mesmo com a avaliação pelo Custo Corrente a situação não melhora muito, pois os ativos que já pertenciam à empresa A continuam avaliados pelo Custo Histórico, e o "Goodwill" considerado corresponde unicamente àquele pago quando da aquisição de B, nada informando sobre o de A.

Algumas variações ainda existem quanto ao tratamento e à

22 . Onde Cr$ 1.200.000,00 corresponde ao Ativo pelo Valor Corrente = Cr$ 50.000,00 + 350.000,00 + 800.000,00 e Cr$ 450.000,00 é o Valor Corrente do Passivo.

mensuração por ocasião da compra do "Goodwill", tanto na situação e xemplificada, como no caso de entrada de novo sócio. Mas o princípio é sempre o mesmo - apenas o valor de custo é reconhecido.

3.5.2 - Quando Não Comprado

Já vimos que a Contabilidade tem se recusado a aceitar o registro do "Goodwill" quando este não é adquirido dentro das condições anteriormente citadas, isto é, por uma soma relevante em determinado instante. Entretanto, vários autores têm preconizado diversos métodos para a sua mensuração e inclusive sugerido seu registro pelo menos na forma de uma Nota a acompanhar os Relatórios Contábeis.

Logicamente, cada uma dessas mensurações está diretamente relacionada com a própria definição de "Goodwill". No caso dos Super-Lucros, a atual concepção é a da medida do seu Valor Atual. Ou seja, o "Goodwill" passa a corresponder ao Valor Atual do Lucro que se espera obter e que esteja acima daquele que seria considerado normal.

Como já foi dito, o sentido dado à palavra Lucro, nesse caso, tem sido o contábil na maioria das vezes. E "normal" tem sido a Taxa de Retorno obtida por empresas similares sobre o Ativo ou Patrimônio Líquido, considerados apenas quanto aos seus elementos "tangíveis" ou, pelo menos, com a exclusão do próprio "Goodwill". Especifica Bedford : "By similar businesses is meant businesses in the same industry undergoing the same elements of risk and uncertainty" (23). Menciona, ainda, a necessidade de ajustes para eliminar as diferenças devidas aos procedimentos e estruturas contábeis não semelhantes entre essas firmas (24).

Considera ainda o autor em questão a possibilidade de se avaliar o "Goodwill" comparando o lucro esperado nas atuais circunstâncias com aquele que seria obtido com a próxima melhor alternativa de investimento. E também a de se comparar o lucro obtido pela empresa como um todo com aquele que seria possível somando-se os lucros individuais que cada um dos elementos do Ativo conseguiria de per si (25).

---

23 . BEDFORD, op. cit. p. 19-18.
24 . Idem, ibidem, p. 19-18.
25 . Idem, ibidem, p. 19-17.

Bastante divergência também tem existido quanto ao número de anos a se adotar para o cálculo do "Goodwill" dentro dessa concepção dos super-lucros. Enquanto alguns fixam arbitrariamente determinado número de anos (3,5,7 etc.) para os quais se deve usar o mesmo valor do super-lucro hoje sendo obtido pela empresa, com gradual redução a partir desse período (26), outros preferem confiar no bom senso e na capacidade do Administrador em prever o valor desse super-lucro em cada um dos próximos exercícios; outros, ainda, procuram limitar o número de anos ao necessário para o completo pagamento da dívida assumida no caso da aquisição. Parece-nos que apenas o critério da fixação do tempo e valor a ser feita pelo Administrador merece maior consideração, já que, apesar de não ser inteiramente objetivo, sofre menos o efeito das arbitrariedades que os demais apresentam.

Alguns refinamentos têm sido propostos, como o uso de uma taxa de desconto crescente com o número de exercícios abrangidos pela avaliação, ou valor decrescente do próprio super-lucro,a fim de diminuir o impacto dos valores mais distantes no tempo (27). Ou então o uso de uma média entre as estimativas mais pessimistas e as mais otimistas sobre o valor do super-lucro, número de anos em que se espera será obtido, taxa de desconto etc.(28).

Mas o grande mal de qualquer dos critérios citados continua sendo, a nosso ver, a utilização de um valor de Investimento baseado no Custo Histórico e tão apenas nos Ativos atualmente admitidos como tais pela Contabilidade. E, oque é pior, Ativos esses que, segundo uma boa parte dos autores, deve tão apenas abranger os elementos"tangíveis" para efeito do cálculo do "Goodwill"(29).Com isso, acaba-se criando uma confusão entre o "Goodwill" e os demais "intangíveis".

Quanto à mensuração baseada na conceituação de "Goodwill", como subavaliação do Ativo ou "master valuation account", deriva ela diretamente da própria definição que se adotar como Ativo.No Capítulo seguinte voltaremos a esse assunto quando considerarmos o Valor Econômico para o Ativo.

---

26 . Consulte-se, por exemplo, a obra mencionada de CARSBERG,que cita alguns dos pioneiros que trataram desse assunto e fizeram as primeiras considerações sobre tal fixação de número de anos.

27 . CARSBERG, op. cit., p.3

28 . BEDFORD, op. cit., p. 19-18

29 . Alguns dos autores que suportam essa opinião:HENDRIKSEN,op.cit., CONYNGTON, Hugh R., Financing an Enterprise, The Ronald Press Co., Nova York, 5a. ed., 1923; PATON e PATON, Jr.,op.cit.

3.6 - CLASSIFICAÇÕES DO "GOODWILL"

Algumas classificações têm sido propostas por diversos Contadores para uma sistematização do estudo do "Goodwill". As aqui apresentadas são alguns dos exemplos mais conhecidos.

Paton e Paton, Jr. classificam o "Goodwill" em quatro grupos (30):

"Goodwill Comercial" - Aquele que aparece em função dos seguintes fatores:

a) serviços colaterais, como equipe cortês de vendedores, entregas convenientes, facilidades de crédito, dependências apropriadas para serviço de manutenção etc.;

b) qualidade do produto em relação ao preço;

c) atitude e hábito do consumidor como fruto de nome comercial e marca tornados proeminentes em função de propaganda persistente.

Inclui ainda, em casos especiais, a localização da firma, e o faz quando o valor do terreno não é suficiente para cobrir o valor dessa influência. Menciona também a importância do distribuidor e a sua colaboração para a formação do "Goodwill" da indústria; esta pode obter o "Goodwill" em função da boa imagem que o distribuidor (ou varejista) possui ou cria (quer com o seu esforço único, quer em cooperação com a indústria).

"Goodwill" Industrial - O que surge em função de altos salários, baixo "turnover" de empregados, oportunidades internas satisfatórias para acesso às posições hierárquicas superiores, serviço médico, sistema de segurança adequado etc., desde que tais fatores contribuam para a boa imagem da empresa e também para redução do custo unitário de produção (devido à eficiência de uma força de trabalho operando nessas condições). Dessa forma, um valor ("Goodwill") é adicionado à empresa.

"Goodwill" Financeiro - Aquele derivado da atitude de investidores, fontes de financiamento e de crédito (para capital em dinheiro, bens ou

---

30 . PATON e PATON, Jr, op. cit., p. 488 e seguintes.

serviços). Existindo essas condições em caráter bastante favorável, possui a firma sólida situação para cumprir suas obrigações e manter sua imagem, ou, então, obter recursos financeiros que lhe permitam aquisições de matéria-prima ou mercadorias em melhores termos e preços.

"Goodwill" Político - O obtido em função de boas relações com o Governo. Esse fator, segundo os autores citados, tem crescido em importância, o que parece ser verdade em muitos países. Reconhecem também a dificuldade de se efetuar essa própria classificação e admitem a quase impossibilidade prática de se atribuir o todo do "Goodwill" a cada um dos fatores que o provocam. Mas advertem: "Attention should again be called to the fact that goodwill is present as a substantial element in the value of the enterprise only where the established connections with customers, employees, and others, together with the more general conditions surrounding the business, are of such a character as to result in the attainment of a superior level of earning power"(31).

Conyngton admite uma outra classificação (32):

"Goodwill"Comercial - Aquele criado independentemente das pessoas proprietárias ou administradoras da empresa, ou seja, o criado em função unica e exclusivamente da firma como um todo. Abrangeria parte dos quatro grupos já citados anteriormente, englobando de cada um deles o que não recebeu influência pessoal dos proprietários ou gerentes.

"Goodwill"Pessoal - Exatamente aquele que surge em função de uma ou várias pessoas que integram a empresa, sendo ela(s) proprietária(s) ou administradora(s). Corresponde, mais ou menos, ao complemento do "Goodwill" Comercial.

"Goodwill"Profissional - O desenvolvido por uma classe profissional (normalmente liberal) que acaba por criar uma imagem que a distingue o suficiente dentro da sociedade, a fim de lhe propiciar condições de alta remuneração. Cita o caso dos médicos, advogados (no princípio do século principalmente), contadores (em alguns países) etc.

---

31 . Idem, ibidem, p. 490.
32 . CONYNGTON, op. cit., p. 342.

"Goodwill" Evanescente - O "Goodwill" que tem uma vida muito limitada, pois as circunstâncias que o suportam são de curta duração, como é o caso característico de certos produtos que a moda cria; podem ser de qualquer natureza: jogos (como boliche, em alguns lugares), vestuário (botas, por exemplo), lugares públicos (boate) etc. (Note-se que a intenção do autor é a de separar o Comercial do Evanescente em função da duração do "Goodwill".)

"Goodwill"de Nome ou Marca Comercial - Aquele que independe do produto, pois concorrentes o fabricam com as mesmas características, e que só pode ser ocasionado pela imagem do nome da empresa que o produz ou da marca sob o qual é comerciado.

Em ambas as classificações acima exemplificadas, nota-se a grande dificuldade em se delimitar os grupos. A nossa intenção em mostrá-las foi tão somente a de dar uma idéia sobre as diferente situações que podem criar o "Goodwill", e as diversas circunstâncias que podem ser definidas como sendo as originadoras.

Catlett e Olson mencionam os seguintes fatores como sendo responsáveis pelo aparecimento do "Goodwill":

- Administração superior
- Organização ou gerente de vendas proeminente
- Fraqueza na administração do competidor
- Propaganda eficaz
- Processos secretos de fabricação
- Boas relações com os empregados
- Crédito proeminente como resultado de uma sólida reputação
- Excelente treinamento para os empregados
- Alta posição perante a comunidade conseguida através de ações filantrópicas e participação em atividades cívicas por parte dos administradores da empresa
- Desenvolvimento desfavorável nas operações do competidor
- Associações favoráveis com outra empresa

. Localização estratégica

. Descoberta de talentos ou recursos

. Condições favoráveis com relação aos impostos

. Legislação favorável

E acrescentam logo após essa enumeração : "This is a random list of a few of the many factors which could contribute to the earning power of a company. No list of all or nearly all the factors and conditions contributing to goodwill is possible, a fact which is itself indicative of the nature of goodwill" (33).

Essa última frase tem um significado ainda maior aqui,pois resume a idéia que tivemos em apresentar neste capítulo algumas das características do "Goodwill", tentando mostrá-lo em função das circunstâncias que o criam e de alguns outros aspectos. Não o definimos de maneira proposital, e não exploramos em profundidade todo o seu campo pois não foi este o nosso intento. O nosso objetivo foi o de apresentar, sucintamente, o que de mais importante se tem escrito a seu respeito; alguns conceitos ainda serão mencionados no próximo capítulo, quando procuraremos associar o "Goodwill" aos conceitos econômicos de Ativo e Lucro já adotados.

---

33 . CATLETT e OLSON, op. cit. p. 17 e 18.

Capítulo 4

PROPOSIÇÃO

4.1 - "GOODWILL" E CONTABILIDADE EM TERMOS ECONÔMICOS

Vimos algumas das características que cercam o "Goodwill" e o seu tratamento por parte da Contabilidade. Alguns dos conceitos se aproximam da caracterização desse "intangível" como Ativo em termos econômicos e não puramente contábeis. Primeiramente, verificaremos algumas dessas aproximações para, em seguida, tecermos alguns comentários.

4.1.1 - Aspectos Econômicos de Alguns Conceitos Contábeis

O Conceito de "Goodwill" como Valor Atual dos Super-Lucros pode parecer compatível com o conceito econômico de um Ativo à primeira vista. Mas a grande limitação existe no próprio fato já comentado de que o conceito de "Lucro" tomado em consideração tem sido constantemente o utilizado pela Contabilidade. E sabemos que este está sujeito às aplicações dos princípios que têm norteado, praticamente em todo o mundo, a prática contábil; o "Custo como Base de Valor", mesmo com algumas correções pela variação do poder aquisitivo da moeda, tem sido o fundamento da avaliação das receitas e despesas que compõem o lucro. E a "Realização" só permite a apropriação das receitas quando da efetiva venda do bem ou prestação do serviço.

Quando da qualificação do "Goodwill" como Ativo subavaliado ou não registrado, a distância entre o conceito contábil e o econômico passa a existir exatamente na própria definição que aquele dá ao Ativo. À medida que a Contabilidade admite como Ativo elementos que a Economia os aceita como tal, menor se torna a distância entre o conceito que aquela aplica ao "Goodwill" e o que esta poderia aplicar.

E quando do uso da "master valuation account" o mesmo comentário acima tem lugar aqui, já que a razão principal da divergência reside também na própria definição de Ativo.

4.1.2 - "Goodwill" e a Definição de Ativo Adotada

No Capítulo 2, a definição adotada para Ativo, que julgamos a ideal a ser utilizada pela Contabilidade, para determinados fins, considera fundamentalmente o resultado econômico que se espera obter no futuro. Para a aceitação do "Goodwill" dentro dessa definição é necessária, pois, a existência e identificação desse resultado.

Do que já foi exposto, vimos que o "Goodwill" tem sido genericamente aceito como o fruto da existência de diversos fatores que a Contabilidade não aceita formalmente como elementos do Ativo, quer sejam eles a organização interna da empresa, o bom relacionamento com os empregados, a condição monopolística, a localização da firma, ou outros quaisquer.

Desses fatores, um dos mais comentados e frequentemente encontrados na prática é o próprio elemento humano. Na posição de proprietário, de administrador, de funcionário burocrático, de técnico, de operário, etc., acaba criando oportunidade para a firma auferir um resultado econômico total maior do que seria possível com o uso de outro pessoal sem as excepcionais qualidades deste. Um Presidente bem relacionado socialmente, um Diretor Financeiro cuja capacidade tenha sido reconhecida como proeminente, um Gerente de Marketing cujo conhecimento das reações do Mercado se sabe insuperável pelos concorrentes etc., são exemplos da existência do fator humano a produzir os efeitos mencionados. Uma força de trabalho que atua na produção, cujo treinamento é mais efetivo e eficiente do que o dos concorrentes, ou atuando na distribuição com resultados excepcionais, ou exercendo funções burocráticas com grande economia de custo, também representa uma origem de parte dos resultados econômicos.

Logo, se o elemento humano é responsável por parte desses resultados, enquadra-se ele dentro da nossa definição de Ativo adotada. Mas a Contabilidade só tem tido olhos para a existência de lucro acima do normal, ou seja, do super-lucro, a fim de reconhecer o "Goodwill" (mesmo que apenas em teoria).

Nenhuma restrição foi feita quanto ao resultado econômico, nem mesmo quando da sua mensuração; aceitamos a medida do Ativo como sendo o valor atual dos resultados esperados no futuro, sem discriminarmos se acima ou abaixo de um limite qualquer, mesmo que o "normal".Mas também não fizemos referência sobre a identificação do agente que produz tais resultados. Ao dizermos que uma máquina, por exemplo, possui um certo valor econômico x, estamos identificando o agente ao resultado econômico; mas a máquina necessita de um operador, e o montante do resultado pode estar relacionado diretamente à capacidade técnica do operador. O administrador da firma, ao avaliar o seu Ativo pelos seus elementos componentes, atribuirá o resultado tão-somente à máquina? Obviamente o operador também é responsável por ele. Mesmo quando o elemento humano não influa diretamente na eficiência da máquina, a sua presença é indispensável, mesmo que seja apenas para colocá-la em funcionamento ou ativar o computador que fará o trabalho.

Direta ou indiretamente, a curta ou longa distância, física ou intelectualmente o fator humano se associa de alguma forma aos agentes mais "tangíveis".

Hermanson, ao elaborar sua tese sobre Ativos Humanos,propôs a sua contabilização, classificando-os dentro dos "Ativos Operacionais". Mas ao avaliá-los utilizou o método de calcular a diferença entre o Valor Econômico do Ativo Total e a soma dos valores de mercado de cada um dos outros elementos que chamou de "Owned Assets"; a essa diferença deu o nome de "Operational Assets", expressão que usa como sinônima de Recursos Humanos (1). E dessa maneira fugiu ao problema oriundo da íntima associação do elemento humano com a máquina (por exemplo); o uso do valor de mercado para esta última foi a solução encontrada para evitar essa dificuldade (2).

Se uma perfeita ou pelo menos aceitável fórmula for encontrada para a mensuração individual da força de trabalho (considerada como sinônimo de recurso humano neste caso), bem como dos elemen-

---

1 . HERMANSON, op. cit. p. 14.

2 . Esse autor utilizou um sistema para avaliação do Ativo Total fundamentado diretamente na comparação entre a lucratividade da firma e a média da indústria a que pertence. Consulte-se a obra citada, p. 7 all, para maiores detalhes.

tos do Ativo, consideraríamos um limite a partir do qual o valor econômico passaria a ser atribuido a um "Goodwill"? Não aceitamos tal proposição, já que o valor do elemento do Ativo é aquele total mensurado, seja ele igual, menor ou maior do que o que se considere "normal". Por isso, dentro do nosso conceito de Ativo todo e qualquer resultado econômico que seja oriundo da existência do elemento humano dentro da empresa, será sempre considerado como um elemento desse Ativo, e especificamente representado pelo agente que o produz, e nunca por "Goodwill".

A aceitação do recurso humano como elemento do Ativo não é novidade; além de Hermanson, diversos outros autores já se referiram ao fato. Falando sobre ele comenta Gynther: "Although these assets might be characterized by a lack of physical substance, they often represent value in the form of future beneficial service potentials, and thus are no different, in an economic sense, from assets with physical substance"(3). Acentua-se, assim, que a caracterização do Ativo não está em função da sua "tangibilidade", mas do seu valor e da sua importância econômica, o que é partilhado também por Paton que cita: "Assets are not inherently tangible or physical. An asset is an economic quantum. It may be attached to or represented by some physical object, or it may not"(4).

O próprio Paton, ainda falando sobre ativo humano, salienta a sua importância, afirmando: "... in the business enterprise a well-organized and loyal personnel may be a much more important 'asset' than a stock of merchandise"(5). Não há duvida, assim, de que o recurso humano constitui um elemento do Ativo da empresa (desde, é claro, que seja capaz de provocar o aparecimento, no futuro, de um resultado econômico).

Resumidamente, todos os fatores que a Contabilidade tradicionalmente tem ligado ao "Goodwill", e que são derivados diretamente do elemento humano dentro da empresa, sofrem uma caracterização diferente quando se tenta atribuir a ela (Contabilidade) definições em termos econômicos. O recurso humano, neste caso, é um valor específico do Ativo; o fruto da sua atuação, representado pelos resultados econômicos, é diretamente relacionado a ele, e não ao "Goodwill". Reconhecemos que o problema reside na mensuração desse Ativo, mas não na sua natureza.

---

3. GYNTHER, op. cit., p. 255.
4. PATON, William A., no seu comentário à ARS 10, na obra já citada de CATLETT e OLSON, p. 143.
5. PATON, William A., Accounting Theory, Accounting Studies Press, Ltd., Chigaco, Illinois, 1962, p. 486.

O reconhecimento desse fator como Ativo é essencial para a perfeita identificação dos recursos que uma empresa possui. Vários autores têm voltado sua atenção para esse aspecto (como alguns já citados) evidenciando uma preocupação que começa a se fazer sentir. O aspecto social tem sido também mencionado, apesar de que tão somente os valores econômicos possam ser enquadrados dentro de um relatório contábil (6).

Mas o mais surpreendente é a existência de firmas que tentam, de uma forma ou de outra, reconhecer esse fato e registrá-lo. Não se trata de um acontecimento comum, mas uma tentativa aparentemente bem sucedida (apesar das limitações do método empregado) já fez registro na História. A "R. G. Barry, Inc." (E.U.A.), indústria manufatureira, tem procurado apresentar em seus Balanços um Ativo que evidencia a existência do elemento humano. Como não pode ela fugir aos preceitos da Contabilidade tradicional, contornou o fato da seguinte maneira: cada centavo gasto com treinamento, recrutamento, subsídio escolar etc., não é imediatamente tratado como despesa. Esses custos são capitalizados numa conta de Ativo e amortizados contra Lucros e Perdas durante os exercícios em que o empregado permanece trabalhando para a firma (7). Obviamente, não representa o Ativo Contábil dessa empresa o valor econômico dos recursos humanos, mas reconheçamos as limitações impostas pela prática e pela legislação daquele País (e de quase todos os outros), e louvemos o pioneirismo nesse compo. A intenção é de grandes méritos.

Quando o "Goodwill" é atribuído a processos de manufatura secretos, patentes, direitos especiais e fatores semelhantes, prevalece também o mesmo raciocínio: os resultados econômicos futuros derivados deles são ativos pela nossa definição adotada, e devem ser identificados pelos respectivos agentes. Também não existe "Goodwill" no sentido econômico nesse caso.

Toda a vez que existe a identificação do agente causador do resultado não se pode ignorá-lo e substituí-lo por aquele "intangível" de concepção tão genérica e ainda mal definida. Todos os fatores passíveis de serem isolados não podem ser classificados como "Goodwill".

---

6 . Consulte-se a obra citada de BEDFORD, Norton M., p. 19-4.

7 . A "R.G.Barry, Inc." é, pelo nosso conhecimento, a pioneira nesse tipo de tratamento. Tomamos contacto com esse procedimento na Conferência pronunciada pelo presidente dessa companhia, Gordon Zacks, na sede da "National Accounting Association de Columbus", Ohio, E.U.A., em 25 de janeiro de 1971, e pela publicação do artigo Human Resource Accounting, in "Canadian Chartered Accountant", 1970, Canadá.

Se todos os resultados econômicos a afluírem para a empresa tiverem seus agentes identificados, chegamos então à conclusão de que não haverá jamais a existência desse elemento no Ativo de qualquer empresa. Mesmo quando houver a aquisição de uma empresa por outra, poderá a adquirente estar pagando ou não por tais fatores; mas se eles continuarem a existir após a fusão representarão ativos para ela e como tais serão identificados. (Não muito raro é o fato de a fusão de duas firmas provocar o aparecimento de um Ativo total maior do que a soma de cada um deles tomados isoladamente, pois a transação pode criar a potencialidade de futuros resultados econômicos que antes não existia em qualquer das duas.)

Parece fácil a conclusão de que o "Goodwill" somente existe então quando não há a identificação dos agentes responsáveis pelos resultados econômicos esperados. Alguns autores já mencionaram e afirmaram tal fato. Bedford, por exemplo, salienta:"...the economic concept of goodwill is introduced when the future receipts of the organization cannot be assigned as a contribution of a finite list of specific assets. That is, the search to assign a specific cause, in the form of a specific asset, for the expected future receipts requires the introduction of goodwill as an asset"(8).

Mas achamos fundamental distinguirmos entre uma solução final para um problema e uma outro paliativa, na falta da primeira. Na verdade, não podemos chamar a última de solução final, mas talvez apenas de solução intermediária, de transição. Não somos contra a sua existência, pelo contrário, julgâmo-la essencial muitas e muitas vezes, mas é necessário que reconheçamos a sua verdadeira natureza para não nos acomodarmos e fugirmos ao dever de pesquisar pela resposta final,ou pelo menos, por uma mais rigorosa e científica.

Em um Ativo definido em termos econômicos não existe,portanto, lugar para o "Goodwill". Em uma Contabilidade fundamentada dessa forma o "Goodwill" simplesmente não existe. A sua definição como repositório dos agentes desconhecidos ou não identificados não possui significado científico; representa um estado de impossibilidade momentânea de melhor especificação.

Todavia, reconhecemos a grande dificuldade e até mesmo impossibilidade prática dessa identificação na maioria das oportunidades. Por isso, somos da opinião de que ainda não há condições para a efetiva substituição de muitos dos fundamentos que atualmente suportam a Contabilidade tradicional. Esta não pode ser substituída

---

8 . BEDFORD, Norton M., op. cit., p. 19-5.

pela baseada em termos econômicos ainda na prática por diversos motivos: o público não está ainda preparado para tal modificação, e incluímos como "público" todos os interessados nos relatórios financeiros de uma empresa e que sejam externos a ela; os acionistas, sócios e proprietários de forma geral também não podem passar abruptamente de uma forma secular de registro e análise para outra, sem um período suficientemente longo para desarraigar os conceitos que precisam de transformação; os próprios administradores também necessitam dessa fase transitória inclusive para que suas funções não sofram solução de continuidade provocada pela modificação, em parte, do sistema de informações; os profissionais da Contabilidade, além de passar por essas mesmas fases que os demais, deverão criar condições para orientar os usuários das informações que eles propiciam; e, finalmente, a própria teoria contábil necessita ainda de mais estudos e pesquisas direcionados para a elucidação de muitos pontos obscuros e, às vezes, virgens.

A modificação de alguns dos princípios contábeis se faz necessária; o reconhecimento dos verdadeiros elementos do Ativo é uma necessidade premente para a melhoria da qualidade das decisões tomadas no mundo econômico, para a informação mais completa sobre os fatos e a sua relação com o tempo. E a teoria contábil precisa se desenvolver mais para fornecer conceitos através dos quais a finalidade da própria Contabilidade possa ser melhor cumprida. É bastante correta e apropriada a frase de Philip Defliese:"...I believe the only way in which we ever achieve advancement in what may be termed practical accounting is by first developing and setting forth concepts toward which practice should strive"(9).

O papel da teoria não se restringe, entretanto, apenas às grandes inovações e descobertas. Sua função também abrange o estudo e a análise das dificuldades que a prática de determinada técnica ou ciência sofre nos momentos de transição. Razões teóricas devem também fundamentar o processo de transformação. Guias e procedimentos precisam ser fornecidos por ela para que a fase intermediária seja a mais breve possível e que os objetivos sejam alcançados sem danos e prejuízos para ninguém.

Por isso é que nos animamos a propor um pequeno modelo para estabelecer um liame entre a Contabilidade de hoje(tradicional) e a "econômica", que consideramos ideal.

---

9 . DEFLIESE, Philip L., A Practitioner's View of the Realization Concept, in "Accounting Review", Vol. XL, no. 3, American Accounting Association Menasha, Wisconsin, Julho de 1965, p.517.

4.1.3 - O Modelo Ideal

Depreende-se que, a partir do exposto, o modelo ideal para um Balanço e uma Demonstração de Lucros e Perdas em termos estritamente econômicos seria aquele que contivesse todos os elementos do Ativo e do Passivo (e, consequentemente, do Patrimônio Líquido) enquadrados nas nossas definições para esses grupos. Como resultado, todas as Receitas e Despesas, bem como quaisquer outras alterações do Patrimônio Líquido, seriam também assim conceituadas e mensuradas.

As Receitas seriam mensuradas pelo valor econômico do Ativo recebido, e as Despesas pelo do Ativo entregue ou consumido, ou do Passivo assumido.

Todos os elementos do Ativo seriam individualizados ou agrupados em função do seu agente e jamais existiria um elemento denominado "Goodwill". As modificações do Patrimônio Líquido outras que as englobadas pelo Demonstrativo de Lucros e Perdas (distribuição de lucros, aumento ou diminuição do Capital etc.) nunca conteriam mutações que teriam sido provocadas por ele ("Goodwill").

Entretanto, algumas características "sui generis" apresentar-se-iam nesse modelo. No caso de uma indústria, seria muito comum ver-se o valor do Patrimônio Líquido alterando-se em função do processo de fabricação em si.Como o Ativo é mensurado pelo Valor Econômico que possui em uma determinada data, e como a produção dá origem a elementos cujo valor normalmente é maior do que o da soma dos "inputs" utilizados, o novo valor do Ativo sofreria esse acréscimo.

As flutuações econômicas que trouxessem modificações aos valores econômicos dos itens constituintes seriam registradas e especificamente atribuídas a esses mesmos itens, com evidenciação no relatório apropriado.

A Contabilidade estaria tendo, dessa maneira, a oportunidade ímpar de desempenhar sua verdadeira função. As informações assim geradas seriam de valor inomensurável para todo e qualquer nível de tomada de decisões, interno ou externo à firma.

4.1.4 - A Dificuldade Prática

Já foram citadas por diversas vezes neste e nos capítulos anteriores as grandes dificuldades de se colocar em prática esse modelo ideal. No Capítulo 2, item 2.5, salientamos o grande problema

da diferença entre a soma dos Valores Econômicos dos elemento de um Ativo e o Valor Econômico Total desse mesmo Ativo. À primeira vista, dois critérios fundamentais existiriam para contornar tal problema:o registro pelo valor incremental de cada item (quando teríamos a quase impossibilidade de sabermos por onde começar) e o registro de cada elemento pelo seu valor econômico isolado, com o consequente uso de uma conta de ajuste para a obtenção do valor total.

(Observamos, aqui, que essa conta de ajuste tem sido às vezes indicada como sendo a representativa do "Goodwill". Catlett e Olson escrevem:"... goodwill is the aggregate of those several intangible factors and conditions which contribute to the earning power of the business and affect the value of the business as a whole. The intangible factors and conditions, while not separable from the business as a whole, add value to the business over and above the values of the separable resources and property rights"(10). E Canning afirma: "In these circumstances, the difference between (a) the total net present value of the whole entity, and (b) the sum of the net present values of those of its net assets that could be valued directly, is "Goodwill"(11). Seria o "Goodwill" não um item específico, nem um ativo sub avaliado ou não reconhecido, mas o fruto da reunião de diversos ativos. O que não deixa de ser fruto da decisão do elemento humano responsável por esse agrupamento.)

Além do mais, a própria identificação e mensuração de cada ativo é uma tarefa que poucas vezes pode ser feita com sucesso na prática. Por isso, esse ideal está ainda muito distante de ser alcançado. Não existem ainda condições de sua aplicação a toda e qualquer empresa, pelo menos com o desejável grau de apuro e objetividade.Mas tal fato não impede que um esforço comum a teóricos e práticos da Contabilidade seja despendido no intuito de que seja um dia alcançado, pelo menos em parte.

Considerando essa dificuldade, a quase impossibilidade de adoção desse modelo, é que passamos a apresentar um outro,paliativo, até que melhores circunstâncias propiciem um novo passo.

4.2 - O MODELO PROPOSTO

4.2.1 - Valor Econômico e Custo Corrente

Bastante argumentação já foi apresentada quanto à grande

---

10 . CATLETT e OLSON, op. cit. p. 77.

11 . CANNING, op. cit. p. 248.

superioridade que o Custo Corrente possui sobre o Custo Histórico como capacidade informativa e supridora de dados para tomada de decisões.

Mas ainda existe uma razoável distância entre o Ativo medido pelo seu valor econômico e pelo corrente. Não há dúvida de que o custo corrente constitui uma grande melhoria, pois a diferença entre o valor econômico e o custo histórico é comumente muito maior.

A diferença entre o custo corrente e o valor econômico reflete várias circunstâncias diferentes; aquele está em função do valor de aquisição dos "inputs" utilizados para a obtenção do Ativo em uma determinada data, e este relaciona-se com os resultados econômicos que se espera obter no futuro, mensurados nessa mesma data. E o custo corrente deve diferir do valor econômico, pois normalmente precisa ser inferior a este para que haja a possibilidade de lucro na transação relativa ao bem (ou serviço) a que se refere. Uma empresa só possui incentivo para adquirir uma mercadoria se o valor econômico do ativo entregue em pagamento ou do passivo assumido na transação for menor do que o resultado econômico que ela espera obter com o bem sendo adquirido; ou seja ,se for menor do que o valor econômico (para a firma adquirente) desse bem.

Isso não quer dizer que o valor econômico do ativo sendo entregue para pagamento da mercadoria adquirida seja igual ao custo corrente dessa mercadoria ou daquele ativo desembolsado. Esse ativo pode ter um valor econômico de x (valor atual dos resultados econômicos esperados), mas pode ser adquirido no mercado por y. Há uma diferença que reside exatamente no conceito de custo corrente e no de valor econômico. Este último se baseia em um valor de saída futuro.E aquele em um de entrada presente.

Dúvidas não existem de que o custo corrente é muito mais objetivamente mensurável do que o valor econômico, principalmente quando se procura avaliar os elementos constituintes de um Ativo.Já vimos os problemas inerentes à separação entre os resultados econômicos derivados da reunião do homem e da máquina, por exemplo.Mas o custo corrente desta é facilmente determinável, e o do salário do seu operador também.

Méritos existem em ambos os conceitos; e ambos são de grande valia para o administrador, para o proprietário, para o financiador, para o governo etc. Se tivermos, então, um relatório contábil onde ambos sejam demonstrados, grande avanço terá sido conseguido pela Contabilidade. Um Ativo medido pelo seu custo corrente e pelo seu valor econômico seria de inestimável valia para todos.

4.2.2 - Balanço - Custo Corrente e Valor Econômico

Considerando as grandes dificuldades na identificação de todos os elementos constituintes do Ativo (no sentido econômico), e a quase impossibilidade da mensuração de muitos deles pelo seu valor econômico, e considerando as inúmeras vantagens que o custo corrente possui, surge-nos a idéia de um Balanço onde o valor do Ativo Total seja mensurado de uma maneira e os seus componentes de outro. Cada item seria medido pelo seu custo corrente, mas o Ativo total evidenciaria o valor econômico total desse grupo. A mesma aplicação ao Passivo e teríamos a sua extensão também ao Patrimônio Líquido e, consequentemente, à Demonstração de Lucros e Perdas.

Dentro do Ativo, os elementos mencionados não se restringiriam à concepção tradicional que a Contabilidade confere a esse grupo. Toda vez que um item qualquer, "tangível" ou "intangível", possa ser identificado e seu custo corrente avaliado, seria ele mostrado dentro do todo. Uma Patente, esteja ou não reconhecida no Ativo Contábil (pelo seu valor de aquisição, de custo não amortizado ou simbólico), se representar um ativo econômico e puder ter seu custo corrente objetivamente avaliado será obrigatoriamente evidenciada nesse modelo proposto. E, assim, todos e quaisquer outros itens.

Essa identificação e avaliação de ativos, independente do conceito atual contábil, provocaria no longo prazo um progresso na própria técnica que visa tais objetivos. O Contador sentiria estímulo e necessidade de pesquisar as fontes internas ou externas que propiciassem a mais clara, objetiva e indubitável individualização e mensuração de cada item.

Obviamente, a simples soma desses elementos pelos seus custos correntes não fornece o valor econômico do Ativo Total. Necessário se torna então um ajustamento. Esse valor diferencial, que pela técnica contábil necessita seja registrado por meio de uma conta, acabaria assumindo parcialmente algumas das características já vistas em caso semelhante nos capítulos anteriores e neste. Representaria a sua medida a diferença entre a soma dos valores correntes dos ativos que tiveram sua individualização possível (e mensuração também) e o valor econômico do Ativo total.

O significado dessa conta estaria relacionado basicamente a dois fatores: a) à própria possibilidade de identificação e mensuração dos ativos individuais, e b) à potencialidade de resultados econômicos futuros (medidos pelo seu valor atual) excedente ao custo corrente dos seus agentes. Esse ajustamento, que reconhecemos não poderá jamais conter mais objetivismo na sua mensuração do que o pró-

prio existente na mensuração do valor econômico do Ativo total, torna-se praticamente um mal necessário.

Poderia ser denominada essa conta de "Goodwill". Mas, tendo em consideração a já grande, variada e confusa concepção dada a esse nome, e também à conclusão já obtida de que esse elemento não é reconhecido em uma contabilização por valores econômicos, preferimos uma outra alternativa. Optamos por uma denominação mais explícita e talvez menos requintada, como "Excesso Sobre o Valor Corrente". E ficaria essa conta colocada imediatamente após a soma dos valores correntes dos elementos do Ativo (para a evidenciação desse valor) e, logo em seguida, apareceria o Valor Econômico do Total do Ativo.

No Passivo teríamos uma outra conta com a mesma finalidade (se necessária se tornar sua presença), e também uma no Patrimônio Líquido que, naturalmente, será a diferença entre as outras duas. Com isso, a Situação Líquida também apareceria com seu total mensurado pelo Valor Econômico.

Na Demonstração de Lucros e Perdas o mesmo procedimento seria conferido aos registros. As Despesas e Receitas teriam suas medidas em função dos valores correntes dos itens a que se referem e, após a identificação do Lucro Corrente, teríamos então a explanação da variação entre os valores inicial e final (do período a que se refere esse Demonstrativo) da conta de ajuste do Patrimônio Líquido. Dentre os fatores a provocarem essa variação, aqueles passíveis de individualização seriam explicitamente mencionados. Por exemplo, a aquisição de uma máquina durante o período por Cr$ x,00 (supostamente igual ao valor corrente na data do Balanço), mas cujos resultados econômicos esperados tenham um valor atual de Cr$ y,00 (maior do que Cr$ x,00), proporcionaria uma explanação na Demonstração de Lucros e Perdas desse excesso Cr$(y - x),00, que seria então admitido como lucro nesse mesmo exercício. Assim ficaria:

Demonstração de Lucros e Perdas

Receitas (pelo Valor Corrente).....		XXXX
Despesas (pelo Valor Corrente).....		(XXXX)
Lucro Corrente.....		XXXX
Variações do Excesso do Patrimônio Líquido sobre o valor corrente:		
Acréscimos:.....	XX	
Diminuições:.....	(XX)	XXXX
Lucro Econômico do Período.....		XXXX

E o Balanço mostraria:

Balanço

Ativo		Passivo	
(Elementos identificáveis, pelo valor corrente - constantes ou não do Balanço pelo custo histórico)	XXXX	(Idem ao Ativo)	XXXX
	XXXX		XXXX
	XXXX	Passivo Corrente.....	XXXX
	XXXX	Excesso sobre o Valor Corrente.....	XXXX
Ativo Total pelo Valor Corrente.....	XXXX	Passivo Econômico.....	XXXX
Excesso sobre o Valor Corrente.....	XXXX	Patrimônio Líquido	
Ativo Econômico Total.	XXXX	Elementos pelo Valor Corrente	XXXX
			XXXX
		Patrimônio Líquido em Valores Correntes.....	XXXX
		Excesso sobre o Valor Corrente (do Ativo menos o do Passivo).....	XXXX
		Patrimônio Líquido em Valores Econômicos.....	XXXX
		Passivo Mais Patrimônio Líquido Econômicos.....	XXXX

A adição desses elementos propicia condições para que o Balanço possa representar o papel que lhe é devido. Ao longo dos anos tem ele perdido parte de sua importância, e grande parte desse fato, senão a sua totalidade, é devida às enormes restrições derivadas: a) da própria definição contábil até hoje utilizada para Ativo, que tem limitado consideravelmente a aceitação de elementos que, apesar de chamados "intangíveis", são às vezes mais tangíveis e mais valiosos do que os demais itens; e b) do Princípio de Custo como Base de Valor

que tem transformado o Balanço num simples repositório de custos e não na justa representação do valor do Patrimônio. Adequadamente confirma Kripke: "The balance sheet thus becomes not a representation of values of assets or of net worth, but (apart from cash items and land) a repository for costs not yet charged to the income account, hence little more than a ' sheet showing balances'"(12). Esse mesmo pensamento é exposto também por Defliese: "We must all realize that, at present, in some respects the balance sheet is nothing more than a vestige of double-entry bookkeeping which acts as a repository for the results of our income statement maneuvers"(13).

A falta de representação do valor do Ativo e do Patrimônio Líquido (principalmente) tem causado não só a descrença da valia do Balanço, mas também parte da falta de confiança na própria Contabilidade. E um potencial informativo que esta possui tem tido sua transformação em realidade barrada devido a tais restrições que hoje cerceiam a prática contábil.

Uma das provas desse fato é o comportamento dos investidores do Mercado de Ações que, relativamente, pouca atenção prestam aos Balanços apresentados pelas companhias em consideração. E passam a se basear em análises dos valores intangíveis das firmas e em projeções. Logicamente, a análise do mercado de capitais não pode ser baseada tão somente na dos Balanços, mas estes têm perdido sua importância que, em condições mais adequadas, lhes pertence de maneira natural. Comenta "Bedford:... the typical stockholder asserts that he buys shares of stock of a company not for the individual assets the company has, but for such factors as management competence,anticipated research results, trends in the industry, and the economy as a whole; in other words, for the projected earnings of the firm"(14).Note-se que o Autor utilizou a expressão "assets" com o sentido que a Contabilidade tradicionalmente lhe tem dado; e que implicitamente afirmou que o valor econômico da empresa é o fator importante.

Uma prova incontestável da falta de confiança que o investidor tem nos dados contábeis de hoje é a pesquisa elaborada por Pankoff e Virgil recentemente. Selecionaram êles diversos analistas de mercado (32 ao todo) e submeteram-nos a uma prova de laboratório;e uma das conclusões obtidas foi a de que tais analistas pouco se utilizaram dos dados contábeis para suas decisões sobre quais ações a serem adquiridas e por qual preço.Uma sentença dentro das conclusões

---

12 . KRIPKE, Homer, no seu comentário à ARS 20, na obra já citada de CATLETT e OLSON, p. 125.
13 . DEFLIESE, Philip L., op. cit., p. 518.
14 . BEDFORD, op. cit., p. 19-4.

dos pesquisadores: "Finally, we have not found much empirical support for the belief that accounting information is generally and highly useful for decision-making."(15). Os relatórios contábeis dessa pesquisa eram todos baseados puramente no custo histórico. Isto, em si, não é prova de que outro critério de contabilização proporcionasse resultados diferentes, mas é prova de que o custo histórico tem utilidade muito limitada.

Acreditamos que bases mais econômicas aumentariam e em muito essa utilidade.

Tivessem os Balanços hoje a apresentação desses elementos econômicos, a própria tarefa do analista e do investidor seria facilitada; afinal de contas, o administrador normalmente tem condições excepcionais para a previsão dos futuros acontecimentos relativos à empresa que dirige; tem, assim, melhores possibilidades para a medida do seu Valor Econômico. Além do mais, a constante análise entre essa previsão e a posterior realização torna-se um instrumento de avaliação da "performance" dessa mesma administração.

A modificação de tais princípios torna-se, pois, imperativa para um melhor entendimento da própria razão de ser da Contabilidade. Não será a primeira vez que um princípio contábil sofrerá alterações. (A regra de Custo ou Mercado aparentemente tornou-se geralmente aceita no século passado na Inglaterra por um motivo simples e importante: preços decrescentes. Com o índice geral de preços em declínio, os financiadores passaram a exigir a aplicação dessa convenção nos relatórios dos clientes (16). Temos aí um fato importante para nós: a finalidade modificando os princípios. O critério do UEPS (último que entra primeiro que sai), ou LIFO (last-in-first-out) também é uma modificação, mais recente por sinal. E surgiu também em função da deficiência do custo histórico que não proporciona custo atualizado para confronto com as receitas de vendas de mercadorias na maioria das vezes).

Toda a mudança, quando necessária, reflete evolução. E a evolução da Contabilidade não se tem feito muito presente na prática nos

---

15 . PANKOFF, Lyn D., e VIRGIL, Robert L., Some Preliminary Findings from a Laboratory Experiment on the Usefulness of Financial Accounting Information to Security Analysts, in "Empirical Research in Accounting: Selected Studies, 1970", (Graduate School of Business,) University of Chicago e University of London, Chicago, Illinois, 1971, p.23. Esse artigo sumariza a pesquisa e os resultados obtidos.

16 . Para maiores detalhes sobre o assunto consulte-se a obra: LITTLETON, A.C., e ZIMMERMAN, V.K., Accounting Theory: Continuity and Change, Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, Nova Jersey, 1962.

últimos tempos. Apesar de alguns avanços teóricos, como o dos Custos Correntes, há resistência ainda muito grande para a sua aplicação. Outros mais arrojados, como o que propomos, provavelmente encontrarão o mesmo ambiente. Mas parece-nos que as provas da insuficiente utilidade da Contabilidade atual se acumulam e a época de transformações se aproxima. E o Balanço com seu Ativo mensurado em termos econômicos no que tange ao seu total, e com os elementos individuais avaliados pelo custo corrente surge como um alvo necessário. A Demonstração de Lucros e Perdas a apresentar um resultado corrente e outro econômico é também um ideal não difícil de ser atingido.

4.2.3 - Posição do Balanço pelo Custo Histórico

Quando afirmamos a deficiência do princípio do Custo Histórico não o consideramos totalmente inútil. Para algumas finalidades pode ainda representar uma fonte de importância.

Outrossim, considerando que a transição não pode ser descuidada, e que a modificação repentina pode trazer grandes males, julgamos que o Balanço Histórico deva ainda ser preservado. E ambos, Histórico e Econômico-Corrente, apresentados lado a lado, propiciariam a melhor solução para o momento.

Um Comitê da "American Accounting Association", formado para preparar um relatório sobre Teoria Contábil, propôs a adoção da apresentação concomitante dos Balanços Histórico e Corrente. Nesse relatório inclusive foi apresentado um exemplo detalhado com o Balanço e a Demonstração de Resultado (bem como a de Lucros Retidos) apresentados com ambos os valores lado a lado (17). Mas nada mencionaram sobre o Valor Econômico e os elementos não admitidos atualmente como Ativo pela Contabilidade.

4.2.4 - Alguns Detalhes Mais Sobre o Modelo Proposto

Com a exceção dos Princípios que explicitamente mencionamos como afetados pelo Modelo proposto (Custo Como Base de Valor e Conservadorismo (18), julgamos válidos, pelo menos para a fase de

---

17 . AAA, Committee to Prepare a Statement of Basic Accounting Theory, A Statement of Basic Accounting Theory, "American Accountigg Association", Evanston, Illinois, 1966.

18 . Ao longo deste trabalho usamos como sinônimas as palavras: Princípios, Convenções e outras, apesar de reconhecermos as diferentes acepções que possuem; julgamos, entretanto, não nos ser útil tal diferenciação aqui.

transição para a qual o Modelo é apresentado, todos os demais; assim sendo, opinamos, por exemplo, pela aplicação do da Materialidade, mesmo no caso da apreciação dos elementos não apresentados como Ativo pela Contabilidade de hoje. A conta de "Excesso Sobre o Valor Corrente" deve conter tão somente os elementos que não puderem ser identificados ou mensurados individualmente, ou também aqueles que, pela sua irrelevância, não merecerem atenção especial.

À medida que as técnicas de identificação e mensuração de todos os itens forem se desenvolvendo, maior aperfeiçoamento teremos em nossos relatórios contábeis, incluindo a própria medida do Valor Econômico dos Ativos, Passivo, Patrimônio Líquido e Lucro (19).

Na Demonstração de Resultados (Lucros e Perdas) vários itens serão apontados como causadores da variação da conta de Patrimônio Líquido "Excesso Sobre o Valor Corrente". No decorrer do tempo, com a aproximação do final do período, aparecem as modificações relativas ao recebimento dos Resultados Econômicos anteriormente previstos. Porém, provavelmente, um outro valor será atribuido para Resultados que anteriormente não haviam sido computados, mas que agora se afiguram no horizonte, reconhecidos pela primeira vez. Aqueles relativos aos exercícios seguintes e já anteriormente computados sofrem modificação, pois têm seu valor atual agora calculado com um desconto menor pela redução do tempo entre a data atual e a prevista do seu recebimento.

As variações das estimativas também afetam a Demonstração de Lucros e Perdas, tanto quanto os valores dos Resultados Econômicos esperados se alteram quando a taxa de desconto se modifica (devido a uma variação no Índice Geral de Preços ou no Custo de Oportunidade de Igual Risco).

Operações decorridas durante o exercício, não previstas anteriormente, podem trazer variações naquela conta pela inclusão ou exclusão de um Resultado Econômico. Ou, também, a modificação no tempo da data esperada do recebimento desse Resultado.

---

19 . Alguns esforços, por exemplo, já têm sido dirigidos no sentido da identificação e medida do que se tem conceituado como "Força de Trabalho". Dentro da Universidade de São Paulo temos o Prof. Sérgio de Iudícibus trabalhando atualmente no assunto. Esse conceito, como outros, serão parte constante desse Balanço fundamentado em termos econômicos.

Todos esses itens que puderem ter identificação e mensuração devem ser individualizados (resguardada sua relevância), e, os demais, agrupados como resíduos (20).

Todos os detalhes acima referidos, mais os próprios valores correntes dos ativos e o Valor Econômico total são também passivos dos cuidados de uma Auditoria externa (quanto à interna parece-nos bastante óbvia a afirmação para merecer maiores comentários). Essa mesma Auditoria precisa, é claro, de algumas normas especiais, já que os Valores Econômicos não são tão objetivamente determináveis muitas vezes. A ausência de maior objetivismo tem sido a causa de críticas contrárias à aceitação desse critério por parte da Contabilidade. Mas o Contador não pode estreitar sua visão e sua tarefa; foi com essa mentalidade que chegamos a algumas situações,hoje,quando um valor contábil é aceito por ser identificável de forma bastante objetiva, mesmo que não tenha mais significado econômico algum. Tem-se feito dos Princípios um objetivo em si, quando eles podem assumir apenas o papel de meio para a consecução do objetivo da Contabilidade.

As normas que precisam de reforma referem-se às seguidas pelo Auditor para se certificar da exatidão dos dados em exame. No caso dos Valores Correntes e Econômicos necessária se torna a análise das premissas assumidas para a sua mensuração.Inclusive é conveniente a explanação dessas premissas principais como Notas a acompanharem os relatórios contábeis.

Vale a pena notar, aqui, que nossa proposição traz uma formalização e um melhor tratamento de alguns fatos que,isoladamente, são às vezes mencionados nos chamados "Relatórios da Diretoria".As Sociedades Anônimas não raramente os apresentam como preâmbulo aos relatórios contábeis, onde muitos dos fatos relativos ao futuro (cujo reconhecimento formal apoiamos) são comentados e às vezes avaliados monetariamente. Tais Relatórios são, em alguns casos,analisados com maior cuidado do que os próprios Balanços e Demonstração de Lucros e Perdas. O que prova a necessidade da mudança (para melhor) da Contabilidade.

---

20 . Voltamos a insistir no fato de que somente a onisciência poderia nos levar à individualização e medida de cada elemento.Enquanto outra melhor solução ainda não se transforma em realidade, o melhor caminho é o da aproximação. Não concordamos é ignorar-se essa aproximação.

4.3 - MENSURAÇÃO DO VALOR ECONÔMICO

Vamos nos ater a alguns comentários sobre a mensuração do Valor Econômico do Ativo Total, sem tratarmos do mesmo problema com relação aos Valores Correntes. Isto porque estes últimos já têm sido extensivamente discutidos, inclusive pelos autores mencionados no Capítulo 1.

4.3.1 - Medida do Resultado Econômico

A mensuração dos Resultados Econômicos que se espera serão obtidos pela empresa no futuro precisa, como qualquer outra análise honesta, ser baseada nas reais expectativas que a administração da empresa possui no instante da referida avaliação.

Não é de nosso parecer que uma fórmula universal deva ser fixada e utilizada para essa finalidade, já que cada firma possui, em cada instante, uma circunstância diferente a lhe dar uma característica própria. Uma fórmula única tenderia apenas a representar as condições básicas médias das empresas ou de uma indústria, sem considerar o grau de dispersão que poderia ser expressivamente amplo.

Opinamos pelo tratamento individual, por parte de cada firma, sobre a melhor maneira de mensuração desses Resultados, e acreditamos que técnicas estatísticas podem ser utilizadas, ou melhor, devem ser utilizadas, desde que empregadas com espírito crítico. O uso de ponderação dos valores mais prováveis, menos prováveis e semelhantes deve ser encorajado, mas o número de valores esperados a serem utilizados e a ponderação a ser dada a cada um devem ser da alçada unicamente da empresa. A Auditoria, convencida das premissas que suportam o cálculo, opinará sobre a sua razoabilidade.

É necessário nos lembrarmos que o fato de todo e qualquer evento futuro trazer consigo certo grau de incerteza não invalida os esforços de se tentar mensurá-los. Afinal de contas, a própria Economia também possui essa característica, já que, ao procurar alocar os recursos hoje, tem em vista as consequências de amanhã. A Contabilidade tem, como já afirmamos e reafirmamos, a necessidade de ajudar o homem em suas decisões no mundo econômico, o que a coloca dentro do campo social onde a característica maior é a falta de certeza absoluta sobre o porvir. Dentro da Contabilidade, a mensuração do Lucro (ou Prejuízo) é uma das tarefas mais importantes, e este está ligado diretamente à mensuração do Ativo que, por sua vez, está intrínsecamente relacionado com o futuro.

Na Economia a valoração do Resultado Econômico não é necessariamente feita em termos monetários, mas a Contabilidade não conhece outra forma de avaliação. Uma empresa normalmente está interessada e estruturalmente dirigida para a conversão, mais cedo ou mais tarde, de todos os Resultados em dinheiro. Por isso, a maneira mais fácil e objetiva para a mensuração desses Resultados é a quantificação do Fluxo de Caixa que a firma projeta. Tal incursão e estudo dentro do futuro com relação aos recebimentos e desembolsos de dinheiro servem, dessa forma, como elemento básico para a medida do Resultado Econômico Total.

4.3.2 - Determinação da Taxa de Desconto

Como já foi exposto no Capítulo 2, a taxa de desconto a ser utilizada para o cálculo do Valor Atual dos Resultados Econômicos Futuros consiste no Custo de Oportunidade de Igual Risco, conforme definição deste último, também já discutida.

A identificação desse Custo de Oportunidade também não pode ter uma regra imutável e universal. Cada empresa avalia os riscos dos investimentos alternativos para a escolha do mais adequado.

4.3.3 - Número de Períodos

O número de exercícios que deve entrar na computação do Valor Atual também sempre estará em função das expectativas da empresa. Entretanto, a técnica de probabilidades diferentes à realização dos eventos, em datas também diferentes, tende a diminuir o impacto dos valores mais distantes no tempo, decrescendo assim sua importância no cálculo.

Alguns autores têm, quando da discussão da avaliação do "Goodwill", proposto a mensuração do Ativo como sendo o lucro que a empresa está correntemente obtendo, dividido pela porcentagem de lucro que seria a normal (21).Poder-se-ia, usando-se o mesmo raciocínio, aplicar essa mesma fórmula para o cálculo do Valor Econômico. Mas três condições básicas precisam estar presentes para a sua validade: a) é necessário que os Resultados fluam para a empresa em um valor constante; b) que a quantidade de períodos seja bastante am-

---

21 . Veja-se, por exemplo, as obras mencionadas de SALIERS, Earl A., e de CONYNGTON, Hugh R.

pla, pois somente com esse número tendendo ao infinito é que tal cálculo se iguala ao provido pelo Valor Atual; e c) é preciso que a taxa de desconto seja constante em todos os períodos. Caso uma das condições não seja preenchida o método falhará (22). Acreditamos que todas as três ocorrendo simultaneamente seria um caso muito raro, principalmente numa Economia em crescimento como a nossa. Não adotamos, pois, esse método; preferimos o uso do Valor Atual pela maior versatilidade.

Exemplificativamente, se uma empresa tiver um lucro (supostamente igual ao Resultado Econômico) de Cr$ 300 000,00 por ano e se a taxa de desconto julgada apropriada for de 10% ao ano, por esse método teríamos o cálculo do Ativo Total:

$$\text{Ativo Total} = \frac{300.000,00}{0,10} = \text{Cr\$ } 3.000.000,00$$

---

22 . Taro YAMANE, em seu livro Matemática Para Economistas, (Editora Atlas S/A, São Paulo, tradução da 2ª. edição pela Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, Nova Jersey, em 1968), à página 325 demonstra a validade do que foi afirmado. Sumarizando:

- Sejam: y_o, y_1, y_2, ... os lucros esperados, capitalizados continuamente

  r a taxa de desconto utilizada

  t o tempo durante o qual a capitalização ocorre.

Temos então que o Valor Atual dessa capitalização será:

$$A = \int_o^t y_t e^{-rt} dt$$

Supondo-se y constante tem-se

$$A = y \int_o^t e^{-rt} dt = y \left(-\frac{1}{r} e^{-rt}\right) - y\left(-\frac{1}{r}\right)$$

$$= \frac{y}{r} \left(1 - e^{-rt}\right)$$

Supondo-se que $t \longrightarrow \infty$ temos

$$A = \frac{y}{r}$$

...

Se utilizássemos o cálculo do Valor Atual, caso aquele lucro fosse constante no decorrer do tempo, chegaríamos ao mesmo valor, mas se utilizássemos o número de anos igual a infinito. Qualquer modificação no nível do lucro, na taxa de desconto, ou se o número de exercícios que se espera dará esse resultado for finito teremos um valor diferente para o Ativo Total. Em nosso exemplo, caso os Resultados Econômicos fossem constantes e a taxa de desconto não se modificasse, mas o número de períodos fosse finito, teríamos:

- Para Resultados ocorrendo apenas nos próximos 5 anos:

Ativo Total = Cr$ 1 137 249,00

- 20 anos :

Ativo Total = Cr$ 2 554.080,00

- 30 anos:

Ativo Total = Cr$ 2 828 086,00

... Somente com as condições citadas temos então a igualdade entre os dois métodos. O mesmo resultado é obtido com a capitalização discreta, conforme a seguinte demonstração:

$$A = \sum_{t=1}^{n} y \cdot \frac{1}{(1+r)^t} = y \sum_{t=1}^{n} \frac{1}{(1+r)^t}$$

$$= y \frac{\frac{1}{1+r} \left(1 - \frac{1}{(1+r)^n}\right)}{1 - \frac{1}{1+r}}$$

$$= y \frac{(1+r)^n - 1}{(1+r)^n \times r}$$

Como $\lim_{n \to \infty} \frac{(1+r)^n - 1}{(1+r)^n \times r} = \lim_{r \to \infty} \frac{(1+r)^n}{(1+r)^n} \times \frac{\left(1 - \frac{1}{(1+r)^n}\right)}{r}$

$$= \frac{1}{r}$$, temos

$$A = \frac{y}{r}$$

Possui aquele método simplista a grande falha ainda de(nos casos em que tem aparecido na literatura contábil) considerar o lucro contábil como base de cálculo. E sabemos que este muito longe está de consistir no verdadeiro lucro econômico. Por isso, a sua igualdade com o valor do Resultado Econômico é uma hipótese ainda mais remota.

4.3.4 - A Variação do IGP

É comum as empresas fazerem suas previsões tomando em consideração o valor absoluto dos números projetados, ou seja,considerando-os tais como seriam na data da sua realização; assim, se há uma tendência do Índice Geral de Preços crescer x% ao ano, os cálculos relativos a uma projeção para daqui a 5 anos já conterão aquele acréscimo. Logicamente a existência de um índice específico mais significativo do que aquele será preferido, mas, em última instância, o IGP é utilizado.

Se ao invés disso um valor independente do IGP (ou de outro índice) for utilizado, o cálculo se facilita, já que todos os valores estarão na mesma base. Mas se os números utilizados contiverem o efeito do Índice Geral (ou específico) de Preços, é necessário estar-se alerta à correta maneira de se proceder à computação do Valor Atual.

À primeira vista, parece ser a soma das porcentagens relativas ao Custo de Oportunidade de Igual Risco e à variação do Índice em questão, o valor exato da taxa de desconto a ser utilizada, o que, entretanto, não é verdade. Se, por exemplo, estivermos tendo:

- Custo de Oportunidade de Igual Risco = 10%
- Variação do IGP = + 20%
- Fluxo de Resultados Econômicos: Cr$ 200 000,00 por período durante 3 períodos,

poderíamos ser tentados a calcular o Valor Atual desses Resultados Econômicos (= V) :

$$V = \sum_{t=1}^{3} \frac{200.000,00}{(1+0,30)^t} = \$\ 363.222,58,$$

o que não seria correto.

Façamos:

t_d = taxa de desconto = Custo de Oportunidade de Igual Risco

t_i = taxa de inflação = Variação do IGP (ou outro qualquer)

V = Valor Atual dos Resultados Econômicos

$a_1, a_2, a_3, \ldots\ldots\ldots\ldots, a_{n-1}, a_n$ = Resultados Econômicos nas datas 1, 2, 3,....., n.

Calculemos, primeiramente, os valores desses Resultados Econômicos em termos de moeda de poder aquisitivo de hoje; ficarão assim (supondo-se t_i constante durante o período):

$$\frac{a_1}{1+t_i}, \quad \frac{a_2}{(1+t_i)^2}, \ldots\ldots\ldots\ldots, \quad \frac{a_n}{(1+t_i)^n}$$

O Valor Atual dos Resultados Econômicos ficará então:

$$V = \frac{a_1}{1+t_i} \div \frac{1}{1+t_d} + \frac{a_2}{(1+t_i)^2} \div \frac{1}{(1+t_d)^2} + \ldots + \frac{a_n}{(1+t_i)^n} \div \frac{1}{(1+t_d)^n}$$

$$V = \sum_{t=1}^{n} \frac{a_t}{(1+t_i)x(1+t_d)^t}$$

No exemplo imediatamente anterior teríamos:

$$V = \sum_{t=1}^{3} \frac{200.000,00}{(1 + 0,10 + 0,20 + 0,10x0,20)^t} = \sum_{t=1}^{3} \frac{200.000,00}{(1+0,32)^t}$$

V = Cr$ 353.257,09

Vale notar que, aplicando o mesmo desenvolvimento feito na nota 22 (p.97, neste Capítulo), chegamos facilmente à conclusão:

Se as rendas $a_1, a_2, \ldots$.forem constantes e iguais a y, periódicas e permanentes, e se as taxas t_i e t_d forem constantes, temos o Valor Atual dessas rendas (com $t \longrightarrow \infty$) igual a

$$V = \frac{y}{+ \quad + \quad + \quad + \quad + \quad x \quad +}$$

4.4 - COMENTÁRIOS FINAIS

4.4.1 - O Usuário da Informação Contábil

A Contabilidade é uma das partes vitais do que se chama hoje "Sistema de Informações Gerenciais" e, basicamente, dois grandes grupos fazem uso da informação contábil: o das pessoas internas à entidade e o das externas. Os usuários internos são, logicamente, os administradores, em todos os níveis.

Aqueles que, externamente à entidade, fazem uso da informação contábil provida por ela podem ocupar as mais diversas posições e funções. Apenas para efeito de exemplificação citamos algumas dessas pessoas (físicas ou jurídicas):

- Fontes de Financiamento (atuais ou potenciais)
- Fornecedores (atuais ou potenciais) de bens ou serviços
- Investidores (atuais ou potenciais)
- Empregados e/ou Sindicatos
- Clientes (atuais ou potenciais)
- Governo (todos os níveis)
- Associações Comerciais
- Associações de Classe
- Concorrentes
- Etc. etc.

Da mesma forma que os internos, cada um deles procurará uma informação nos dados contábeis à sua disposição. Os admistradores irão fazê-lo para dar prosseguimento à sua função de Planejar, Executar, Controlar e Avaliar. Os fornecedores de recursos financeiros vão analisar o potencial da empresa em liquidar suas dívidas;os investidores estarão interessados nos lucros e no valor do seu capital aplicado;os empregados poderão querer saber da solidez da firma e dos resultados obtidos; os clientes irão se interessar pela continuidade da prestação de assistência por parte da empresa, do suprimento dos

bens ou serviços que adquirem, ou da viabilidade de execução de um projeto a longo prazo; o Governo não só quer saber da sua fatia nos lucros ou direito a impostos ou taxas, mas também se preocupa com o suprimento de dados para suas estatísticas e estabelecimento de suas normas políticas e econômicas futuras, e assim por diante.

Essas são algumas das utilidades da Contabilidade. E verifiquemos que grande parte delas tem um relacionamento direto com o futuro, o que evidencia a necessidade das mesmas se amoldarem nesse sentido, criando condições para que os usuários possam melhor ser satisfeitos com as informações recebidas.

O investidor é um ótimo exemplo do elemento que possui necessidade vital de uma prospecção futura, dos dados passados, bem como da situação presente da entidade. Dentre as três, a mais importante é a informação concernente às futuras atividades e projeções de resultados da firma, pois baseia-se nela fundamentalmente a sua decisão de investir ou não. Já vimos anteriormente a falta de capacidade da Contabilidade tradicional em exercer essa função; mas a ampliação do seu campo, com a aproximação à Economia, representa um grande passo para se atingir o objetivo almejado. Se o investidor conseguir obter nos relatórios contábeis a expectativa do futuro que ele avidamente procura, grande parte do seu trabalho estará sendo eliminado. E, provavelmente, muito melhor executado, pois a própria entidade é uma das melhores fontes desse tipo de informação. Contando-se ainda com uma auditoria independente, capaz de opinar sobre as premissas utilizadas no cálculo dessas expectativas, maior será a confiança do investidor em tais dados. É claro que ele mesmo terá seu trabalho complementar e pessoal de análise mas um novo campo se lhe apresentará à frente com uma fertilidade nunca antes obtida.

O investidor terá, provinda da própria entidade a que se refere, a informação que hoje ele procura muitas vezes às cegas. A história dessas próprias mensurações também servirá sempre como ajuda na avaliação da "performance" da própria empresa e da dos seus administradores; poderá evidenciar a sua capacidade de prospecção do futuro, fixação de objetivos e consecução dessas metas.

4.4.2 - O Futuro da Contabilidade

O Modelo que propomos traz em seu bojo uma solução para as duas grandes falhas da Contabilidade de hoje: a falta de infor-

mação da situação presente e da prevista para o futuro. O Custo Corrente Corrigido supre, com seus valores da data ou do período a que se referem os relatórios, os dados que o Custo Histórico não consegue dar e, dentro ainda desse modelo, tem-se a inclusão dos elementos identificáveis e mensuráveis sob esse critério, que a Contabilidade tradicional ignora e que, não raramente, representam o mais valioso patrimônio da empresa. A mensuração do Valor Econômico traz consigo a expectativa que a própria empresa tem em relação ao futuro; e a contínua análise dos relatórios assim estabelecidos fornece uma visão fundamental do comportamento da empresa e sua administração.

As referidas informações com relação ao presente e ao futuro não são, como já afirmamos, tão objetivamente determináveis como os dados passados (considerando-se o sentido contábil de "Objetivismo"), mas suplantam essa falha com a sua importância e significado. A Contabilidade é um instrumento de Administração e esta toma decisões em um mundo de incertezas, logo não é lógico esperar-se de la (Contabilidade)a perfeição que esse mundo econômico não possui.

Não obstante, a Contabilidade não deve temer em abraçar essas novas funções; deve procurar olhar mais para o futuro e para ele se dirigir,a fim de poder, condignamente, ser Contabilidade, e não apenas escrituração. O Contador precisa assumir essa responsabilidade, sem se esquecer das consequências dos seus atos. A Contabilidade de hoje, em termos históricos ou corrigidos indevidamente, é uma constante fonte de dados tendenciosos, mesmo que não intencionalmente assim preparados. Alerta Stettler, ao falar sobre a sua falta de representatividade da realidade econômica, ressaltando a própria influência sobre um sistema econômico: "Financial statements that fail to recognize such economic reality, and which are therefore misleading and lacking in comparability, are potentially as harmful to the operation of our economic system as are the defective compass of the misplaced channel buoy to the navigation of a ship"(23).

Essa necessária visão contábil dirigida para o futuro é uma tendência que julgamos sumamente benéfica, aliás não sentida somente por nós. "Although accounting has often been thought of as essentially historical in nature, it is important to recognize that emphasis upon those accounting techniques that deal with future plans and expectations has been increasing, and that this trend may be expected to continue"(24).

23 . STETTLER, Howard F., Meaningful Financial Statements, in "The Journal of Accountancy, vol.109, no. 1 AICPA, Nova York, Janeiro / 1960, p. 23.

24 . AAA, op. cit., p. 5.

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

1. SUMÁRIO

O "Goodwill" tem tido inúmeras definições e mensurações na história da Contabilidade. A conceituação mais aceita tem sido a de representar o valor atual dos lucros futuros que excedam a um nível "normal". Entretanto, existe nessa afirmação a grande falha de serem esses lucros restritos à própria conceituação que a Contabilidade lhes tem dado, ou seja, sujeitos sempre aos Princípios do Conservadorismo, da Realização, do Custo como Base de Valor (mesmo que ajustado pela variação do Índice Geral de Preços) e outros. Além disso, a lucratividade "normal" tem sido também, muitas vezes, definida como sendo sobre os valores de investimento históricos. O conceito desse investimento, se Ativo Total ou Ativo Líquido, não foi ainda unanimemente reconhecido.

O Custo Histórico traz grandes restrições quanto à utilidade dos dados contábeis, não só com relação ao "Goodwill", mas também e principalmente com relação a todas as demais informações. Sua limitação aos eventos passados lhe tira a possibilidade de prestação de serviços mais amplos e significativos.

O Custo Corrente (Corrigido quando necessário) supre grande parte dessa falha, fornecendo dados que têm validade na data ou período a que se referem; e consegue a avaliação de um Patrimônio em certa data e de um resultado obtido em determinado período em bases muito mais lógicas, o que aumenta sumamente a utilidade e significado da própria Contabilidade. Fornece, assim, o que o Custo Histórico não consegue com relação ao presente.

O Valor Econômico de um Ativo é o Valor Atual dos Resultados Econômicos esperados no futuro, onde a taxa de desconto corresponde ao Custo de Oportunidade de Igual Risco. A mensuração de cada Ativo ou do Ativo Total pelo seu Valor Econômico é um ideal que também deve assim ser entendido pela Contabilidade, e que representa a complementação da função desta. Entretanto, a mensuração de cada elemento é impraticável hoje, mas a mensuração do Ativo Total é possível, desde que haja um esforço nesse sentido.

Ativo não é, no sentido econômico, apenas aquele que assim é entendido pela Contabilidade. Representa não o agente, mas os Resultados Econômicos que este provocará no futuro. E a mensuração do Ativo Total entendido como aquele que tem significado econômico traz a mensuração do Lucro Econômico.

2. CONCLUSÕES

O papel da Contabilidade tem sido limitado pela falha que ela tem tido em fixar seu próprio campo de ação, provocando, com isto, a falta de informação adequada para a Administração. Contabilidade, Administração e Economia estão muito interligadas para que se possa admitir uma completa divisão de funções. Dessa forma, precisa ela assumir as responsabilidades de também prestar informações com relação não só ao passado, mas ao presente e ao futuro.

O Custo Corrente representa, hoje, a melhor fórmula para a solução do problema dos dados com significado no presente. E Valor Econômico representa a melhor solução do problema dos dados relativos ao futuro.

Economicamente não existe sentido na definição de "Goodwill" a não ser que entendido como resíduo de algo difícil ou impossível de ser melhor identificado na prática.

A dificuldade de individualização de alguns elementos do Ativo, bem como da sua mensuração, nos leva à construção do modelo de Ralatório Contábil, onde temos:

- Cada elemento do Ativo identificado pelo agente e medido pelo seu Valor Corrente, sempre que isso fôr possível, independentemente do aparecimento desse item no Balanço em termos Históricos. Consequentemente, a Demonstração de Lucros e Perdas com a mensuração do Lucro Corrente.

- O Ativo Total mensurado pelo seu Valor Econômico, provendo assim a informação tão avidamente desejada por muitos dos usuários da Contabilidade. E o Lucro torna-se, então, o Econômico.

- Tanto no Balanço como na Demonstração de Lucros e Perdas, a diferença entre os Valores Econômicos e Corrente representada pela conta "Excesso do Valor Econômico sobre o Valor Corrente". No Ativo tomará a função do que tem sido às vezes atribuído ao "Goodwill"; evitamos, pelo que já foi exposto, essa nomenclatura e preferimos uma denominação que represente mais fielmente a natureza do valor referido.

Esse Modelo não representa a meta última da Contabilidade. Representa, isto sim, um passo que acreditamos apropriado no tempo e na forma para o avanço da própria Contabilidade. Deve ser utilizado e apresentado juntamente com os relatórios produzidos pelo Custo Histórico. Cada usuário dos dados contábeis procura uma informação e estamos, com esse Modelo, procurando dar condições para que mais e mais usuários possam ter maior e melhor satisfação no provimento de suas necessidades.

B I B L I O G R A F I A

AAA, Concepts and Standards Research Committee, The Realization Concept, in "Accounting Review", Vol. XL, no. 2, American Accounting Association, Menasha, Wisconsin, abril/1965.

AAA, Committee on Accounting Concepts and Standards, Accounting and Reporting Standards for Corporate Financial Statements and Proceding Statements and Supplements, American Accounting Association, Columbus, Ohio, 1957.

AAA, Committee to Prepare a Statement of Basic Accounting Theory, A Statement of Basic Accounting Theory, American Accounting Association, Evanston, Illinois, 1966.

ANTHONY, Robert N., Management Accounting - Text and Cases, 4a. ed., R. D. Irwin, Homewood, Illinois, 1970.

BEDFORD, Norton M., Goodwill, in "Handbook of Modern Accounting", editado por Sidney Davidson, McGraw-Hill Book Co., Nova York, Nova York, 1970.

BETTAUER, Arthur, Responsibility Accounting Provides Control, in "Hospitals", American Hospital Association, Vol. 45, no. 15, Guide Issue, Parte 1, Chicago, Illinois, 1/agosto/1971.

CAMPIGLIA, Américo O., Contabilidade Básica, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1966.

CANNING, John B., The Economics of Accountancy, The Ronald Press Co., Nova York, Nova York, 1929.

CARSBERG, Bryan V., The Contributions of P.D.Leake to the Theory of Goodwill Valuation, in "Journal of Accounting Research, Vol. 4, no.1, University of Chicago e University of London, Chicago, Illinois, Primavera/1966.

CATLETT, George R., e
OLSON, Norman O., Accounting for Goodwill, in "Accounting Research Study No. 10", American Institute of Certified Public Accountants, Nova York, Nova York, 1968.

CONYNGTON, Hugh R., Financing an Enterprise, 5ª ed., The Ronald Press Co., Nova York, Nova York, 1923.

DEFLIESE, Philip L., A Practitioner's View of the Realization Concept, in "Accounting Review", VI. XL, no. 3, American Accounting Association, Menasha, Wisconsin, julho/1965.

DICKSEE, Lawrence R., Goodwill and Its Treatment in Accounts, Londres, 1897.

EDWARDS, Edgard ., e
BELL, Philip W., The Theory and Measurement of Business Income, University of California Press, Berkeley e Los Angeles, California, 1961.

EITEMAN, Dean S., Critical Problems in Accounting for Goodwill, in "Journal of Accountancy", American Institute of CPAs, Nova York, Nova York, março/1971.

FLORENTINO, Américo M., Teoria e Análise Contábil, 2ª. ed., Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1965.

GYNTHER, Reg S., Some "Conceptualizing" on Goodwill, in "Accounting Review, Vol. XLIV, no. 2, American Accounting Association, Menasha, Wisconsin, abril/1969.

GORDON, Myron J., Scope and Method of Theory in Research in the Measurement of Income and Wealth, in "Accounting Review", Vol. XXXV, no. 4, American Accounting Association, Menasha, Wisconsin, outubro/1960.

HATFIELD, Henry R., Accounting; Its Principles and Problems, D.Appleton and Co., Inc., Nova York, Nova York, 1927.

HENDRIKSEN, Eldon S., Accounting Theory, ed. revisada, R.D. Irwin, Homewood, Illinois, 1970.

HERMANSON, Roger H., Accounting for Human Assets, in "Occasional Paper No. 14" Michigan State University, East Lansing, Michigan, 1964.

HICKS, J..R., Value and Capital, 2a. ed., Oxford University Press, London, 1946.

HORNGREN, Charles T., How Should We Interpret the Realization Concept?, in "Accounting Review", Vol. XL, no. 2, American Accounting Association, Menasha, Wisconsin, abril/1965.

IJIRI, Yuji, The Foundations of Accounting Measurement, Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, Nova Jersey, 1967.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, Aspectos da Avaliação de Estoques a Preços Correntes, FEA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis, FEA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.

LIPSEY, Richard G., e
STEINER, Peter O., Economics, 2a. ed., Harper & Row Publishers, Nova York, Nova York, 1969.

LITTLETON, A.C., e
ZIMMERMAN, V.K., Accounting Theory: Continuity and Change, Prentice--Hall, Inc., Englewwod Cliffs, Nova Jersey, 1962.

PANKOFF, Lyn D., e
VIRGIL, Robert L., Some Preliminary Findings from a Laboratory Experiment on the Usefulness of Financial Accounting Information to Security Analysts, in "Empirical Research in Accounting: Selected Studies, 1970", University of Chicago e University of London, Chicago, Illinois, 1971.

PATON, William A., Accounting Theory, Accounting Studies Press, Ltd., Chicago, Illinois, 1962.

PATON, William A., e
DIXSON, Robert L., Essentials of Accounting, The Macmillan Co.,Nova York, Nova York, 1958.

PATON, William A., e
PATON, William A., Jr, Asset Accounting, The Macmillan Co., Nova York Nova York, 1952.

RAMOS, Alkíndar de Toledo, O Problema da Amortização dos Bens Depreciáveis e as Necessidades Administrativas das Empresas, FEA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

SALIERS, Earl A., Accountint's Handbook, The Ronald Press Co., Nova York, Nova York, 1923.

SEILER, Robert E., Current Liabilities, in "Handbook of Modorn Accounting", editado por Sidney Davidson, McGraw-Hill Book Co., Nova York, Nova York, 1970.

STETTLER, Howard F., Meaningful Financial Statements, in "The Journal of Accountancy", vol. 109, no. 1, American Institute of CPAs, Nova York, Nova York, janeiro/1960.

SPROUSE, Robert T., e
MOONITZ, Maurice, A Tentative Set of Broad Accounting Principles for Busines Enterprises, in "Accounting Research Study No. 3", American Institute of CPAs, Nova York, Nova York, 1962.

YAMANE, Taro, Matemática para Economistas, (traduzido pela Editora Atlas S/A, São Paulo, da 2ª ed. inglesa), Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, Nova Jersey, 1968.